GETULIO

Nº 25

Ano 5 janeiro/fevereiro de 2011 R$ 8,00



EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA CONSOLIDAR O DESENVOLVIMENTO

ISSN 1980-5780

FGV

agência3

DIREITO GV

direito I Dir. Ciência das normas obrigatórias que estuda o conjunto das leis que disciplinam as relações dos homens na sociedade e que

A DIREITO GV estruturou um curso de graduação que propõe um conjunto de inovações. As novidades partiram do processo seletivo, formulado para avaliar as habilidades específicas do candidato. O curso tem período integral nos três primeiros anos e o currículo flexível é constantemente adaptado ao que acontece no mundo. Além disso, contribuem para credenciar a **DIREITO GV como a escola do futuro:** o corpo docente formado totalmente por doutores, a metodologia de ensino, a produção científica, as oficinas práticas, o material didático exclusivo e a inserção internacional.

GV

possui uma perspectiva interdisciplinar, focada na prática moderna da advocacia e na internacionalização dos mercados e governos em escala mundial. Um novo paradigma de ensino e pesquisa.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

DIREITO GV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

Conheça mais em
fgv.br/direitogv

AS APOSTAS NA MESA

Ano novo, década nova, governo novo. O país respira esse cheiro do novo da década que começa com muitas oportunidades geradas pelos grandes projetos de infraestrutura, remodelagem e construção de aeroportos e estádios, modernização da rede viária e o tão esperado trem-bala. Como é sabido, nesta década sediaremos a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. É o momento em que se abrem perspectivas para consolidar o crescimento e desenvolvimento. E é consenso que para dar esse passo o Brasil precisa encarar com firmeza o problema da qualidade da educação. A grande aposta será inovar, trazendo os saberes e a participação da comunidade para a construção de uma escola integral, é a conclusão a que chegaram os especialistas e pensadores convidados para debater os caminhos da educação: Fernando José de Almeida, filósofo e pedagogo, com pós-doutorado em Lyon, na França, foi secretário municipal de Educação em São Paulo; Sônia Castellar, doutora em geografia e livre docente pela Faculdade de Educação da USP, destaca-se no trabalho de formação de professores; Helena Singer, doutora em sociologia pela USP, é diretora pedagógica da Associação Cidade Escola Aprendiz; e Roberto da Silva, doutor em educação e livre docente em pedagogia social pela USP, tem como ex-interno da Febem uma história de vida e de trabalho com educação social. Eles deram pistas para a tarefa a ser realizada para tirar o Brasil dos últimos lugares nas avaliações internacionais de qualidade de aprendizado.

O economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV no Rio Marcelo Côrtes Neri coincide com os debatedores em que a educação de qualidade está entre os primeiros desafios da década. Ele comenta essa pauta e a repercussão da recente pesquisa do CPS, A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres!, na entrevista que começa na página 18. Outro economista, o gaúcho Flávio Vasconcellos Comim, se junta à discussão. Graduado pela UF do Rio Grande do Sul, doutor pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra, Flávio Comim trabalha com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e é responsável pela coordenação de nosso IDH-Índice de Desenvolvimento Humano. O Brasil, diz ele, foi o país que mais cresceu no ranking do IDH, subindo 4 posições. E o indicador que mais evoluiu foi "anos médios de estudo". Nenhum país teve performance igual, garante na entrevista que começa na página 40. E conclui: "Se o século XX foi o da quantidade; o XXI será o da qualidade. Se antes o foco era quantas crianças estavam na escola, agora queremos saber quanto e o que estão aprendendo".

De Curitiba, o jornalista José Roberto Orquiza nos enviou a entrevista com o advogado e professor Rodrigo Sánchez Ríos, que acaba de lançar pela Série GV*law* da Ed. Saraiva o livro *Advocacia e Lavagem de Dinheiro*. O penalista da PUC-PR comenta esse assunto polêmico, discute a ética do advogado e faz o elogio da profissão que Voltaire qualificou como "a mais bela do mundo". Mas a profissão que o pensador francês admirava é também geradora de altos níveis de adrenalina. O repórter Helder Júnior na reportagem "O estresse no banco dos reus" esclarece por que. "Clientes exigentes, necessidade de ganhar bem, alta competitividade: com esse estilo de vida não sobra tempo para se alimentar bem, praticar exercícios físicos, dormir e relaxar". Vale a pena ler esses dois textos.

Este número que abre o 5ª ano de nossa revista traz ainda outras boas leituras. Rafael Gregorio analisa, no artigo "A saúde em ebulição", o crescimento vertiginoso da indústria farmacêutica, os movimentos societários, inovação e cópia e as perspectivas futuras, numa panorâmica sobre a indústria de saúde no Brasil. Há ainda as indicações do crítico Fábio Fujita sobre filmes, como o que marca a volta de Arnaldo Jabor, com sabor a Fellini, ou a recente produção de Sofia Coppola. Para fechar, os desertos da alma do grande artista gaúcho Iberê Camargo, perfilado pelo repórter Fabrício Andrade.

Como presente de aniversário, inauguramos seção nova: "Pesquisa Direito GV" terá a missão de noticiar os resultados de trabalhos dos núcleos de estudos e pesquisas da Escola de Direito de São Paulo, da FGV. Começamos com a linha de estudos sobre "Estruturas Empresariais e Desenvolvimento", conduzida pelo Prof. Danilo Borges dos Santos Gomes de Araujo.

Boas leituras e até março.

Leandro Silveira Pereira

Fundação Getulio Vargas
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das ciências sociais, particularmente economia e administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável

Sede: Praia de Botafogo, 190 – cep 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
ou Caixa Postal 62.591 – cep 22257-970 – Tel.: (21) 3799-6000

Primeiro-Presidente e fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado) e Sergio Franklin Quintella

Conselho diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado) e Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Julio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost.

Getulio
ISSN: 1980-5780
revistagetulio@fgv.br

Publisher: Leandro Silveira Pereira
Editor: Carlos Costa
Design gráfico e editoração eletrônica: André Spinelli
Coordenação editorial: Cynthia Amaral Campos
Produção editorial: José Geraldo Oliveira
Ilustração da capa: Weberson Santiago

Colaboraram nesse número: José Batista Carvalho (revisão), Weberson Santiago (ilustrações), Alberto Botta, Gustavo Scatena, Ivone Perez e Raphael Mendes (fotografia), Danilo Borges dos Santos Gomes de Araujo, Emerson Ribeiro Fabiani, Fábio Fujita, Fabrício Andrade, Gabriella de Lucca, Helder Júnior, Jeferson Melo, José Roberto Orquiza, Juliana Schumann, Marcelo Côrtes Neri, Nelson Eizirik, Rafael Gregorio, Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior e Rui da Silva Santos.

Jornalista responsável: Carlos Roberto da Costa (MTPS 11.862)

Publicidade – Representantes
São Paulo – Bernardo Leschziner (11) 8926-1415 e Mônica Carboni (11) 8104-1632
Rio de Janeiro – Ricardo Luttigardes (21) 9217-3931
Brasília – Charles Marar Filho (61) 3321-0305
Minas Gerais – Álvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854
Porto Alegre – Roberto Gianoni (51) 3388-7712
Norte e Nordeste – Luciano Moura (81) 3466-1308

Direito GV
Diretor: Ary Oswaldo Mattos Filho
Vice-Diretor acadêmico: Antonio Angarita
Vice-Diretor administrativo: Paulo Goldschmidt

GVlaw
Diretor Executivo: Leandro Silveira Pereira

Endereço Direito GV:
Rua Rocha, 233 – 01330-000
São Paulo – SP
Tel.: 3799-3330
www.fgv.br/direitogv/gv*law*

Impressão e Acabamento: Intergraf Soluções Gráficas

SUMÁRIO

Ano 5 janeiro/fevereiro de 2011, N° 25

03 As apostas na mesa
Por Leandro Silveira Pereira

06 Notas curtas: notícias do mundo do Direito

08 Pesquisa Direito GV: Empresa e Desenvolvimento
Por Danilo Borges dos Santos Gomes de Araujo

10 Fundos de Recursos em Consórcios de Empresas
Por Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior

12 Vida acadêmica: teses que apontam novos caminhos

14 Periscópio: A saúde em ebulição
Por Rafael Gregorio

18 Desafios da nova década
Entrevista com Marcelo Côrtes Neri

24 O lado brilhante dos pobres
Por Marcelo Côrtes Neri

28 Um novo modelo de educação
Debate Fernando Almeida, Sônia Castellar, Helena Singer e Roberto da Silva

40 A busca da qualidade
Entrevista com Flávio Vasconcellos Comim

46 O estresse no banco dos réus
Por Helder Júnior

50 Cultura em gotas: Vozes que não serão sufocadas

52 Advocacia e lavagem de dinheiro
Entrevista com Rodrigo Sánchez Ríos

57 Cinema: Jabor à la Fellini e o mundo de Sofia
Por Fábio Fujita

60 Iberê Camargo e os desertos da alma
Por Fabrício Andrade

66 Em busca do tempo perdido
Por Carlos Costa



Capa: A educação de qualidade como alavanca para consolidar o desenvolvimento. Ilustração de Weberson Santiago.

FGV EDITORA
Siga-nos no e participe de sorteios de livros. twitter.com/editorafgv

Segurança e Cidadania
Memórias do Pronasci
Marieta de Moraes Ferreira e Ângela Brito (orgs.)



Depoimentos de:
Tarso Genro
José Mariano Beltrame
MV Bill
Leonardo Zuma
entre outros.

Temas:
UPPs
Redes sociais do tráfico
Armas não letais
Mulheres da Paz

Lançamentos

O que a China quer?
Matias Spektor e Dani Nedal
Organizadores



O que é o Ministério Público?
Alzira Alves de Abreu



Ser feliz hoje
João Freire Filho
Organizador



Repórteres e reportagens
Candice Vidal e Souza



Trotski diante do socialismo real
Carlos Eduardo Rebello de Mendonça



Seguraça internacional
Nelson A. Jobim, Sérgio W. Etchegoyen e João Paulo Alsina
Organizadores



Destaques

Política monetária: ideias, experiências e evolução
José Júlio Senna



Comunicação em prosa moderna
De acordo com a nova ortografia
Othon M. Garcia



A reinvenção do livre-comércio
Roberto Mangabeira Unger



www.editora.fgv.br
0800 021 7777 | pedidoseditora@fgv.br

NOTAS CURTAS

Por Gabriella de Lucca

PARECERISTAS PARA O MENDES JÚNIOR

A Direito GV lançou edital de contratação de especialistas para a elaboração de pareceres sobre as monografias inscritas no Prêmio Mendes Júnior. Os pareceristas selecionados atuarão na fase eliminatória do concurso. A remuneração bruta prevista é de R$ 300,00 por monografia avaliada, sendo que o tamanho máximo de cada monografia está limitado a 50 páginas. O número total de trabalhos avaliados por cada parecerista dependerá do total de inscritos. Os selecionados deverão ter disponibilidade para participar de uma oficina de uniformização de padrões de correção, na Direito GV, em 11 de abril. Os candidatos devem ter título de doutor em Direito obtido em instituição nacional ou titulação equivalente obtida em instituição estrangeira, mesmo que ainda pendente de validação no Brasil, além de comprovada experiência acadêmica em área relevante para a temática do prêmio. No momento da inscrição, o interessado deverá apresentar currículo atualizado na Plataforma Lattes. As inscrições serão feitas exclusivamente pelo e-mail premios.direitogv@fgv.br. Os documentos indicados no edital devem ser digitalizados em formato PDF e enviados até 15 de março.

ICJBRASIL: IGREJA É A SEGUNDA INSTITUIÇÃO MAIS CONFIÁVEL

A confiança da população nas instituições sofreu mudança importante no terceiro trimestre de 2010. É o que revela pesquisa do ICJBrasil (Índice de Confiança na Justiça), produzido pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (Direito GV). Enquanto o Judiciário ficou em situação desconfortável, num empate com a polícia e à frente apenas do Congresso e dos partidos políticos, a Igreja saltou do sétimo lugar para a segunda posição.

Neste trimestre, 54% dos entrevistados disseram que a Igreja é uma instituição confiável. No segundo, 34% haviam dado essa resposta. Já a confiança nos partidos políticos caiu de 21% para 8% no período, mantendo-se em última posição no ranking. As Forças Armadas continuam tendo a maior confiança por parte da população (66%). Entretanto, apenas 33% disseram que o Judiciário é confiável. O Congresso ficou com 20%. Outras instituições obtiveram os seguintes resultados: Grandes Empresas (44%), governo federal (41%), emissoras de TV (44%) e imprensa escrita (41%).

GESTÃO DE EMPRESAS FAMILIARES: NOVO LIVRO DA SÉRIE GV*LAW*

O mais recente lançamento da série GV*law* é o título *Direito, Gestão e Prática – Empresas Familiares*, coordenado por Roberta Nioac Prado. O livro tem por objeto o estudo, no âmbito das governanças corporativa, familiar e jurídico-sucessória, de estruturas e instrumentos utilizados na preservação e continuidade de empresas familiares. O Capítulo 1, escrito pela coordenadora Nioac Prado, trata das características, conceitos e da importância das empresas familiares. Em seguida aborda os principais aspectos e instrumentos relativos às governanças corporativa, familiar e jurídico-sucessória. O 2º, de autoria do advogado Renato Ochman, especialista em Direito Societário, trata das estruturas societárias que servem como instrumentos de planejamento sucessório, tanto da gestão empresarial quanto da propriedade acionária. Luiz Kignel, especialista em Direito da Família e das Sucessões, aborda os instrumentos jurídicos cíveis e de família hábeis a regrar casamentos e sucessões de empresários familiares no Capítulo 3. O seguinte, elaborado por Alexandre Di Miceli da Silveira (professor da FEA-USP e especialista em governança corporativa) e Angela Donaggio, advogada e consultora em governança, aborda os principais aspectos de um Conselho de Administração quando implementado em empresa familiar com o objetivo de melhorar a sua governança corporativa. O Capítulo V, de autoria de José Henrique Longo e Marcia Setti Phebo, ele especialista em Direito Tributário, ela especializada em Direito Societário, fala dos Fundos de Investimento familiares fechados, criados com a finalidade de regrar e planejar, com redução de carga tributária, a sucessão dos ativos financeiros de patriarcas e matriarcas. O consultor internacional em Family Offices Rene Werner finaliza a obra com os principais aspectos da estrutura de governança familiar e corporativa no regramento de relações familiares com respeito aos seus bens tangíveis e intangíveis.

COMPARAÇÃO ENTRE 2º TRIMESTRE E 3º TRIMESTRE DE 2010

O ICJBrasil do terceiro trimestre de 2010 foi de 4,4 pontos, em uma escala de 0 a 10, mesmo índice obtido no trimestre anterior. O índice é formado pelos subíndices de comportamento e percepção, sendo que o segundo cravou uma nota 6,3 e o primeiro, 3,5 pontos, sempre em uma escala de 0 a 10. O Distrito Federal foi o que registrou maior confiança no Judiciário, com 4,6 pontos, desbancando a liderança do Rio Grande do Sul, que, desde o início da sondagem, em julho de 2009, ocupava o posto. No período, o Estado gaúcho recebeu 4,5 pontos. São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram o mesmo índice de confiança, 4,4 pontos. Bahia, Minas Gerais e Pernambuco são os que menos confiam no Judiciário: com 4,3 pontos cada um.

"A confiança no Judiciário cresce à medida que aumenta a renda e a escolaridade dos entrevistados", explica Luciana Gross Cunha, professora da Direito GV e coordenadora do ICJBrasil. O índice também analisou a confiança no Judiciário segundo a cor da pele e constatou que, quem se declara negro, pardo ou indígena confia menos do que brancos ou amarelos.

Apesar do pouco prestígio do Judiciário junto à população, a visão do brasileiro é de que, de forma geral, a Justiça está melhor hoje do que no passado e tende a melhorar ainda mais no futuro. Para 47% dos entrevistados, o Judiciário funcionou melhor nos últimos cinco anos. Outros 67% acreditam que ele irá melhorar nos próximos cinco anos.

PALESTRA DO NÚCLEO DE DIREITO GLOBAL: ATUAÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC

O Núcleo de Direito Global da Direito GV recebeu o conselheiro-geral de Contenciosos do Ministério das Relações Exteriores, Celso de Tarso, para a palestra "A atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC", realizada em 23 de novembro de 2010. O Brasil tem sido um dos cinco países mais atuantes no sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). "Desde o início das atividades da OMC e do funcionamento do sistema de solução de controvérsias, em 1995, o governo brasileiro e a comunidade especializada em comércio internacional no país têm se mobilizado para o desenvolvimento de capacitação técnica e jurídica no Brasil sobre como atuar no sistema da OMC. E isso tem gerado impactos nos casos levados ao sistema e suas decisões para o futuro do comércio internacional e sua regulamentação", explica o professor Salem Nasser, coordenador do Núcleo de Direito Global.

A Coordenação Geral de Contenciosos, hoje chefiada pelo conselheiro Celso de Tarso Pereira, foi criada em 2001 no âmbito do Ministério de Relações Exteriores para cuidar exclusivamente da atuação do Brasil no mecanismo de solução de controvérsias da OMC, assim como da participação brasileira em negociações.

SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA AUMENTA EM QUASE 700% IMPOSTO PARA PEQUENA EMPRESA

Dependendo do local e do produto, o aumento entre o imposto pago no Simples Nacional e via substituição tributária se aproxima de 700%. O problema afeta mais de 2 milhões de empreendimentos do setor de comércio e serviços que estão entre as 4,3 milhões de empresas do Simples Nacional. Para discutir esse e outros temas o Sebrae e o Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da Direito GV promoveram o seminário "Reforma Tributária Viável: Desafios do ICMS Rumo ao Desenvolvimento Nacional". Os participantes discutiram distorções na aplicação do imposto, substituição tributária e seus impactos na competitividade empresarial. Entre os palestrantes estiveram o professor Eurico Marcos Diniz de Santi (coordenador-geral da NEF), Clóvis Panzarini (ex-secretário da Fazenda de São Paulo), Alcides Jorge Costa (Universidade de São Paulo), Cleverson Siewert (secretário de Fazenda de Santa Catarina), Isaías Coelho (ex-chefe da Divisão de Política Tributária do Fundo Monetário Internacional), o deputado federal Luiz Carlos Hauly (ex-secretário da Fazenda do Paraná) e o gerente-adjunto de Políticas Públicas do Sebrae, André Spínola.

PESQUISA DIREITO GV

DIREITO DE EMPRESA E DESENVOLVIMENTO

Uma pauta de pesquisas sobre as estruturas jurídico-organizativas para as atividades empresariais

Por Danilo Borges dos Santos Gomes de Araujo

Oportunidade é uma das palavras-chave desta década que agora se inicia: grandes projetos de infraestrutura, remodelagem e construção de aeroportos e estádios, modernização da rede viária e o esperado trem-bala abrem perspectivas para a formação de parcerias, grupos e consórcios que tomarão conta do campo de obras em que se converterá o país nos próximos anos. Afinal, nesta década sediaremos uma Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas de 2016. Por isso escolhemos a linha de pesquisa "Estruturas Empresariais e Desenvolvimento", conduzida pelo Prof. Danilo Borges dos Santos Gomes de Araujo, para abrir essa nova seção de *Getulio*, a "Pesquisa Direito GV". A seguir, um resumo da entrevista em que o professor fala sobre os trabalhos relacionados a essa pauta de pesquisas:

Uma primeira definição, ainda ampla, de nossa linha de pesquisa em "Estruturas Empresariais e Desenvolvimento", que tomei como própria (o que não significa, de maneira nenhuma, a exclusão da colaboração de outros pesquisadores), seria o estudo das estruturas jurídico-organizativas para o desenvolvimento de atividades empresariais e sua relação com o desenvolvimento econômico. Essa linha de pesquisa, expressamente declarada em 2009, foi definida aos poucos. É, mais precisamente, a investigação de qualquer mecanismo, forma ou instrumento por meio dos quais os agentes econômicos possam legitimamente exercer a atividade empresarial: a sociedade anônima ou a sociedade limitada, o empresário individual, o consórcio, o grupo de sociedades, contratações complexas etc. Qualquer maneira que os agentes econômicos tenham à disposição para levar adiante uma empresa está dentro dessa pauta de pesquisa.

Não é, pois, uma pauta restrita ao direito societário, que não prescinde da presença da sociedade – contrato ou instituição. Vai além, atentando às estruturas para o exercício da atividade empresarial que superam a própria sociedade.

Para documentar a diretriz dessa pauta, elaborei o texto "Empresa e Desenvolvimento: As Estruturas Jurídico-Organizativas à Disposição dos Agentes para o Exercício das Atividades Empresariais", que será publicado este ano no livro *Dicionário Direito e Desenvolvimento*. O texto é uma espécie de declaração de propósitos e do alcance dessa pauta e da sua vinculação à linha de pesquisa em Direito e Desenvolvimento a que se dedica a Direito GV: a definição das estruturas jurídico-organizativas pode ser importante para o desenvolvimento econômico-social (o documento pode ser lido em (http://www.direitogv.com.br/AppData/Publication/working%20paper%2044.pdf).

Uma trajetória

Formei-me em Direito pela São Francisco e cursei ao mesmo tempo a graduação em Administração de Empresas pela EAESP, da FGV. Tive boa experiência num renomado escritório de advocacia em São Paulo. E, ao mesmo tempo, gostava da atividade científica mais rigorosa, tendo a oportunidade, desde o primeiro ano da faculdade, de participar de grupos de pesquisas, destacando-se o de direito romano, coordenado pelo prof. Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi. Foi sob sua inspiração que, no final da graduação, levei adiante a ideia de fazer pós-graduação na Itália, o que aconteceu na Università degli Studi di Roma II Tor Vergata. Passei três anos e meio em Roma, e mais alguns meses na Alemanha, em Hamburgo, para desenvolver a tese de doutorado "A Responsabilidade por Direção Unitária como Mecanismo de Balanceamento dos Diversos Interesses Envolvidos em um Grupo de Sociedades", sob a tutoria de Diego Corapi, professor italiano com muito contato com o Brasil.

O grupo de sociedades é uma particular maneira de se organizar e desenvolver a atividade empresarial por meio de uma pluralidade de sociedades submetidas a um controle comum, a uma verdadeira política grupal. A complexidade dessa estrutura permite identificar verdadeiros cachos de sociedades, cada uma dotada de autonomia jurídica e personalidade própria, mas com uma função específica dentro do grupo.

A grande atividade empresarial é o espaço por excelência para a formação de grupos de sociedades. Também a atuação multinacional no Brasil se dá em boa parte por meio de grupos de sociedades: as multinacionais, para a atuação direta no país, praticamente não têm alternativa senão a constituição de uma sociedade brasileira que esteja sob controle da matriz estrangeira, caracterizando-se, assim, um grupo.

Há diversos exemplos de grandes empresas de capital nacional que ramificam e fragmentam a sua atuação por meio de várias sociedades: Votorantim, Odebrecht, Itaú e Bradesco atuam em diversos segmentos por meio de sociedades específicas, porém todas submetidas a um controle comum.

A estrutura grupal normalmente se estabelece por meio de mecanismos que são chamados "de fato": o mero fato de uma sociedade ter uma participação de controle sobre outra – e exercer esse controle – caracteriza um grupo, não sendo necessário que estabeleçam entre si um contrato específico, formalizado em cartório. Mas essa é uma possibilidade, pois existe à disposição das empresas no direito brasileiro a estrutura chamada grupo "de direito", por meio da convenção de grupo, com contrato específico para sua formação. Essa estrutura, porém, apesar de prevista na lei, não teve sucesso prático, dada a simplicidade da mera circunstância da participação societária de controle de uma sociedade sobre a outra, sem maiores custos e formalidades, quer para a sua formação, quer para o seu encerramento.

Após o doutorado, voltei para o Brasil e retomei a atuação advocatícia em grandes escritórios. Mas também comecei a dar aulas de direito empresarial na FAAP. Como assumi boa quantidade de aulas, ficou difícil conciliar o trabalho de advogado com o de docente. Tomei então a decisão de me concentrar nas aulas. No fim de 2007, abriu o concurso para seleção de professor em tempo integral e dedicação exclusiva aqui na Direito GV. Tive a sorte e o privilégio de passar. Além do perfil, de boa experiência no exterior e do domínio de línguas, acredito que na seleção pode ter pesado o fato de ser egresso da própria FGV.

A linha de pesquisa

Foi a partir da minha tese em tema de grupos de sociedades que identifiquei aquela pauta de pesquisa mais ampla, sobre estruturas jurídico-organizativas para o desenvolvimento de atividades empresariais, na qual, enfim, entram os próprios grupos de sociedades. Há um valioso trabalho organizado ao longo de 2010 e que sairá publicado em breve. Trata-se de uma publicação coletiva de autores brasileiros – inclusive professores da Direito GV – e de renomados autores europeus e americanos. Esse livros *Grupos de Sociedades: Organização e Exercício da Empresa,* é o primeiro produto mais evidente daquela pauta de pesquisas.Além de criar uma bibliografia específica sobre grupos de sociedades e de dar acesso aos leitores brasileiros às ideias daqueles autores estrangeiros, a publicação deixa evidente, por meio do caso específico do grupo de sociedades, a ideia de estrutura apta para a organização e o exercício da empresa, que é justamente como se tenta caracterizar o grupo de sociedades.

Claro que essa pauta de pesquisas está atenta aos empreendimentos que devem se organizar para fazer frente aos investimentos que irão ocorrer em função da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. A pauta tem a pretensão de abranger todas as formas que as empresas podem escolher para realizar parcerias, *joint ventures*, pois tudo isso pode ser estudado sob o particular prisma das estruturas jurídico-organizativas.

Nesse sentido, um bom trabalho foi elaborado por um aluno da graduação da Direito GV. Em sua iniciação científica, por mim orientada, ele esclareceu sobre problemas de responsabilidades que podem derivar da formação de consórcios, associações de empresas para um empreendimento específico. Para megaempreendimentos, como uma grande usina hidrelétrica ou o trembala, não há condições, na maioria dos casos, de uma única empresa levar adiante a tarefa. Para definir e disciplinar as contribuições de cada uma das empresas para a empreitada, podem se reunir num consórcio, que não tem patrimônio próprio, mas pode estabelecer um "fundo consórtil", restando a dúvida sobre se, e em que medida, os recursos desse fundo podem ser alcançados para satisfazer os débitos das consorciadas ou do próprio consórcio.

Os primeiros frutos

O trabalho de iniciação científica desse aluno, Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior *[confira no quadro abaixo],* foi analisar os limites de responsabilidade desses consórcios, ou seja, se esse fundo para onde as empresas encaminham alguns recursos para erguer os empreendimentos dá conta dos eventuais desdobramentos nos casos de litígio durante e após a execução da obra. Consórcios são constituídos com frequência no Brasil, mas é preciso identificar se é um limitador de responsabilidade ou não, se as responsabilidades das empresas envolvidas na atividade do consórcio estariam limitadas àquele fundo consórtil ou não.

Estamos falando de grandes empresas e da grande atividade empresarial que têm condições de bancar os investimentos necessários para os eventos que irão acontecer em 2014 e 2016 no Brasil. A linha de pesquisa se propõe a estudar muitos desses aspectos e perspectivas. Para seu desenvolvimento, não existe formalmente

PESQUISA DIREITO GV

um grupo de pesquisas com alunos inscritos ou com rotina de reuniões. Mas se algum aluno tiver um propósito de estudar determinado assunto que se filie a essa temática, estou pronto para orientar.

Dadas as características da atividade acadêmica, nossa proposta não visa à produção de estudos para resolver problemas concretos de alguma empresa específica. A Direito GV, claro, pode receber financiamento de uma empresa para a pesquisa temática que venha depois a solucionar casos concretos. O que a atividade acadêmica não consegue é realizar o trabalho próprio do advogado, que pode responder uma consulta específica para uma empresa que tenha determinado problema e busque uma solução imediata.

Até aqui se falou da grande empresa e de grandes investimentos. Mas o desenvolvimento econômico está estreitamente atrelado às liberdades e às prerrogativas para que os indivíduos possam, sem embaraço, exercer a atividade empresarial de pequenas dimensões, dando vazão ao empreendedorismo. Essa vertente é trabalhada por uma atividade de extensão didática que coordeno junto aos alunos da graduação, o "Grupo de Pesquisas em Direito Empresarial". A ideia é reunir alunos com gosto pelo estudo e pesquisa mais rigorosos e, ao longo de um ano, orientá-los na produção de um relatório coletivo de pesquisa sobre um tema de direito empresarial. O primeiro módulo se dedicou à identificação de discussões judiciais cuja solução passa por um esforço de definição do empresário, buscando compreender se a noção de empresário que desponta da jurisprudência equivale ao conceito dado pelo Código Civil. O segundo módulo, que começou em agosto de 2010, trata do pequeno empresário irregular. Esse grupo faz reuniões com periodicidade e nelas vou movimentando os trabalhos, dirigindo-os à produção do relatório final.

Danilo Borges dos Santos Gomes de Araujo, doutor pela Università degli Studi di Roma II, Tor Vergata, é professor da Direito GV.

FUNDOS DE RECURSOS EM CONSÓRCIOS DE EMPRESAS: SEPARAÇÃO PATRIMONIAL SEM PERSONIFICAÇÃO JURÍDICA E SEUS IMPACTOS NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE

Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior

Observando a falta de clareza da Lei nº 6.404/76 em suas disposições sobre o fundo consórtil (fundo de recursos composto pelas contribuições das empresas consorciadas), e a posição da tradição jurídica brasileira relutante em aceitar as ideias de separação patrimonial por meios diferentes da personificação jurídica, este trabalho busca verificar quais os efeitos que o reconhecimento da autonomia patrimonial do fundo pode gerar no campo da responsabilidade.

Os consórcios de empresas, embora se destaquem como figura de ampla utilização pelo empresariado nacional desde meados do século passado, são alvo de tratamento vago por nossa doutrina jurídica, principalmente no que tange ao seu regime de responsabilidade patrimonial. Disso deriva a inspiração para a pesquisa intitulada "Fundos de Recursos em Consórcios de Empresas: Separação Patrimonial sem Personificação Jurídica e Seus Impactos no Campo da Responsabilidade", que se dedica à análise da natureza patrimonial do fundo consórtil, detectando os impactos de tal qualificação no regime de responsabilidade do consórcio e das empresas consorciadas.

Verificou-se que, aos olhos da teoria do patrimônio, o fundo consórtil consistiria num patrimônio autônomo, composto pelo somatório de patrimônios separados, que são as parcelas patrimoniais concedidas pelas consorciadas ao fundo. Entretanto, dois pontos mereceriam discussão mais acurada, relativos à titularidade de tal patrimônio e ao reconhecimento de sua autonomia pelo ordenamento jurídico.

Quanto à titularidade, percebeu-se que a tese de provável maior aceitação, em observância à concepção de patrimônio adotada por nossa tradição jurídica, indica que as empresas consorciadas seriam as titulares do patrimônio, cada uma na proporção de suas contribuições. A respeito do reconhecimento legal, notou-se que a regulação conferida pela Lei nº 6.404/76 (lei do anonimato) aos consórcios de empresas apresenta-se superficial e imprecisa quanto à disciplina do fundo consórtil, sendo essa a principal barreira ao reconhecimento da autonomia patrimonial do fundo.

Disso se extrai que, no panorama atual, a formação de consórcios de empresas não é acompanhada pela plena limitação dos riscos da atividade empresarial, haja vista que a ausência de claro reconhecimento legal da autonomia patrimonial do fundo consórtil possibilita que: (i) credores particulares das consorciadas possam exercer direitos sobre a parcela do fundo consórtil proporcional às contribuições da consorciada devedora; (ii) credores do consórcio possam exercer direitos sobre o patrimônio geral das consorciadas (patrimônio não ligado às finalidades consórteis) no limite proporcional das contribuições destas ao fundo. Fica, então, a cargo de inovações legislativas que venham a evidenciar a autonomia patrimonial do fundo consórtil, o papel de enquadrá-lo no rol de patrimônios "separados" por lei, assim como fez com os patrimônios separados do Sistema de Financiamento Imobiliário (Lei nº 9.514/97). De tal forma, conferir-se-á aos consórcios de empresas o amparo da limitação de responsabilidade, impulsionando o seu emprego como forte instrumento ao desenvolvimento econômico nacional.



SEU DIA É OCUPADO DEMAIS.
POR ISSO, VOCÊ PRECISA SE CONCENTRAR
NO QUE INTERESSA À SUA CARREIRA.

INSCREVA-SE NO SITE.

Accredited by Association of MBAs

A *Association of MBAs*, entidade especializada em fiscalizar a qualidade e excelência de ensino de cursos no mundo, acreditou o CEAG como MBA de classe internacional.

O CEAG é a pós-graduação em Administração da GV que prepara você de acordo com o seu objetivo profissional. São 18 áreas de concentração, com matérias eletivas e conteúdo específico no assunto de seu interesse. Se você quer crescer na carreira, sua pós é o CEAG.

CEAG FGV EAESP
www.fgv.br/ceag

PARCERIA UNICAMP

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: MARKETING, FINANÇAS CORPORATIVAS, GESTÃO ESTRATÉGICA, SUSTENTABILIDADE E MAIS 14 OUTROS TEMAS.

VIDA ACADÊMICA

TESES E DISSERTAÇÕES QUE APONTAM NOVOS CAMINHOS

Por Gabriella de Lucca

AS ELITES JURÍDICAS BRASILEIRAS

Em busca de avançar na compreensão das relações entre direito e política, Frederico Normanha Ribeiro de Almeida desenvolveu a tese de doutorado "A Nobreza Togada – as Elites Jurídicas e a Política da Justiça no Brasil", defendida em 17 de setembro de 2010 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). A banca foi composta pela orientadora, Maria Tereza Sadek, e pelos professores Maria da Gloria Bonelli (Sociologia UFSCar), Oscar Vilhena Vieira (Direito GV), José Reinaldo Lima Lopes (Direito USP) e Sérgio Adorno (Sociologia USP). A escolha do tema surgiu após uma longa reflexão, desde os tempos da graduação em Direito na USP, uma das faculdades de direito de elite que o autor analisa na tese, e principalmente durante o mestrado em Ciência Política. "Foi quando adquiri o distanciamento e o instrumental teórico necessários para compreender a política da justiça, os conflitos e atores políticos internos ao campo jurídico e sua relação com a política convencional, como a conhecemos", explica. "Embora essa estrutura e essa dinâmica política que procurei descrever e analisar sejam mais ou menos conhecidas de quem é do mundo do direito – embora nem sempre sejam suficientemente declaradas – eu sentia, desde o tempo da graduação, que faltava uma sistematização e uma compreensão científica mais aprofundada desse fenômeno."

Além de uma revisão dos estudos sobre poder, elites, profissões jurídicas e sistema de justiça, a pesquisa foi desenvolvida com base na análise de currículos e biografias de juristas que Frederico classificou como pertencentes às elites jurídicas brasileiras. O trabalho também se concentrou na análise documental sobre processos políticos de interação dessas elites, especialmente a Reforma do Judiciário de 2004. "Procurei, com isso, reconstruir os processos históricos de institucionalização do sistema de justiça e do ensino jurídico, das divisões entre e no interior das profissões jurídicas e da construção de trajetórias profissionais e políticas de sucesso, com o objetivo de identificar quais são as elites da administração da justiça estatal e qual a dinâmica política dessa dimensão do Estado brasileiro", diz. A tese foi dividida em quatro partes e contém nove capítulos, em que Frederico identifica a sociologia da profissão em diversos aspectos.

O autor conclui que há um espaço e uma dinâmica próprios da política da administração da justiça estatal – o campo político da justiça –, que é dominado com alto grau de exclusividade por alguns grupos das elites jurídicas, "em relação aos estratos profissionais inferiores, mas com fortes conexões com o campo político formado pelos partidos, pelo Executivo e pelo Legislativo". Frederico identificou elites institucionais (as posições formais de poder na administração da justiça, como desembargadores e presidentes de tribunais, presidentes da OAB e procuradores-gerais do Ministério Público), associativas (os líderes políticos das profissões jurídicas, presidentes e diretores de associações como a AMB-Associação dos Magistrados Brasileiros, a Conamp-Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e a própria OAB) e intelectuais (especialistas com grande influência sobre a reforma e a administração da justiça, com destaque para os processualistas, mas também economistas, administradores e cientistas políticos).

A orientadora do trabalho, professora Maria Tereza Sadek, ressalta que a tese traz dados relevantes, propondo conexões originais. "A pesquisa de Frederico combinou, com maestria, a análise de orientação sociológica, particularmente a relacionada à sociologia das profissões, com as análises de ciência política e de direito. A interpretação desenvolvida traz uma colaboração significativa para uma área do conhecimento ainda pouco explorada no país", afirma

Para Frederico, a principal contribuição da tese para o direito brasileiro é aprofundar o conhecimento acerca do funcionamento das instituições e dos grupos profissionais do sistema de justiça do país. "Quando se fala em 'direito', 'justiça' ou 'judiciário' tende-se a tratar como um monólito algo que na verdade se compõe de múltiplos grupos, organizações, interesses, conflitos. Busquei tornar evidente algo que muitos juristas já conhecem, mas que ainda era pouco conhecido ou esclarecido para o senso comum."

SOBRE A OMISSÃO LEGISLATIVA

A partir de um tema ainda pouco investigado, Luciana Ramos elaborou a dissertação "O Controle de Constitucionalidade por Omissão no Supremo Tribunal Federal: Análise dos Casos de Omissão Legislativa nos 21 Anos da Constituição". O trabalho foi defendido em 4 de outubro de 2010, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Participaram da banca os professores Luciana Gross Cunha, Rogério Arantes e Matthew Taylor, o orientador.

Para analisar o controle de constitucionalidade no STF, a autora realizou um estudo empírico com base no exame de um conjunto de ações diretas de inconstitucionalidade por omissão (ADO) e mandados de injunção julgados pelo Supremo entre 1988 a 2009. A partir do exame dos mecanismos de proteção judicial contra a omissão do legislador, ela procurou analisar a judicialização dos casos envolvendo as omissões legislativas e investigar o modo como o STF decide esses casos. Os dois tipos de controle constitucional por omissão previstos na Constituição Federal – o concentrado e o difuso – são objeto de análise, atentando-se para as particularidades de cada um. "No primeiro caso, o foco está nas causas e nos resultados da judicialização da política promovida pelos legitimados para a propositura das ADO. O perfil dos demandantes e a saliência das questões levadas à apreciação do Tribunal são fatores que contribuem para explicar a ampla judicialização protagonizada pelos partidos políticos. Já no segundo, o difuso, o estudo está focado nas decisões concessivas de mandado de injunção e a sua relação com a efetividade das normas constitucionais", explica.

Embora o STF tenha sido muitas vezes chamado a se manifestar sobre as omissões inconstitucionais, "foi apenas recentemente que ele optou por concretizar o direito dos demandantes, garantindo eficácia plena às normas constitucionais até que o legislador supra a omissão". Ao examinar os julgados do STF, Luciana percebeu que o descumprimento das decisões declaratórias da omissão é um dos fatores que levam à adoção de uma postura mais propositiva do Tribunal, momento em que ele passa a determinar a regra aplicável ao caso concreto, sem necessariamente criar normas. Assim, ela conclui que o STF concretiza o pedido do impetrante sem exercer um papel "ativista", uma vez que ele não influi diretamente na atividade do legislador.

"É um excelente trabalho, que foi muito elogiado pela banca de defesa pela contribuição que traz para o estudo empírico do judiciário brasileiro", elogia o orientador, Matthew Taylor. Indicado para a publicação, Luciana pensa em extrair artigos do trabalho e publicá-los nesse formato, não como um livro. Taylor destaca o trabalho exaustivo de coleta de dados realizado pela autora, que "contribui em muito pelo primor e pelo ineditismo. A segunda contribuição é a de chamar a atenção para o diálogo constante entre o STF e os poderes mais reconhecidamente políticos (Legislativo e o Executivo). Luciana aborda uma literatura pouco utilizada nos estudos sobre o Judiciário brasileiro: a questão do 'compliance', ou o cumprimento das decisões do tribunal. Até que ponto as decisões do Judiciário de fato geram uma resposta do Legislativo? O Legislativo sempre segue as decisões do STF ou às vezes foge, sem cumpri-las de maneira adequada? Luciana comprova a existência de um nível significativo de não-cumprimento das decisões nos casos de omissão".

JUSTIÇA BRASILEIRA NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Ana Mara França Machado elaborou a dissertação de mestrado "O Sistema Brasileiro Anticorrupção: Internacionalização do Direito e Variantes Nacionais", com orientação de Celso Campilongo. O trabalho foi defendido em junho de 2010, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em banca composta pelos professores José Eduardo Faria e Maíra Rocha Machado, além do orientador.

A motivação inicial da pesquisadora foi investigar em que termos ocorria a internacionalização do ordenamento jurídico brasileiro no que diz respeito à corrupção. A questão escolhida foi, inicialmente, "de que forma o Brasil está internalizando as regras internacionais referentes à corrupção?" No entanto, o andamento do trabalho revelou que essa perspectiva era muito estreita para dar conta de todos os fenômenos relevantes para o estudo. A autora descobriu que, além da simples incorporação da regulação internacional, o Brasil está desenvolvendo uma série de instituições próprias, "variantes nacionais no marco mais geral dos regramentos internacionais, que seria importante identificar e descrever". Ela ressalta que essas mudanças no desenho institucional anticorrupção incluem, entre outras iniciativas, a criação de órgãos e estratégias de atuação conjunta com os já existentes.

Depois de constatar isso, Ana Mara ampliou seu objeto de estudo e incluiu o estudo das mudanças por que passa o sistema brasileiro anticorrupção. "Analisei não apenas o conjunto de leis e outras normas que regulam o combate à corrupção, mas também os organismos responsáveis por sua execução", completa. Ela destaca o papel central da Controladoria-Geral da União como organismo gestor das iniciativas anticorrupção brasileiras, além de examinar toda a legislação pertinente ao tema e os mecanismos de controle de cumprimento das convenções internacionais ratificadas por nosso país.

Na conclusão, a autora avalia criticamente as estratégias regulatórias adotadas pelo Brasil, inclusive no que tange à criação de leis, que se concentra na repressão da corrupção pela via penal. "O Brasil caminha para um processo de internacionalização do seu ordenamento no tratamento da corrupção, sendo possível verificar a harmonização da legislação brasileira à regulamentação internacional, salvo algumas poucas pendências", afirma. Ana Mara França Machado acrescenta que a pesquisa empírica revelou que o caráter da política criminal proposta pelo Poder Legislativo está pautada em medidas repressivas, já que nenhuma das propostas legislativas analisadas privilegiou medidas preventivas.



A SAÚDE EM EBULIÇÃO

Crescimento vertiginoso, movimentos societários, inovação, cópia e perspectivas futuras: um panorama da indústria de saúde no Brasil

Por Rafael Gregorio

O país entra nesta segunda década do século em situação bem melhor do que a que abriu o milênio. A economia cresceu mais de 166% nesse período e uma nova classe média, como o leitor lerá em outras reportagens desta edição, entra em cena, com reflexos importantes sobre setores como o de telecomunicações e transporte aéreo, e atingindo em cheio o mercado de saúde. Além de comprar iogurte e viajar de avião, a "nova classe média" consome planos médicos e remédios. A isso somam-se reflexos demográficos relevantes: os atuais 19 milhões de brasileiros com mais de 60 anos serão 64 milhões até 2050. A expectativa de vida, que há 50 anos não ultrapassava o meio século, chega hoje a 72 anos e o Censo 2010 já identificou 17.000 pessoas com mais de 100 anos no país. Essa crescente população idosa exige atenções especiais dessa indústria. E principalmente do Estado, obrigado ao fornecimento de medicamentos e assistência, com a consequente sobrecarga de seu Sistema Único de Saúde (SUS).

Beneficiado com o aumento da demanda, o mercado brasileiro de saúde respira ares de progresso. Numa escala mundial, o país já ocupa a 6ª posição na produção desses produtos e serviços e, neste ano, o setor deve crescer 20%, quase três vezes mais que o PIB, projetado pelo Ministério da Fazenda em 7%. Somos o 9° consumidor mundial de remédios e devemos chegar à 7ª posição até 2015, segundo estimativas da consultoria IMS Health. Um cenário promissor para a indústria de saúde como um todo: laboratórios, hospitais, serviços de previdência privada e planos de saúde.

Mas é no campo dos medicamentos que as mudanças ganham contornos de revolução. Segundo Nelson Mussolini, vice-presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), o setor vendeu mais de 1,8 bilhão de caixas de remédios em 2009, faturando US$ 18 bilhões, o equivalente a 2,8% do mercado mundial. Nos últimos dez anos, ele afirma, foram lançados mais de 6.000 novos medicamentos por indústrias fixadas no país, para moléstias dos sistemas cardiovascular, nervoso, respiratório, digestivo, entre outros. A ascensão dos genéricos também canaliza atenções: no Brasil, o nicho movimenta R$ 4,5 bilhões ao ano, mais de 20% do total das vendas, com crescimento médio de 24% ao ano desde 2005, puxado pelo apelo ao bolso. Em média, o preço cai 50% quando a patente expira.

Os números, porém, carecem de sustentação pela falta de informações sobre os custos, o que para Monica Guise Rosina, advogada, professora e pesquisadora da FGV, atribui-se ao sigilo inerente às estratégias empresariais, parte indissociável do negócio. Em sua dissertação de mestrado intitulada "Comércio Internacional, Patentes e Saúde Pública", Rosina estuda a lógica por trás da regulamentação do comércio mundial e procura alternativas para harmonizar os direitos de exclusividade, manifestos nas patentes, com as políticas nacionais de saúde pública

que, em suas palavras, "promovam o acesso a medicamentos, sem com isso descumprir obrigações assumidas na esfera internacional". Monica menciona a divergência das literaturas: "No dia seguinte ao da expiração da patente, tem-se o mesmo remédio a preços até 90% inferiores. Porém, todos os estudos falam em hipóteses e simulações". Assim, estima-se o custo de produção de uma droga entre US$ 140 milhões e até US$ 1 bilhão, inexatidão digna de chute. Ela relata também críticas de ONGs e ativistas, para quem "a indústria eleva seus custos não por causa dos gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), mas porque investe em marketing e quer lucrar absurdamente".

A despeito dessas inexatidões e controvérsias, o preço da criação afeta diretamente as margens de lucro, estimulando movimentos societários e busca por escala, e também os direitos de propriedade intelectual, onde o citado confronto entre indústrias e populações esquenta a conversa. De modo geral, nota-se uma distinta realidade no setor. Em seus contornos, o inusitado progresso, as novas demandas, o envolvimento radical de governo e investidores estrangeiros e, principalmente, o potencial de atingir 190,7 milhões de pessoas naquilo que, segundo os provérbios antigos e sábios, é só que importa.

Evolução e descompasso

Em um estudo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) chamado "Inovação farmacêutica: padrão setorial e perspectivas para o caso brasileiro", a economista Valeria Delgado Bastos, pesquisadora do Defarma, unidade responsável pela indústria farmacêutica, classifica o setor como "opção estratégica" e aponta algumas peculiaridades. Segundo afirma, "a estrutura é típica de oligopólio diferenciado, com um número não desprezível de empresas, mas a parcela relevante do mercado está nas mãos de poucas firmas, que são subsidiárias das multinacionais formadoras do grupo das big pharmas". Em sua visão, os esforços na década de 1980 para a construção de um parque nacional farmacêutico foram pouco eficazes. A indústria teria sofrido uma reviravolta apenas a partir do final da década de 1990, dividindo sua história em dois momentos. Até então, o cenário fora marcado pelo domínio total dos estrangeiros. Em seguida, veio a ascensão dos laboratórios nacionais de genéricos. Para Nelson Mussolini, embora não haja dados consolidados, "nunca os laboratórios farmacêuticos aqui instalados investiram tanto em P&D". Segundo ele, em 2008, dos US$ 285 milhões destinados a essa finalidade, 44% eram nacionais e 56% internacionais. Na opinião do representante do Sindusfarma, a participação ganhou ares de equiparação: "Atualmente, os 306 laboratórios de capital nacional praticamente dividem o mercado com os 63 multinacionais". Em 2009, diz ele, "aqueles participaram com 53% das vendas em unidades e 46% do faturamento em reais, segundo a IMS Health". Em 2003, as participações eram, respectivamente, de 37,5% e 33,5% do mercado. Nelson Mussolini ilustra sua visão a partir das estratégias de quatro grandes nacionais que prefere não identificar: "O laboratório 'A' está investindo R$ 40 milhões por ano em P&D, lançou 16 novos medicamentos desde 2000 e tem 40 pedidos de registro na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). O laboratório 'B' acaba de aplicar R$ 50 milhões em um novo centro avançado, investe 7% do faturamento em pesquisas e desenvolve hoje 34 estudos de inovação semirradical e radical". E prossegue: "O laboratório 'C' gastou R$ 30 milhões em um novo centro, aplica de 6% a 8% do faturamento em P&D e tem 127 processos de patentes em curso, enquanto o laboratório 'D' mantém 26 pesquisas em oncologia, neurologia e doenças ligadas ao envelhecimento". Para ele, "embora a verba ainda seja pequena comparada com os padrões mundiais – apenas uma grande multinacional aplicou no ano passado US$ 7,5 bilhões na descoberta de novos princípios ativos –, o progresso é evidente".

"Há quem morra na África por picadas de mosquito e não tem remédio para isso, pois pobre africano não é mercado para ninguém", diz Monica Guise

Com base em seu estudo, Monica Guise divide o mercado em três grandes grupos. Em primeiro lugar, as multinacionais instaladas no país, de que são exemplos gigantes como Pfizer, Sanofi-Aventis e Merck, dentre outras, "detentoras dos medicamentos de referência, cujas patentes ainda vigoram". Em sua visão, esse grupo é formado majoritariamente por capital estrangeiro e não desenvolve pesquisa local, limitando a atividade a finalizar e embalar o produto. O argumento de que abrigá-las traz benefícios de recursos humanos e tecnologia seria apenas parcialmente procedente: "Não há transferência nenhuma e a patente só exerce função de reserva de mercado". Um segundo grupo é o da indústria de genéricos, com capital na maioria brasileiro, à parte o fato de algumas multinacionais também os produzirem. "O problema desse setor", ela diz, "é que não há criação, apenas cópia, pois o custo é ridiculamente menor, e mesmo com margens reduzidas, a lucratividade é maior".

Monica Guise ressalta que "investir em P&D é muito ingrato, pois às vezes pesquisa-se por 30 anos para chegar nos testes clínicos em humanos e descobrir uma inviabilidade". Uma exceção, segundo ela, é a brasileira Cristália, que investe em novos remédios e tem uma série de patentes no Brasil e no exterior, diferenciando-se do grosso das indústrias nacionais e, não por acaso, atraindo a cobiça das grandes estrangeiras em aquisições ou fusões. A Biofarma é outra empresa farmacêutica altamente visada. Um terceiro grupo seria composto pelos laboratórios públicos nacionais, com destaque para o Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e por instituições internacionais mantidas por doações, que atuam com uma lógica diferente. A preocupação deixa de ser o mercado e passa a ser a demanda dos governos, no caso brasileiro o Ministério da Saúde, com foco na produção de vacinas e de medicamentos para doenças negligenciadas, que não interessam ao capital privado por se destinarem quase sempre a populações muito pobres: malária, diarréia crônica, doença do sono.

Incisiva, Monica ilustra: "Há pessoas que hoje morrem na África porque são picadas por um mosquito e simplesmente não há produção de remédios porque pobres africanos não são mercado para ninguém". Por outro lado, ela diz, "há investimentos altíssimos em medicamentos para calvície, celulite, hipertensão, que atingem populações mais abastadas".

Desse antagonismo notam-se os grandes dilemas da indústria farmacêutica nacional: se por um lado há prosperidade nos genéricos, onde a competição é acirrada e a margem de lucro é baixa, por outro há uma clara imaturidade nas inovações, justamente onde a margem e o retorno social são maiores. E, apesar da recente e notável evolução, ainda vigora um descompasso entre esforços e necessidades práticas.

Busca por escala

As margens apertadas estimulam movimentos societários em todos os ramos. Desde 2009, foram 31 operações de fusão e aquisição envolvendo empresas de saúde, movimentando quase R$ 10 bilhões. Os exemplos se aglomeram: em julho de 2010, o BTG Pactual formou uma rede de farmácias com 510 lojas e faturamento anual de R$ 1,3 bilhão. No ramo hospitalar, a expansão da demanda e o endurecimento da regulação levaram um número crescente de entidades a buscar sócios com recursos e capacidade de gestão. O movimento, porém, esbarra em limitações legais: a Constituição Federal proíbe capitais estrangeiros no controle de hospitais (artigo 199, parágrafo 3º). Essa regra, entretanto, deve ser alterada em breve por um projeto de lei (nº 6482/02) em trâmite no senado, amplamente defendido pelas classes médicas, que acreditam que essa mudança reduzirá o atraso e a ineficiência vigentes na maioria dos centros. A despeito disso, brechas na legislação já permitem a participação estrangeira no setor, em um claro contrassenso. Operadoras, seguradoras e laboratórios não têm essa restrição. A Amil, por exemplo, que tem investidores estrangeiros, possui uma rede de hospitais com 19 unidades. A tendência de aglomeração também se confirma nos planos de saúde. Em novembro de 2009, a mesma Amil comprou a Medial por R$ 600 milhões, ampliando a base para 4,2 milhões de pessoas, ou 10% da população brasileira coberta por planos. Estima-se que o ganho na operação ultrapasse R$ 200 milhões.

Patentes, genéricos e perspectivas

Monica Guise explica que a patente é "um título de exclusividade temporária, garantia que o Estado dá ao indivíduo para explorar o objeto de seu investimento em pesquisa e desenvolvimento". No Brasil, a duração é de 20 anos, salvo determinação de utilidade pública urgente por parte do Executivo, uma ferramenta instituída pelo artigo 68 da Lei de Propriedade Intelectual (LPI nº 9.279/96). Para a pesquisadora, "durante este tempo, a sociedade não ganha nada. Passa a ganhar quando a patente expira". Aí surgem os genéricos, "remédios de referência que caíram em domínio público". Ela assinala uma particularidade fundamental: "Ao contrário de outras indústrias, como a de aviação, é muito fácil copiar um medicamento. Num processo de engenharia reversa, um laboratório de médio porte pode descobrir a fórmula e reproduzir o produto sem muito investimento".

Enquanto isso, Monica continua, "há investimentos altíssimos em remédios para calvície, celulite, hipertensão, para as populações mais abastadas"

Quando entrou em vigor, a LPI previu em seu artigo 230 o reconhecimento de direitos registrados no exterior, desde que vigentes no país de origem. São as chamadas patentes "pipeline", condicionadas à aprovação pelo INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual), e que levaram alguns laboratórios a uma tática ardilosa de forjar novos princípios ativos com alterações mínimas, apenas para retardar a quebra do título. A constitucionalidade do procedimento vem sendo debatida em mais de 30 ações à espera de julgamento no STJ. Até o final de 2011, devem vencer as patentes de quase 20 medicamentos, dentre eles best-sellers como Viagra (Pfizer, disfunção estéril), Lípitor (idem, colesterol), Singulair (Merck, problemas respiratórios), Zyprexa (Eli Lilly, esquizofrenia e transtorno bipolar) e Aprozide (Sanofi-Aventis, hipertensão). Um nicho estimado em R$ 2 bilhões, cujas portas serão abertas aos genéricos, com custos médios produtivos de irrisórios R$ 5 milhões e prazo de P&D em torno de três anos.

A baixa produção relativa de patentes é objeto de controvérsias. O Brasil tem menos registros que a Argentina, por exemplo, é grande importador de componentes, mesmo possuindo a maior biodiversidade do planeta, e assiste a uma silenciosa invasão de grupos estrangeiros em busca de ervas e fitoterápicos. Jorge Raimundo Filho, presidente da Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica), atribui a perda de oportunidades relevantes à proibição de patentear produtos advindos da biodiversidade, segundo o artigo 10 da LPI. Outra perspectiva que desponta é a das indústrias de biotecnologia, laboratórios dedicados à produção de drogas sofisticadas, sintetizadas por manipulação genética de células para o tratamento de doenças complexas. Já são cinco as multinacionais do ramo instaladas no Brasil: Shire, Biogen, Biomarin, Genzyme e Actelion, por enquanto restritas a pesquisas e importações. A primeira, porém, já possui dois pedidos de aprovação na Anvisa de remédios para doenças degenerativas, segmento que movimenta mais de US$ 100 bilhões nos EUA e UE. Mesmo com custo 25% maior e prazos 10% mais longos para produção e aprovação, é extremamente vantajoso, principalmente pelos altos preços – um ano de tratamento pode custar até US$ 50 mil. Além disso, a biotecnologia sinaliza esperança para a cura de doenças graves como cânceres e Alzheimer, insolúveis pela pesquisa convencional. Mais um chamado à atenção de governos e iniciativa privada nacionais.



DESAFIOS DA PRÓXIMA DÉCADA

Após a repercussão da recente pesquisa, *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres!*, o pesquisador do Centro de Políticas Sociais da FGV aposta que a educação de qualidade deve ser o próximo degrau

Por Carlos Costa
Fotos Ivone Perez

Economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas, Marcelo Côrtes Neri é professor no curso de graduação, mestrado e doutorado da Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas no Rio. PhD em Economia pela Universidade de Princeton, graduou-se e fez o mestrado na PUC-RJ. Integrante do conselho de diversas organizações da sociedade civil, participa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Bem-estar social, educação, microfinanças e microeconometria são as áreas em que atua. Entre suas pesquisas mais comentadas estão *O Mapa do Fim da Fome* e *A Nova Classe Média*. Participou de comissões sobre regulação do microcrédito junto ao Banco Central, tendo participado da avaliação de programas sociais em uma dezena de países. Para comentar sua mais recente pesquisa *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres!*, Neri recebeu a reportagem de *Getulio* para esta conversa:

A pesquisa *O Lado Brilhante dos Pobres!* vem sendo elaborada por etapas? Essa é a consolidação ou ainda haverá continuação?

Marcelo Côrtes Neri São sequências, vários capítulos de um mesmo processo, pelo menos desde a redução da pobreza ocorrida a partir de 1994 e que só foi percebida em 1996. Temos aqui a tradição de analisar os dados em primeira mão e é o que vem acontecendo desde que o IBGE, a partir de 1995, começou a tornar público os microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Outra tradição é analisar esses dados rapidamente, com qualidade, e descobrir pérolas ou problemas do Brasil. Essa pesquisa é uma vontade de olhar para o Brasil real, sem ouvir prognósticos, realizando cálculos com uma base de dados muito rica. Estamos elaborando o Estudo de Pobreza e Desigualdade há vários anos e depois adicionamos um capítulo sobre a nova classe média. São capítulos intercalados de pobreza, desigualdade, estruturas de classes econômicas com um destaque para a nova classe média, utilizando os dados anuais da PNAD. A partir daí passamos a trabalhar com a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) que realiza um levantamento mensal, com a divulgação dos dados de forma bastante fresca, vai para campo em 20 dias e não em um ano, como anteriormente. Mas a PNAD é mais rica, por ser anual. O IBGE faz os cálculos, geramos os comentários. Temos uma linha de pesquisa setorial ligada ao tema da nova classe média

e pobreza. Realizamos, por exemplo, estudo sobre microcrédito, que é uma das coisas importantes acontecendo, e outro estudo sobre microsseguros *[Risco de Renda, Seguro Social e a Demanda por Seguro Privado pela População de Baixa Renda]* e serviços financeiros.

Aliás, um dado interessante do trabalho é mostrar esse acesso, que traz a classe pobre para o mercado.

Marcelo Neri Exatamente. Essa é uma linha de nossa pesquisa que aborda a questão do microcrédito, microsseguros, educação e educação profissional. Essa nova classe média, a chamada classe C, está identificada com vários ativos ou bens de consumo. Carro é um símbolo da classe média, como o computador, a TV a cabo, o celular. Curiosamente todos começam com a letra C. Esse cidadão tem carteira de trabalho e demanda serviço público, mas consome com mais qualidade no setor privado, como colégio privado para os filhos, contribuição para a previdência privada, plano de saúde. Alguns serviços de saúde são universais, mas a qualidade às vezes fica a desejar. Então abrimos alguns capítulos sobre essas partes como se fosse um desenho. Existe uma tradição na área de estudos de pobreza e desigualdade, descendemos dessa tradição e foi o começo de nossa abordagem, só que estamos verificando que vem diminuindo o número de pobres no Brasil e acreditamos que eles estão indo para algum lugar.

No caso, migrando da classe D e E para a C?

Marcelo Neri Da E para D, e da D para a C e assim por diante. Então é preciso estar onde as pessoas estão, divulgando os resultados em programas de televisão, por exemplo. Quem lê jornal não são os pobres, que até se informam, mas quem faz isso são as pessoas com educação e renda mais alta. A pesquisa sobre a nova classe média tem algo interessante porque, diferentemente de outros estudos, ao saber dos resultados por um meio audiovisual, vai além do altruísmo que as pessoas têm com relação à questão social da pobreza. A pessoa se vê um pouco no espelho da pesquisa. "Será que sou classe média? A pesquisa está dizendo que estou nessa faixa, mas

Um medidor que escuto são os porteiros. Quando a pesquisa é divulgada na TV, eles comentam. Uma vez, o seu Miguel, da portaria da FGV, disse: "Essa aí foi boa, hein, doutor?"

estou acima dela ou estou abaixo?" Isso gera autorreflexão por parte do cidadão. Outra característica de nossas pesquisas, e essa é a linha principal do projeto, é a análise dos indicadores sociais baseados em renda. Temos a preocupação de falar com um público diverso, nosso público alvo é o brasileiro comum. Um medidor que sempre escutamos são os porteiros. Quando lançamos uma pesquisa e ela é divulgada na TV aberta, os porteiros sempre fazem algum tipo de comentário. Há alguns anos, realizamos um estudo muito bom, que atingiu um público amplo, e o Seu Miguel, que trabalha na portaria aqui na FGV, entrou em minha sala dizendo: "Essa aí foi boa, hein, professor?" *[risos]*. As pesquisas em geral não têm muito esse objetivo de falar com esse público comum, não é a tradição da academia, que normalmente se comunica apenas com seus pares, com instituições, outros economistas.

Que, querendo ou não, é a elite.

Marcelo Neri A brincadeira que fazemos é que nosso centro, tal como o BNDES é hoje, tem o "s" no final, "s" de social. No sentido de não falar apenas sobre a população, mas falar com a população. Em 2006, fizemos a pesquisa e a traduzimos para o inglês. Tivemos uma surpresa, pois atingimos um novo público: com consultas de mais de 150 jornais e revistas lá de fora, como o *Financial Times*, *The Economist*, entre outros. CPS é também a sigla do *Current Population Survey*, que é a equivalente norte-americana de nosso PNAD, que trabalha com os dados sociais mais importantes e utilizados em estudos. Então tem um pouco esse codinome, mas nossa prioridade é ser um Centro de Políticas Sociais, tanto que estamos realizando um desenho de um programa "bolsa família carioca" com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Trabalhar na geração de políticas sociais está em nosso DNA, e também é parte de minha trajetória: fiz a graduação e o mestrado na PUC com os que foram os pais do Real e do Cruzado, que eram os "filhos" do Mario Henrique Simonsen, por assim dizer, e tinham essa preocupação com as políticas públicas, mais macroeconômicas. Fui contaminado pelo vírus da preocupação com as políticas públicas.

Quem foi seu mentor na época de formação?

Marcelo Neri Ah, foram vários. O Marco Bonomo, que hoje é professor aqui no Rio, na EPGE (Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV), um pouco mais velho que eu, foi meu professor e eu fui seu monitor. Havia uma geração de jovens economistas, que não eram os seniores, mas foram influentes naquela época, inclusive em minha dissertação de mestrado agradeço a eles: o Edmar Bastos, da PUC, Edward Amadeo, o Gustavo Franco, que foi o orientador da dissertação *["Inflação e Consumo: Modelos Teóricos Aplicados ao Imediato Pós-Cruzado"]*. Desde a graduação gostava de acompanhar as discussões, ficava sentado atrás nos seminários, observando. Tanto que quando foi lançado o Cruzado, pude observar as ideias expostas nos bastidores e nos seminários acadêmicos darem certo ou errado. Tenho essa tradição do desenho de políticas sociais baseada em microdados e nas PNADs. E sempre com a preocupação de comunicar à sociedade para que isso não ficar apenas restrito a um pequeno grupo, aliás, algo que sempre me incomodou.

A Academia é meio autista, fala apenas consigo mesma, não é?

Marcelo Neri Sim, fica essa troca entre os pares, muito especializada. Uma autocrítica que faço aqui no Centro e que talvez seja até um autelogio é que não sou um especialista na área social, sou um generalista na área social. A especialização é mais metodológica,

pois pega as PNADs, PMEs e as bases e registros administrativos, censos demográficos, que cada vez mais geram informação interessante e de boa qualidade. Uma vez que se entra nessas bases de informação trabalha-se com dados sobre emprego, fecundidade, escola, casamento, ou seja, vários tópicos. Essa pesquisa sobre a Nova Classe Média é interessante justamente por ser multifacetada e com uma agenda positiva. Não é agenda da pobreza, é o lado positivo do aumento da nova classe. E existe a peculiaridade de falar para as pessoas. Realizamos uma *webcast* em inglês *[transmissão de áudio e vídeo com a tecnologia streaming da internet]*, transmitida para 100 pessoas no exterior. É algo novo que a FGV possibilita, afinal hoje existem essas linguagens alternativas. Procuramos gerar nossas pesquisas com bancos de dados interativos, o que os torna mais leves, pois as bases são muito ricas. Uma matéria jornalística pode escolher uma linha mestra, a base de dados permite generalizar esse dado por grupo de idade ou interesse. Então há um pouco dessa "cozinha metodológica", que é característica nossa.

A montagem da sistemática do trabalho deve ser complicada, exigindo conhecimento altamente técnico.

Marcelo Neri O desafio é tornar simples. *[Num tom meio irônico]* Na academia se valoriza o modelo logístico multinomial para explicar se o cara é pobre ou pouco pobre ou não pobre. As pessoas falam de boca cheia: "multinomial". Acho isso uma distorção. De modo geral as pessoas, gestores de políticas ou o cidadão comum, não querem saber disso. Querem saber se é pobre ou não é pobre.

O importante é traduzir o modelo?

Marcelo Neri Claro. É fazer a tradução disso. Em nossas pesquisas há um simulador com todos esses modelos de que a gente gosta, é uma espécie de cachaça de querer facilitar, pois geramos uma interface para que as pessoas lidem com o modelo sem saber o que está por trás, nem recomendo que queiram saber porque ele é feio *[risos]*. Se for uma mulher, branca, de tal idade, moradora em tal bairro com determinada escolaridade, vai ser classe média ou não? Então o esforço é traduzir o modelo

Desde 1998 a renda da população negra cresceu três vezes mais que a dos brancos. A da periferia cresceu mais, a das mulheres também, como a das pessoas com menos educação

para uma linguagem acessível. Como a escolaridade no Brasil é baixa, esse esforço precisa ser ainda maior. Falar apenas para uma elite não tem sentido. Escrevi no *La Nación*, o jornal argentino *[http://cps.fgv.br/node/9850]*, o artigo *¡Es lo social, compañero!* Pensando da seguinte maneira: os pesquisadores em geral, eu inclusive, somos de um grupo que não é o povão e o que a pesquisa está mostrando é que existe uma redução forte de desigualdade desde 2001. A renda dos 10% dos mais pobres cresceu 7% real per capita (já descontando a inflação) contra 1,5% dos 10% mais ricos, que é onde nos encontramos. Então o povão está feliz porque participa de um grande crescimento de renda, cinco vezes maior do que o das classes altas. Esse período foi a década de redução da desigualdade.

O senhor iniciou esse trabalho há muito tempo?

Marcelo Neri Comecei antes de ir para o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A década de 1980 foi a minha década da PUC, comecei em 1981, defendi a dissertação de mestrado em 1989, ou seja, foram dez anos em que a PUC foi minha instituição, lecionei ali. Nos anos 90, dei aulas na UFF (Universidade Federal Fluminense) e fiz o meu doutorado *[em Princeton]*. Na virada da década de 1990, vim para a FGV. Então é um processo longo e com várias influências e muito aprendizado. Uma coisa boa nessa área, diferente das outras, como a do trabalho de pesquisadores teóricos, é a existência de alto ganho de produtividade. É complicado montar o modelo, mas uma vez feito isso, tudo fica mais fácil. Às vezes a primeira vez pode levar três meses para interpretar os dados de uma pesquisa; na segunda demora um mês; na terceira uma semana, e assim por diante. Ou seja, existe alto ganho de produtividade. Isso acontece em nosso Centro, temos tradição da velocidade. Na última pesquisa, por exemplo, o IBGE abriu os microdados da PNAD para acesso público às 10 horas da manhã. Minha secretária ficou na fila, pegou o CD, tomou um táxi e veio para cá. Às 10h27 já sabíamos qual era o índice de pobreza do ano. E às 14 horas estávamos na Globo News: "A FGV divulga os números da pobreza no Brasil". Dois dias depois, realizamos a coletiva para lançar a pesquisa e, na semana seguinte, lançamos a versão em inglês. O que existe por trás disso é saber realizar a leitura e achar as pérolas.

E o que são essas pérolas?

Marcelo Neri Coisas intrigantes que encontramos nos números. Às vezes depende da interpretação, mas certos números estão ali, quase gritando. É como um arquiteto pensa: "Esse tijolo está querendo ser alguma coisa" *[risos]*. Caiu a pobreza ou aumentou a desigualdade?, existe alguma coisa naquele número *[pausa]*. Uma imagem para isso é como se sobrevoássemos o Brasil por meio dessas pesquisas. Existe um mapa do Brasil, bastante representativo, você está vendo ali, vamos ali ou acolá. Vamos ao Nordeste? O Nordeste não é a terra dos programas sociais: veja, ele está crescendo 7,3%. "Ah isso é programa social." É! A renda do trabalho está crescendo tanto quanto, ou seja, é mais sustentável do que se achava. É assim que aparecem as surpresas. O grande momento na vida de um pesquisador empírico não é quando confirma algo que já sabia, é quando encontra uma coisa que não sabia. Esse é o conhecimento. Um procedimento científico comum na economia é estabelecer as hipóteses, ir aos dados, e rejeitar ou não aquelas hipóteses. Obviamente fazemos isso, pois realizamos pesquisas, mas existe também esse lado de sobrevoar e descobrir pérolas. Certa vez estava em meio a uma entrevista sobre os resultados de

uma pesquisa e uma jornalista me disse: "A renda dos negros estão crescendo". Não, respondi, a renda dos negros em relação à dos brancos pode crescer igual ou cair igual, essa é uma constante. A renda da mulher, sim, está crescendo.

Mas a renda dos negros está crescendo?

Marcelo Neri Sim, e foi a repórter que descobriu isso, "sobrevoando" os números da pesquisa. Desde 1998 até agora cresceu três vezes mais. Certamente os negros são mais pobres que os brancos, só que a diferença diminuiu. A renda da periferia cresce mais do que nas capitais. A renda das mulheres cresce mais do que a dos homens e a renda das pessoas com menos educação também. Estamos acostumados a ver a desigualdade parada ou aumentando e, desde 2001, como ela está caindo, isso faz com que as percepções se embaralhem um pouco.

Como é formada a sua equipe?

Marcelo Neri É uma equipe pequena, onze pessoas no total. É um time de futebol, onde me considero o técnico, mas em que também jogo.

E se escala para marcar o gol?

Marcelo Neri *[risos]* A gente marca o gol, mas de vez enquanto faço gol contra. É uma equipe trabalhadora e está comigo há muito tempo. Tem alunos meus de graduação, do mestrado e do doutorado. A FGV favorece muito, oferecendo bolsas de estudo, estágios. É um time pequeno, mas com alto ganho de produtividade no processo.

Como é o relacionamento do Centro com órgãos estatais como o IBGE?

Marcelo Neri Sempre foi bom e de muita admiração de nossa parte. Estamos em fases diferentes do processo e, obviamente é natural, essa relação foi ficando melhor ao longo do tempo, pois as pessoas e as instituições vão se conhecendo. O IBGE faz um trabalho maravilhoso coletando dados e os microdados das pesquisas. Ele tem várias linhas, as contas nacionais e indicadores macroeconômicos como a inflação. Tem ainda dados setoriais, como a pesquisa industrial mensal, a pesquisa anual de serviços e as pesquisas domiciliares, que é a nossa praia. É um dos muitos campos de trabalho, só que esse é um



campo que entra na casa do cidadão, fala da vida das pessoas. Esse relacionamento vem de meus tempos do IPEA, quando tinha acesso direto aos computadores do IBGE e aos microdados. Aliás, essa foi uma das razões por que quis trabalhar no IPEA: a possibilidade de acessar dados que não eram públicos naquela época. Nosso trabalho aqui no CPS é um jogo repetido, só que utiliza a informação tornada pública pelo IBGE, apesar de trabalharmos com fontes de outros ministérios e da própria FGV, mas o grosso são as informações geradas pelo instituto. Acho que ninguém analisa tanto esses dados quanto o CPS e é por isso que surgem as publicações.

O CPS realiza algum trabalho em conjunto com o IPEA?

Marcelo Neri Não. Mantenho contato com algumas pessoas do antigo IPEA, um estagiário de lá veio trabalhar comigo. É uma instituição de qualidade e com longa tradição no trabalho com índices de pobreza, desigualdade, mas com toda a franqueza, acho que perdeu muito dessa tradição e mudou muito.

O instituto se politizou?

Marcelo Neri Acho que sim, mas penso que é algo pior do que politizar. Escrevi um artigo para o *Valor Econômico* em 29 de dezembro de 2009, era começo do último ano da década e o texto olhava para o futuro. A partir de dados de 2003 a 2008, que é o "período de ouro", projetei que a pobreza iria cair tanto, se aumentasse a classe média e a desigualdade caísse tanto, um exercício que chamamos de "otimismo condicionado". Lançamos o trabalho e publiquei o artigo. Doze dias depois o IPEA, por meio de um comunicado, usando as mesmas hipóteses, chegava ao seguinte resultado: a extrema pobreza será erradicada. Em nossos índices a pobreza caía 50% e achávamos que se isso acontecesse seria sensacional. A pobreza deles caía 85%! É muito diferente 50% e 85%, convenhamos.

Aí entramos na área dos desejos.

Marcelo Neri É. Como eles usaram as mesmas hipóteses empregadas por nós, alguém estava errado; se fossem hipóteses diferentes, poderia haver diferenças. Aplicamos os dados do IPEA em nosso modelo e chegamos à conclusão de que, para a pobreza cair 85%, o país teria de crescer 15% ao ano e a desigualdade cair 40% a mais do que caiu. Acho que foi um pouco *Alice no País das Maravilhas*. Um presidente americano, o Harry Truman, falou que queria um economista com apenas uma mão. Um maneta. Pois o economista dá os dilemas: você irá ganhar isso, mas perderá aquilo, pois há os custos fiscais, as contas irão desajustar, mas por outro lado *[in the other hand, em inglês]* terá um ganho no aumento da educação. Muitas vezes o debate brasileiro fica polarizado quando em essência as coisas possuem dois lados. Para a oposição tudo o que vem do governo é ruim, e tudo o que vem dela é bom e vice-versa. Perde-se a noção desses dilemas.

Terminamos a década dos anos zero e começamos a década dos 10. A *Getulio* nº 21 publicou seu trabalho *A Pequena Grande Década,* em que o senhor previa que a próxima seria a década da capacitação e da educação.

Marcelo Neri Falava da falta da qualidade da educação. Existem metas traçadas até 2021. Em 2022 será a celebração de 200 anos de Independência, aí iremos saber se temos o que comemorar ou não. É um desafio e acho que funciona bem.

Desafio colocado por quem?

Marcelo Neri Pelo movimento Todos pela Educação, de que participo. O Governo fez o IDEB (*Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*), com indicadores diferentes, mas que possui a mesma lógica. Idealmente a próxima década seria a da qualidade da educação. Com metas para cada escola e também para todo o país. O brasileiro funciona quando há desafios, mas como você falou, em termos mais gerais, nessa década que acaba demos aos pobres os mercados, e a educação é o grande passaporte para os mercados, mas na verdade talvez esteja na hora de inverter os termos, e dar ao mercado pessoas mais preparadas, com educação de qualidade. Hoje entre nós se discute muito o Estado versus Mercado e essa discussão está malparada. São os tais dilemas. Corremos o risco de ficar com as piores qualidades do Estado e do Mercado, quando o segredo é usar o que os dois têm de melhor.

Há o movimento de reestatizar e, a depender dessa visão, a Vale volta a ser estatal.

Marcelo Neri Exatamente. O valor de mercado da companhia é hoje infinitamente maior. E as pessoas falam: "Viu como foi mal vendida?" Não é assim, a Vale ganhou valor de mercado porque mudou a atuação. No meu entender, a agenda dos próximos dez anos seria a da qualidade na educação e, por meio dela, do acesso aos mercados. O Brasil segue o que podemos chamar de caminho do meio, nem tanto ao Mercado e nem tanto ao Estado. O povo brasileiro busca o caminho do meio. Se começarmos a dar uma de Hugo Chaves, falar que iremos quebrar contratos, isso terá baixa aceitação. Basta ver o que aconteceu com o discurso do candidato Plínio Sampaio – e olha que ele é um craque de comunicação. As pessoas não querem isso e claramente disseram não.

Num debate de que participou na Globo, o senhor dizia não ser crítico em relação ao Bolsa Família, mas esperava que essa fosse a última geração a usar esse programa.

Marcelo Neri O Bolsa Família é um excelente programa, seu custo benefício é bom, mas o ponto é que não estamos utilizando todos os benefícios que ele pode causar, que é ser para os pobres uma plataforma de acesso à educação, à saúde, e também para que as pessoas possam acessar os mercados de créditos e trabalho, por exemplo. Lembro ainda o debate da campanha eleitoral sobre aumentar o salário mínimo. Não acredito que seja uma boa política, já aumentar o Bolsa Família, pelo custo fiscal ser pequeno, vale a pena aumentar. Também não sei se é o caminho certo, mas aumentar o salário mínimo não é o caminho que eu tomaria.

Afinal, economia é uma ciência social, mesmo tendo o jeitão das ciências exatas. Tem o lado da matemática, mas precisa ter o homem no centro, sem perdê-lo muito de vista

Num desenho de cenários, que riscos o senhor vê nesta nova década?

Marcelo Neri Sem dúvida existem muitos riscos. O perigo vem de fora, com a crise internacional, a crise europeia e, talvez o pior, nossa autocomplacência por termos conquistado alguma coisa. Esse é o risco. A vantagem é que estamos saindo. A própria palavra desenvolvimento quer dizer sair do envelope: estamos assumindo nosso tamanho no mundo e para nós mesmos. Estamos num processo. Participei de um debate em que o comentarista, muito preciso, crítico e ácido disse: "Você fala em tirar o atraso. Quando andaremos para a frente e nos tornaremos verdadeiramente um país desenvolvido?" Ah, isso vai demorar! Estamos falando em tirar atrasos, o país tem problemas gigantescos que atrapalham esse avanço...

Saneamento básico, analfabetismo...

Marcelo Neri E desigualdade, inflação ou criminalidade. São coisas coletivas em que até podem acontecer saltos. Uma coisa que falta é um salto na segurança. Demos um salto na democracia, em direção à estabilidade, agora houve o salto contra a desigualdade e a informalidade, mas falta o salto na segurança. E esse assunto esteve ausente dos debates da eleição presidencial. O Brasil pode dar saltos e isso tem ocorrido, mas precisamos de muitos outros até chegar ao ideal.

O senhor tem visitado o nordeste?

Marcelo Neri Bastante. Analisamos uma experiência de microcrédito chamado CrediAmigo, do Banco do Nordeste, uma espécie de Grameen Bank que deu o Prêmio Nobel da Paz de 2006 a seu criador Muhammad Yunus, de Bangladesh. Só que essa é uma experiência que acontece em Estados como o Ceará e Pernambuco, algo que adiciona, humaniza e dá um retrato humano e ajuda muito nas reflexões. Afinal, economia é uma ciência social, mesmo tendo o jeitão de ciências exatas. Tem o lado da matemática, mas precisa ter o homem no centro, sem perdê-lo muito de vista.

Algum projeto para esta década que começa agora?

Marcelo Neri Pretendo continuar a tocar as coisas, temos vários projetos interessantes como o de instituir o Bolsa Carioca, existe essa relação com a cidade. Esse é um trabalho desenvolvido para a Prefeitura do Rio de Janeiro e está muito interessante, pois elaboramos a lista de pessoas, trabalhamos com grandes bases, daremos prêmio de incentivo à educação. Importamos uma paulista, a Claudia Costin, para a Secretaria de Educação e ela está realizando um excelente trabalho. Temos uma agenda intensa de projetos e precisamos manter a sustentabilidade financeira de nosso Centro.

Alguma coisa que o senhor queira complementar?

Marcelo Neri Achei interessante, pois falamos um pouco daqui da nossa cozinha.

O senhor cozinha?

Marcelo Neri Sou muito primitivo. Gosto de coisas cruas, salada de fruta, sushi. Gosto de vinho, mas não sou um grande entendedor.

Cinema?

Marcelo Neri Gosto, mas prefiro a natureza, ir para as montanhas, a Região dos Lagos, comprar o meu peixe fresco.

O senhor pesca?

Marcelo Neri Pesco. A ideia é percorrer toda a cadeia produtiva *[risos]*.



O LADO BRILHANTE DOS POBRES

Nosso país entra nos anos 10 em uma situação muito melhor do que aquela em que estava quando, em 2001, inaugurou a primeira década do século

Por Marcelo Côrtes Neri

Me lembro da primeira vez que vesti óculos para miopia. Da indescritível sensação de começar a perceber a profundidade e a clareza das coisas ao redor. Olhava maravilhado os contornos do mundo à minha volta. As possibilidades de enxergar o Brasil também têm evoluído. Um marco foi 1995, quando o IBGE abriu os microdados de suas pesquisas, conferindo liberdade a cada um de olhar, desde uma perspectiva própria, os brasileiros em suas casas.

Me lembro em 1994, mais ou menos na mesma época em que fui introduzido aos óculos, de ler no *New York Times* sobre os determinantes do peso das crianças, e pensava comigo quão distante disso estava o Brasil. À época pensava antes e acima de tudo na inflação nossa de cada dia, que distorcia sentidos e preocupações. Hoje, a cada nova PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), debatemos nossas conquistas e os nossos percalços.

O problema dos analistas é que a PNAD é uma base multifacetada dificultando a síntese de seus resultados em conclusões simples, do tipo: e aí melhorou ou piorou a vida dos brasileiros? Esta é a nossa busca. A estratégia é, por meio do instrumental da literatura de bem-estar social, sintetizar um amplo espectro de informações pnadianas em uma mesma dimensão. Projetar o conjunto de informações na dimensão renda. A promessa é, uma vez integrada, podermos produzir a divisão ordenada do conjunto como peças de um quebra-cabeças para identificar a magnitude relativa das causas das mudanças observadas.

Alguns argumentarão, com razão, que a estratégia reducionista transformará o retrato colorido fornecido pela PNAD numa foto em preto e branco. Respondo a este ponto citando as vantagens de olhar as partes sem perder a visão do todo, que constitui o cerne de nossa estratégia. Lembrando que cada um pode produzir uma espécie de refração ordenada de um raio de luz unidimensional transformando-o de volta no seu arco-íris onde, reza a lenda, ao fim existe um pote de ouro.

Senão vejamos: a fim de fornecer uma síntese, a literatura sintetiza o bem-estar inicial de todos num único número correspondendo ao nível de bem-estar social. Optamos aqui por uma solução simples, de acoplar os efeitos da média e da desigualdade numa função de bem-estar social simples, proposta por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia. A medida de bem-estar social é igual a média de renda per capita x (vezes) o complemento do Gini ((1 – Gini) igualdade), onde a desigualdade funciona como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível da renda média. Por exemplo, a renda média de R$ 630,00 mensais por brasileiro em 2009 seria o valor do bem-estar social

segundo a medida simples de Sen, se a equidade fosse plena. Mas, na verdade, corresponde a 45,52% deste valor, ou R$ 286,77, dada a extrema desigualdade atual brasileira. O deságio era ainda maior quando o índice era apenas 41,7% da renda média em 2003. Houve uma evolução de 2003 a 2009 de 44% no nível de bem-estar social contra 31,9% da renda per capita nesse período. Em taxas médias anuais de crescimento da renda per capita da PNAD cresce a 4,7% ao ano contra 6,3% das do bem-estar social. Esse ganho se refere à redução de desigualdade observada no período. A desigualdade de renda no Brasil vem caindo desde 2001. Entre 2001 e 2009, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou em 1,49% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresceu a uma notável taxa de 6,79% ao ano.

PIB X PNAD

Há que se notar o descolamento da taxa pura de crescimento PNAD versus PIB no período. De 2003 a 2009, a taxa de crescimento do PIB per capita foi em média de 2,88% ao ano, sendo superada em 1,83 pontos percentuais ao ano pela renda PNAD, a perspectiva aqui seguida. Na última PNAD a diferença quase dobra. O PIB per capita cresce cerca de -1,5% em 2009 contra um crescimento este sim positivo de 2,04% da renda da PNAD. Na China e na Índia ocorreu o oposto, o PIB cresceu mais que a das pesquisas domiciliares, o tamanho da goleada de crescimento sofrida pelo Brasil frente a outros BRICs depende do tipo de placar. No placar de crescimento de bem-estar como nos demais BRICs, a desigualdade, embora mais baixa, seguiu subindo, o crescimento de bem-estar medido pelas pesquisas domiciliares é duplamente mais auspicioso que o do PIB.

Agora quão sustentável é o recente padrão de crescimento inclusivo tupiniquim? A pesquisa destrincha a importância de diferentes fontes de renda no avanço dos indicadores sociais do país. Os resultados apontam que, embora tenha havido aumento forte da renda, derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao salário mínimo, a parcela devida ao trabalho fica próxima ao expressivo crescimento de renda de 4,72% dessa fase entre 2003 e 2009. O incremento médio de 4,61% ao ano da renda trabalhista per capita, que corresponde a 76% da renda média percebida pelo brasileiro, confere uma base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais.

Mais genericamente, usando a métrica das equações de salários para a construção de indicadores estruturais de potencial consumo (bens duráveis, moradia, serviços públicos etc.) e de capacidade de geração de renda (bens físicos, tais como Centros de Inclusão Tecnológica e Social, educação, qualidade do emprego etc.) revelam que o lado do produtor está crescendo 38% mais rápido do que o lado do consumidor no período 2003 a 2009: 31,2% de aumento do índice do produtor contra 22,59% do índice do consumidor. Durante o ano da crise, esses índices cresceram 3,05% e 2,49%, respectivamente. Traduzindo a riqueza de dados sobre estoques de ativos, agrupados sob duas perspectivas, a do consumidor e a do produtor, nos termos da fábula de La Fontaine, a pesquisa permitiu separar os brasileiros em cigarras e formigas. Mostramos que na foto os brasileiros são mais como cigarras do que formigas, porém o filme dos últimos seis anos mostra metamorfose gradual em direção às formigas. Então não é que os brasileiros estão indo fazer compras a crédito, mas que quem foi mais à escola no passado está obtendo agora proporcionalmente mais empregos formais.

O filme dos últimos seis anos mostra a metamorfose gradual dos brasileiros de cigarras em formigas. Quem foi mais à escola está obtendo agora mais empregos formais

Como consequencia da manutenção do crescimento com redução da desigualdade, a pobreza também continua a sua tendência decrescente, que vem desde 2003, quando o número de pobres, segundo a linha da Fundação Getulio Vargas, era de 49 milhões de pessoas, o que corresponde em nossa metodologia de segmentação de classes à classe E. Após a recessão do primeiro ano do governo Lula até 2008, 19,5 milhões de pessoas saíram da pobreza e adicionamos no ano passado mais 1 milhão, chegando a uma população de 28,8 milhões de pobres, um contigente ainda expressivo, sem dúvida. A taxa de pobreza cai de 16,02% para 15,32% entre 2008 e 2009, uma queda de 4,32% em pleno ano de crise.

Mudança de classes

Olhando mais para cima e para o alto da distribuição, cerca de 29 milhões de brasileiros ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (Classe C) entre 2003 e 2009, sendo 3,2 milhões entre a divulgação das duas últimas PNADs. Na época de crise, a classe C cresceu mais em termos proporcionais (2,5%) do que as demais classes, chegando em 2009 a 94,9 milhões de brasileiros – o que corresponde a mais da metade da população total (cerca de 50,5%). Já as classes AB foram as que cresceram mais em termos relativos (39,6%) no período total de 2003 a 2009, quando 6,6 milhões de pessoas foram incorporadas a elas, chegando a 20 milhões de brasileiros (cerca de 10,5% da população total).

Na soma desses estratos econômicos médios e altos da distribuição sintetizados nas classes ABC, foram adicionadas 35,7 milhões de pessoas no período de 2003 a 2009, cerca de 3,7 milhões a mais do que os 31,9 milhões adicionados no quinquênio de 2003 a 2008. Em contrapartida, a base da pirâmide econômica formada pelas classes D e E foi reduzida de 96,2 milhões em 2003 para 73,2 milhões em 2009, sendo 2 milhões mesmo no ano da crise internacional. Isso significa que, nas últimas sete PNADs, mais de meia população do Reino Unido foi incorporada às classes ABC.

Os números acima ensejam duas reflexões, uma política e outra econômica. Os 94,9 milhões de brasileiros que estão na nova classe média correspondem a 50,5% da população. Isto significa que a nova classe média brasileira não só inclui o eleitor mediano tido como aquele que decide o segundo turno de uma eleição, mas que ela poderia sozinha decidir um pleito eleitoral. Complementarmente, essa também é a classe dominante do ponto de vista econômico, pois concentra mais 46,24% do poder de compra dos brasileiros em 2009 (era 45,66% em 2008), superando as classes AB – estas com 44,12% do total de poder de compra. As demais classes, a D e E, têm hoje 9,65% do poder de compra, caindo do nível de 19,79% logo antes do lançamento do plano Real.

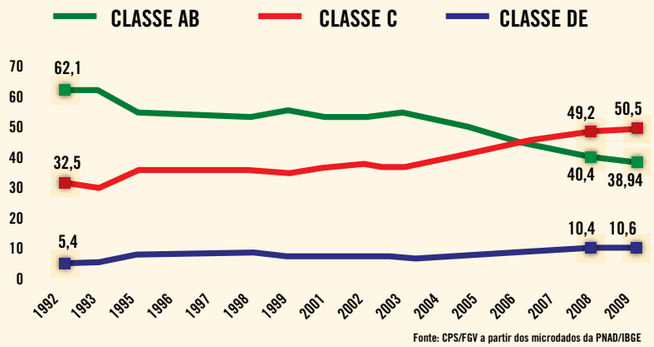
O arco-íris

Mas como foi a dinâmica do bolso dos brasileiros após a crise internacional? Este é o derradeiro teste de sustentabilidade, pois o mundo se encontra hoje estagnado. As rendas familiares do trabalho para as seis principais regiões metropolitanas do Brasil se deterioraram em janeiro de 2009, quando a crise atingiu o bolso brasileiro de forma intensa, causando um aumento de 6,8% na pobreza apenas nesse mês.

No entanto, desde fevereiro de 2009, o Brasil livrou-se da crise e recuperou seu ritmo de crescimento pré-crise. Indo além do último valor disponível da renda da PNAD e do PIB, o Brasil não só saiu da crise de 2009, mas superou mês a mês o período de ouro anterior, que foi o de 2003 a 2008. Por exemplo, nos 12 meses até agosto de 2010, as classes mais baixas, a E e a D, caíram 8,7% e 12,9%, respectivamente; e a classe C cresceu 2,3% enquanto a classe AB cresceu 13,6%. Os bons resultados não apenas superam o do período de bonança internacional encerrado com a tempestade financeira internacional. Isso porque a renda está crescendo o dobro e a desigualdade caindo quase tanto quanto no período de ouro.

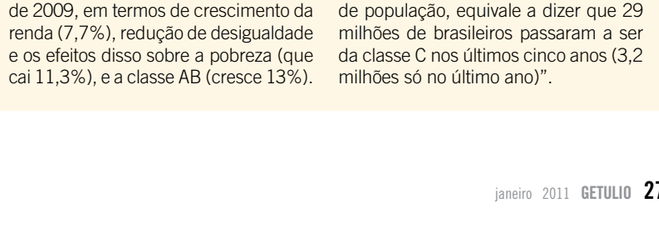
Na minha opinião o grande momento de um pesquisador empírico não é quando ele confirma o que já sabia mas quando ele se surpreende com algo que não sabia. Sensação comparável à de um garoto que acha uma moeda preciosa desapercebida jogada na calçada. O que posso dizer é que ao fim da presente investigação achei sob as lentes das pesquisas ibgeanas não um pote de moedas valorizadas – o que seria até certo ponto previsível na busca de um economista – mas o tal arco-íris.

EVOLUÇÃO DA CLASSES ECONÔMICAS



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

VARIAÇÃO DAS CLASSES ECONÔMICAS NO PÓS-CRISE



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

O INÍCIO DE UMA DÉCADA DOURADA

Em meados de setembro, foi divulgada pelo Centro de Políticas Sociais da FGV a pesquisa "A nova classe média: o lado brilhante dos pobres", incluindo os dados da PNAD (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2009 e dados da PME (Pesquisa Mensal de Emprego)* até julho de 2010. A pesquisa, dirigida pelo economista-chefe do CPS-FGV, Marcelo Côrtes Neri, traz duas boas conclusões: a) a crise iniciada em setembro de 2008 afetou pouco o bolso do brasileiro; b) os dados de julho de 2010 estão particularmente fortes quando comparados com julho de 2009, em termos de crescimento da renda (7,7%), redução de desigualdade e os efeitos disso sobre a pobreza (que cai 11,3%), e a classe AB (cresce 13%). Mas o que é surpreendente é o crescimento da classe C, com a correspondente queda das classes D e E (conferir o texto integral da pesquisa em www.fgv.br/cps/ncm). É o melhor resultado de nossos últimos 40 anos. Segundo Marcelo Neri: "A classe C, a mesma que atingia 37,56% da população brasileira em 2003, passa a 50,45% em 2009, ou 94,9 milhões de brasileiros que têm renda acima de R$ 1.126,00 até R$ 4.854,00 mensais – é a classe dominante no sentido populacional. Este crescimento de 34,34% no período de seis anos, traduzido em termos de população, equivale a dizer que 29 milhões de brasileiros passaram a ser da classe C nos últimos cinco anos (3,2 milhões só no último ano)".



DEBATE

FERNANDO ALMEIDA, SÔNIA CASTELLAR, HELENA SINGER E ROBERTO DA SILVA

UM NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO

O grande desafio desta década será inovar, trazendo os saberes e a participação da comunidade para a construção de uma escola integral

Por Carlos Costa
Fotos Gustavo Scatena

Há algo que destoa no cenário otimista por que o país vem passando. Se na sequência das últimas décadas melhoramos com a democratização, com a estabilização da moeda, com o crescimento econômico e com a diminuição da desigualdade, ainda emperramos com a qualidade da educação. Na avaliação realizada recentemente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) entre estudantes de 15 anos de 65 países, o Brasil patinou entre a 53ª (leitura e ciências) e a 57ª (matemática) posições. A China foi a primeira colocada nos três quesitos, seguida de Singapura e Coreia do Sul. "Educação de qualidade deve ser a meta da próxima década", indicava o economista Marcelo Neri, há três números desta revista – e ele volta ao tema na entrevista desta edição. Para refletir sobre essa situação e apontar caminhos, convidamos quatro especialistas em educação: Fernando José de Almeida, filósofo e pedagogo, doutor em filosofia da educação pela PUC-SP, com pós-doutorado em Lyon, na França, foi secretário de Educação da cidade de São Paulo, vice-reitor acadêmico da PUC-SP e vice-presidente da Fundação Padre Anchieta; Sônia Maria Vanzella Castellar, doutora em geografia e livre docente em metodologia do ensino de geografia pela Faculdade de Educação da USP, tem uma trajtória histórica no trabalho de formação e capacitação de professores; Helena Singer, doutora em sociologia pela USP, com pós-doutorado em educação pela Universidade de Campinas, é diretora pedagógica da Associação Cidade Escola Aprendiz; e Roberto da Silva, doutor em educação e livre docente em pedagogia social pela USP, ex-interno da Febem, tem uma história de vida e de trabalho com educação social. Durante quase duas horas eles conversaram e trocaram visões num debate enriquecedor. Acompanhe a seguir uma síntese:

Parece haver consenso de que esta será a década da educação. Para discutir caminhos fizemos esse convite. Como sempre, iniciamos com a apresentação dos participantes.

Fernando José de Almeida Minha formação inicial foi filosofia, com ênfase na aristotélica e tomista, a escolástica. Estudei com os jesuítas que tinham como perspectiva a escolarização da classe burguesa brasileira, com a lógica de que essa classe seria a que traria o benefício social, pela capacidade de organizar a sociedade. Isso me levou à preocupação com o aprendizado e cursei pedagogia como desmembramento da filosofia, pois para trabalhar essa mudança tinha de entrar na escola. Fiz pós-graduação em Filosofia da Educação e fui para a PUC de São Paulo, e ali minha formação começou a ser questionada com o que estava acontecendo de mais moderno, não só o existencialismo humanista, que marcava o ensino da PUC, como também o pensamento de Gramsci e a base do marxismo. O existencialismo colocava outro modo de ver a realidade, interpretar, entender a ideologia, a sociedade e a economia. Interessei-me nessa época pela tecnologia, primeiro como instrumento de dominação e de controle social. Entendi que, já que a sociedade e seus movimentos são contraditórios, a tecnologia seria uma forma de reinaugurar a educação de modo mais democrático. Fiz doutorado nessa área, também na PUC, e naquela época professores como Demerval Saviani e Antônio Joaquim Severino abriam o olhar dos educadores que se formavam no doutorado como intérpretes de uma nova filosofia, mais ligada

à política, ao intelectual orgânico, ao partido. Era aquele tempo em que o PT se formava e pela primeira vez se ouvia falar de um líder chamado Lula. "Esse cara é um intelectual orgânico", diziam. Passei a dar aulas na PUC e coordenei a parte pedagógica do Colégio Nossa Senhora das Graças por 25 anos. Essa é um pouco minha história epistemológica e o meu crescimento de sair do pensamento aristotélico e escolástico e chegar à visão que compreendia o materialismo como uma forma mais ampla de explicar a realidade.

Sônia Maria Vanzella Castellar Demorei um pouco a escolher o que me atraía do ponto de vista da formação. Acabei entrando na USP e cursei Geografia, participando do movimento estudantil, na associação dos geógrafos. Minha formação foi a mistura da academia com a atuação política, passando por alguns partidos como o PCdoB e PT. Isso me aproximou do marxismo, como o Fernando estava se referindo. Primeiro uma visão abrangente da história para compreender a realidade do Brasil, e isso foi o que sempre me mobilizou. Após entrar na universidade isso se tornou muito forte e compreendi, na militância, o papel da universidade, da educação na sociedade. O que me levou ao envolvimento com a educação, pois nessa perspectiva de entender a realidade e a nação percebi que a educação era a estratégia para a mudança. Daí, construí meu caminho até a docência. Durante anos lecionei em escolas particulares e públicas. Fiz mestrado na Educação para entender como era trabalhar com a formação de jovens e adultos, pensar o processo de ensino-aprendizagem, como a criança pensa, como acontece essa formação piagetiana, depois sócio-histórica. No início dos anos 90, no Governo Covas, trabalhei num projeto de formação de professores para a Secretaria de Educação. Depois fiz o PEC-Programa de Educação Continuada-Formação Universitária com a Rose Neubauer, projeto que contou com a participação da PUC, da USP e Unesp. A partir de um diagnóstico das demandas da escola propúnhamos repensar essas práticas. Nesse diálogo articulado com a universidade, a formação dos professores se dava numa parceria. Saí da rede da educação básica e migrei para o ensino superior e a formação de professores, trabalho que realizo até hoje. Continuo com o foco no aprendizado, na formação, e coordeno, pela universidade, o projeto de Especialização de Gestores da Secretaria de Estado da Educação.



Helena Singer Minha formação foi em Sociologia, Ciências Sociais. Tinha a clareza de que não queria ser professora. Fiz mestrado em sociologia da educação analisando escolas que tinham uma proposta de gestão democrática. Meu foco não era a pedagogia, mas, na perspectiva da sociologia, ver como se criam instituições democráticas e os limites e possibilidades dessas instituições em um contexto não democrático, como é o de nossa sociedade. Influenciada e seguindo o pensamento foucaultiano, trabalhei com a perspectiva de instituições que resistem aos processos de disciplinarização. Nesse mesmo período desenvolvia um estudo no Núcleo de Estudos da Violência da USP, com meu orientador Sergio Adorno. Estudávamos o processo de democratização do Brasil nas décadas de 80 e 90 e a violação dos direitos humanos. Esse foi o tema de meu doutorado. Trabalhei analisando os discursos dos operadores do Direito e da imprensa sobre linchamento, também na perspectiva de Foucault. E nessa análise descobri que, muitas vezes, os defensores dos direitos humanos usam a mesma linguagem dos repressores. Ou seja, quando atacavam os policiais, linchadores e grupos de extermínios os defensores dos direitos humanos usavam a mesma veemência e palavras de ordem. É a volúpia punitiva, ou seja, a vontade de punir. "Prisão para os policiais que torturam": os que bradavam isso eram os mesmos que criticavam a prisão na sua radicalidade. Ou seja, mostravam como a prisão era ruim nos seus próprios propósitos, mas pediam prisão para quem violava os direitos humanos. Minha ideia era continuar essa linha de pesquisa, mas recebi convite para participar da criação de uma escola democrática, algo que não existia. Assim, apesar de nunca ter pensado entrar para a área educacional aceitei o convite por ser irresistível. Criamos a primeira escola que se assumia como democrática aqui no Brasil e começamos os processos de democratização em escolas públicas. Passei a atuar com articulações de projetos educativos nos bairros e comunidades. A questão da democracia é a que me orienta. Como democratizar a escola e a educação no sentido de reconhecer os outros atores desse processo e não apenas a escola. A comunidade, a família, a empresa também educam; então, como criar fóruns comunitários de reflexão e de construção de um projeto pedagógico comum?

Qual foi essa escola pioneira?

Helena Singer A Escolar Lumiar. Agora estou na Cidade Escola Aprendiz. ONG que trabalha com articulação de potenciais educativos nos territórios.

"Para mim não foi surpresa, mas foi um escândalo anunciar que metade daqueles bebês sob tutela do Estado enveredara pelo caminho do crime" (Roberto Silva)

Roberto Silva Estou achando inusitado esse encontro, pois para mim é uma provocação para reflexões que não sei se tive tempo para fazer *[risos]*. Há algum tempo recebi o convite de alunos de Psicologia do campus da USP em Ribeirão Preto para realizar uma reflexão sobre o tempo. Recusei várias vezes, pois tentava encontrar um caminho de como eu pensava o tempo em minha vida e a forma como o sistematizei. No final aceitei e percebi que havia feito essa reflexão, não sistematizada, com considerações a colocar sobre o tempo em minha vida. Com a educação, essa reflexão é mais desordenada, pois passei pouco tempo dentro da escola. Fiz todo o meu aprendizado no que o Paulo Freire e o Jürgen Habermas chamam de "o mundo da vida". São posturas que adoto hoje e é com essa linha que trabalho. Não fui para a escola para aprender ou estudar, minha experiência com escola foi traumática, frustrante. Aprendi a ler fora das escolas, em gibis que encontrava no lixão. Fiz da 1ª até a 4ª série, na década de 60, no Lar Escola Monteiro Lobato em Sorocaba, escola que ficava dentro de um abrigo para menores. Apesar de bagunceiro tirava notas boas mas no final da 4ª série fui transferido para o complexo do Tatuapé, onde ficavam as instalações da Febem. Isso foi uma ruptura brusca no processo de escolarização. Fui transferido na condição de menor infrator e assim uma série de direitos era negada. Não terminei a 4ª série e passei o ano seguinte de castigo, sem poder estudar. Em 1971 voltei para a escola, na vigência da famigerada LDB *[Lei de Diretrizes e Bases]*, a única experiência fora de instituições fechadas, pois o Ginásio Estadual Parque São Jorge era fora da Febem, mas não consegui terminar a 5ª série.

Por que não terminou?

Roberto Silva O Juizado de Menores resolveu fazer minha desinternação da Febem e isso interrompeu minha trajetória de escolarização. Passei anos fora da tutela do Estado, vivendo em situação precária nas ruas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte – e assim não havia possibilidade de estudar. Fui preso várias vezes e com a condenação definitiva estava destinado a passar 36 anos na cadeia, dos quais cumpri dez anos. Na Casa de Detenção, o Carandiru, não havia qualquer preocupação com escolaridade, só existia uma biblioteca. Nesse tempo não estudei. Em 1985, no auge do Movimento das Diretas Já!, sai em liberdade e, na condição de ex-presidiário, me intrometi nesse debate, pois tinha alguma coisa a dizer *[risos]*, afinal era de uma população que não tinha voz, pois não se falava em direitos humanos para presos comum, esse discurso só alcançava os presos políticos.

Quando sentiu necessidade de voltar a estudar?

Roberto Silva Quando estava com 33 anos, em 1989, mais pela necessidade de profissionalizar um trabalho de natureza comunitária que realizava e queria ampliar o meu leque como interlocutor, ter acesso às políticas públicas, financiamentos, às relações de parcerias que já se avistavam como importantes na época. O déficit escolar que eu tinha era grande e recorri à modalidade do supletivo.

Que trabalho que o senhor realizava?

Roberto Silva Um trabalho ligado a grupos de jovens das igrejas, formação de lideranças juvenis. Como os professores do centro de estudo supletivo da cidade de Cáceres, no Mato Grosso, fronteira com a Bolívia, me conheciam e ao trabalho que desenvolvia, fizeram uma aposta interessante: permitir que eu eliminasse todas as matérias juntas. Para eliminar o 1º e o 2º grau teria 120 provas e as encarei em 122 dias *[risos]*. Voltei para a escola para que ela legitimasse os saberes que havia construído no mundo da vida, não para aprender. Fazendo as contas, recuperei a defasagem e dei um salto, entrei no curso de Pedagogia e em seguida emendei o mestrado e o doutorado. Fiz tudo isso em 12 anos, quando de forma linear qualquer pessoa gastaria pelo menos 24 anos.

Não sofreu indigestão?

Roberto Silva Não, e não fiquei "louco de tanto estudar". Não queria explorar novas fronteiras do conhecimento no mestrado, nem no doutorado, o que queria era trazer para a universidade questões que havia vivido e que não encontravam lugar nos estudos acadêmicos. Da mesma forma que não havia políticas públicas para enfrentar essas questões. No mestrado, reconstruí minha história de vida e das crianças ditas "órfãs da primeira geração", que foram entregues à tutela do regime militar com a criação do sistema Funabem e Febem. A maioria eram bebês colocados sob tutela do Estado, ainda sem muita influência externa, isso quer dizer que o caráter, a identidade, a subjetividade e a auto-imagem dessas crianças se construíram sob tutela do regime militar. Fiz uma pesquisa em caráter longitudinal, no sentido de recuperar a documentação, os relatórios, registros dessas crianças, inclusive os meus e dos meus irmãos. O que havia acontecido com aquela geração, que naquele momento em que eu realizava a pesquisa estava na faixa etária entre 32 e 42 anos?

E qual a conclusão do trabalho?

Roberto Silva Para mim não foi surpresa, mas em termos públicos foi um escândalo anunciar que metade daquelas crianças enveredara pelo caminho do crime. Metade estava, passara ou morrera dentro das prisões. Alguns estão até hoje. Isso reforçou minha intenção de estudar as práticas pedagógicas das "instituições totais", categoria que Erwin Goffman elaborou para explicar essas instituições extremamente fechadas, que incidem em todos os aspectos da formação da subjetividade do sujeito, como são os abrigos, as prisões, manicômios, conventos. Depois do doutorado, cheguei a um esgotamento do estudo dessas chamadas pedagogias institucionais. Consegui entender e decifrar razoavelmente esse tema e concluí que

não basta investir na chamada reforma institucional para melhorar as práticas, e que a intervenção pedagógica deve dar-se no âmbito de toda a sociedade. Concebo a educação como algo mais amplo do que a sala de aula e a escola, ela se dá em todos os espaços e em todas as relações, e todos somos potencialmente agentes pedagógicos. Isso me fez migrar para o caminho em que estou hoje, o da pedagogia social, e estudar esses processos mais amplos de interação com o social e de como se produz a educabilidade social do sujeito, em diversos aspectos: educação ambiental, política, para valores e assim por diante.

Alguém tem algo a acrescentar?

Fernando Almeida Se eu for falar algo, irei chorar *[risos]*.

Então entremos no tema do debate. Se a década de 80 foi a da redemocratização; a de 90, a da estabilização econômica; a passada, a da redução das desigualdades. Os senhores consideram que a década atual será a da qualidade da educação?

Roberto Silva Ao longo do Governo Lula, e não é mérito dele, mas questão de aproveitar a oportunidade, muita coisa mudou. Mas precisamos dizer aos agentes internacionais, como o FMI, Banco Mundial, Unesco, que de certa forma conformam os desenhos de nossas políticas públicas, que o investimento social não pode ser computado na conta das despesas, mas sim dos investimentos. Inverter a lógica: o investimento necessário no campo do social e da educação não pode estar limitado à racionalidade econômica do país. No campo da pedagogia social em que atuo, existe um esforço educacional, fora das instâncias e agências oficiais, que é extraordinário. Conhecemos esse campo como educação popular, educação social, comunitária ou genericamente de educação não formal. E para ela não há legislação, política de formação de professores ou de financiamentos, nem sistemas de avaliação. Mas apesar disso, ela acontece e é efetiva em todo o Brasil. Em um país como o nosso, com os déficits existentes, não podemos limitar a concepção de educação apenas ao que é feito dentro de sala de aula, que é para onde se destina o investimento direto de recursos federais, estaduais ou municipais. O potencial de inclusão social que essas outras práticas têm é igual ou maior do que o ensino oficial.

O senhor poderia dar um exemplo?

Roberto Silva O MST rejeita o processo de escolarização formal dos filhos dos assentados e construiu um modelo próprio e, agora que eles conseguem boas notas no sistema de avaliação, todos começam a prestar atenção. A concepção de educação que se faz nas ONGs, movimentos sociais, sindicatos, com a educação para os direitos humanos, a educação nos quilombolas, a indígena, não estão no currículo, assim como a educação para a sustentabilidade. Tudo isso tem extraordinário potencial e ainda não se encontrou uma forma de criar sinergia entre essa educação e a que é feita na escola. Não dá para falar em crise na educação enquanto não explorarmos essas múltiplas possibilidades.

Sônia Castellar O diálogo é o mesmo, mas às vezes podem aparecer divergências. O que aconteceu no país nos últimos anos, com relação à distribuição de renda, as mudanças na economia e no social, de tirar uma boa parte da população da miséria, isso foi fundamental. Tenho o privilégio de viajar muito pelo país e é impressionante e visível a mudança do ponto de vista econômico e do acesso que as pessoas passaram a ter a recursos como a banda larga, por exemplo. Em junho fui dar um curso no meio da Amazônia e lá naquele interior os municípios têm acesso à internet com banda larga, celular. Claro que existem precariedades, mas a população tem acessos. Temos de pensar o que irá acontecer no país que teremos daqui para a frente e, sobretudo, pensar na função da educação, elemento fundamental para a nova década em função do próprio desenvolvimento econômico. Essa é questão estratégica e o desenvolvimento econômico tem que estar associado ao campo educacional. Sou defensora, até por minha trajetória, da escola pública e de que todos tenham acesso a ela. Houve uma democratização do acesso à escola, mas

“Educação de qualidade que absorva a população no mercado depende de dois fatores: formação do docente e entender o papel social da escola” (Sônia Castellar)

não houve democratização ao acesso do conhecimento. Esse acesso é importante no âmbito da formação da cidadania. Um jovem que não tem acesso, não consegue aumentar seu conhecimento além do formal, trazido pela sociedade, família e local em que vive. Mas o conhecimento escolarizado é importante. Tive o prazer de coordenar um curso no projeto de Educador Comunitário em parceria com o Projeto Aprendiz e havia a preocupação de que o professor envolvesse o entorno da escola. Infelizmente esse projeto acabou, o próprio governo que o criara o descriou.

Uma mudança de secretário?

Sônia Castellar Sim, resolveram mudar o rumo. Brinco que educação é igual futebol: todo mundo é técnico e sabe dar palpites. Todos sabem como educar, sabem como gerir melhor o sistema e se escuta pouco quem trabalha, pensa e elabora. Fazem poucas parcerias com a universidade. Para ter uma educação pública capaz de absorver a população que entra no mercado e funcione com qualidade, dispomos de dois fatores importantes. Um é do ponto de vista tático, a formação do docente; e o outro é estratégico: entender o papel social que a escola tem hoje, entender a sociedade e quem são esses jovens e crianças e adultos que acessam a escola. E é preciso pensar que as outras possibilidades, como as que o Roberto apontou, não se contrapõem ao sistema público e que podem se somar ao sistema. E é importante que o Estado assuma esse papel, ele tem de assumir a educação e a saúde.



Helena Singer A partir das questões que o Roberto e a Sônia levantaram, penso que precisamos de uma visão ou diagnóstico para saber qual a situação, como o Brasil, e até mesmo o mundo, está entrando nessa nova década. E especificamente aqui, há um novo contingente de escolarizados, uma geração nova que, pela primeira vez em sua família, foi para a escola. Isso é uma forma de conquista, pois a escola é na maior parte do Brasil o único equipamento público, e em muitos casos é a possibilidade de ter acesso (não é o que deveria, mas é o primeiro e fora disso não tem nada) à alimentação, a uma rede que pode dar proteção social. Pois é na escola que, muitas vezes, se descobre que a criança sofre violência doméstica, o que possibilita encaminhar ao Conselho Tutelar da Infância. É também na escola que se percebe que a criança está com alguma doença e se encaminha para o serviço de saúde. Isso ainda é precário, mas de qualquer forma a escola é a única que está em todos os lugares e tem esse papel fundamental de propiciar o acesso ao serviço público. Mas não podemos confundir escolarizado com educado, ou dizer que no Brasil não tem educação ou que a próxima década será a da educação. Usando esse discurso, zeramos o conhecimento riquíssimo que a comunidade tem e que encontra soluções muito mais sustentáveis.

E que muitas vezes a escola não conhece...

Helena Singer Não conhece e não dialoga com ele e não constrói um novo conhecimento a partir do contato entre o conhecimento científico, legitimado pela escola, e o que a comunidade traz. A escolarização é um processo conflituoso, pode gerar violência e evasão no ensino médio. Há escolas para todos, mas os jovens não estão lá. Existe um potencial enorme nas novas tecnologias que é a democratização de todo o conhecimento, seja produzido aqui ou nas escolas do Alto Rio Negro, e que já estão na internet, ou no exterior. Este novo contexto obriga a rever o papel da universidade. De ela deixar de ser instituição certificadora de profissões, legitimadora de conhecimentos, para ser a instituição que promova uma revolução nesse novo contexto, que é o casamento desses saberes comunitários ou tradicionais com os que as escolas trazem. Poderíamos pensar propostas para a nova década partindo dos desafios e possibilidades que estão aí colocados. Assim como não podemos confundir escolarização com educação, não se pode confundir público com estatal. Defender a escola pública é tornar o que é estatal em pública.

Qual seria a diferença?

Helena Singer É o Estado quem define os critérios para ser professor, o currículo, a carreira, os concursos, os processos de avaliação. A comunidade não participa disso, então para mim isso não é público. É estatal. Sou defensora da escola pública que é gerida, pensada, avaliada e construída pela comunidade.

Fernando Almeida É difícil conversar aqui sem extremar para se tornar mais claro e é o que irei fazer. Temos um conceito de que a educação mexe na economia. Isto é falso. O Brasil só está entrando em um modelo mais cuidadoso de escola porque a economia mudou. A escola não muda a economia, é a economia que muda a escola. O que aconteceu no Brasil nos últimos dez anos, com a ascensão da classe abaixo do nível de pobreza, é a demanda pela escola, pois a economia precisa da escola e não o contrário. É importante outro conceito diluído em todos nós aqui, de que a escola não serve para nada.

O que o senhor quer dizer?

Fernando Almeida A escola não serve para nada, como os nossos filhos ou uma boa cocada não servem para nada. Uma sinfonia de Beethoven não serve para nada. Ela é servida, quer dizer, ela é fim em si mesmo. A educação é algo que anda sozinha e não um instrumento de participação. Ela é um instrumento de vida. Isso a escola não tem feito, ninguém no Estado conseguiu fazer, mas nós que queremos pensar a educação da próxima década como a que irá construir algo diferente, temos de pensar que ela é o fim e, portanto, intimamente ligada à cultura. A cultura é a base da escola. Um garoto bem escolarizado não é culto, não vive e nem faz cultura. É a história do Roberto Silva, ele tinha uma cultura tão densa, tão corporificada, tão sofrida e esperançosa na vida dele, que a escola veio como catalisadora desse movimento. A escola não é prévia, o Roberto não precisou frequenta-la para viver o que viveu nem elaborar o que elaborou, portanto ela é posterior a ele. Precisamos seguir em frente com essa teoria, mas precisamos voltar um pouco e pensar em reinaugurar no Brasil a escola republicana, a

mesma da época de Napoleão, em que ela era agente de formação da unidade de uma nação, pela língua e pelos conteúdos mínimos que as pessoas precisavam adquirir para a participação no social. O que temos aqui é uma escola arremedo, que nunca teve a perspectiva republicana. E muitos de nossa geração choram e dizem que antigamente a escola era boa e agora está uma porcaria.

E por que está nessa condição?

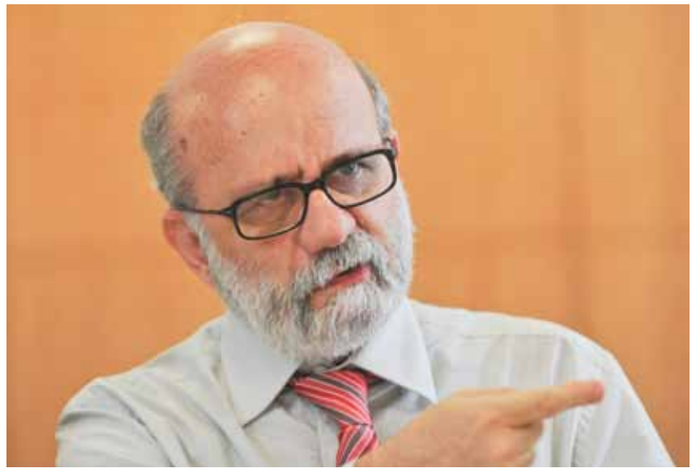
Fernando Almeida Porque a lógica de que "antigamente era boa e agora não" é perversa. Alguns chegam a dizer que está assim porque o pobre entrou na escola.

Sônia Castellar Eu não disse isso *[risos]*.

Fernando Almeida Mas há quem diga. E a lógica é a seguinte: a escola era ótima quando tinha pouca gente, agora é ruim porque o pobre entrou, então tira o pobre que voltará a ser boa. A lógica liberal defendia isso. Meu pai, que era um homem evoluído, dizia que "se alguém vai ser lixeiro não precisa estudar", e havia uma lógica que dava suporte a isso. Evoluímos de um liberalismo quase selvagem para um mais social, e a escola hoje quer e deve pagar uma dívida de 500 anos, que é o compromisso de ter todas as crianças dentro da sala de aula. Agora temos isso, mas olhamos para elas com olhar míope. A educação é muito mais do que a escola e para dar conta de sua finalidade – formar valores, pensamentos, convívios, democracia, participação – isso não se dará se ela não estiver ao lado do que equivocadamente chamamos de "escola não formal" ou daquilo que Paulo Freire e Habermas falam. Tenho enorme esperança de que a próxima década seja um momento de pensar essa escola como um dos agentes sociais de formação da justiça, de identidade, de partilha social ampla, de democracia e liberdade.

E o que é preciso para alcançar isso?

Fernando Almeida Criar a participação e a partilha do saber constituído dos últimos 10.000 anos da humanidade, que foi quando o homem saiu da caverna e começou a se constituir como raça capaz criar valores, partilhar, criar



estética, ética e se desenvolver enquanto ser humano. Ou seja, essa cultura trazida até hoje teria de ser retomada pela escola como forma de ela dar sua participação na construção da cidadania, da liberdade, da justiça. Se os partidos políticos têm no seu ideário a liberdade, a democracia, a ética e a participação, a igreja e outras organizações sociais aportam outros valores, e a escola tem de fazer esse trabalho por meio da cultura. Precisamos usar a base de nossos antepassados como instrumento de libertação e não de certificação excludente e de opressão sob o nome de graduação, pela repressão causada pelo excesso de controles nos mecanismos avaliativos sobre a liberdade de aprender.

Roberto Silva Tenho dúvidas se realmente é possível pensar esta década como a da educação, pelos fatores concretos que temos, o quadro normativo. Temos uma LDB de 1996, já passamos uma década da educação e que formalmente não se encerrou, pois ninguém fez uma avaliação do que foi o PNE-Plano Nacional de Educação e já se instaurou o PDE-Plano de Desenvolvimento da Escola, que ninguém sabe exatamente o que é *[risos]*. A meta de universalização da educação, proposta pelo PNE em 2001, ainda está por ser alcançada. Nesses 97% ou 98% já escolarizados creio que há ainda lacunas, porque ao mesmo tempo que avança esse percentual também há um desencanto maior com a própria escola, principalmente em relação ao ensino médio. Esses 98% oscilam um pouco para baixo e é preciso responder a essa questão de forma adequada. Mas a educação nos últimos tempos aprendeu a lidar com a questão da diversidade melhor do que qualquer outro setor da sociedade. A polícia, a justiça, a saúde não sabem lidar com a diversidade, têm apenas um parâmetro de avaliação *[risos]*. A educação ofereceu alternativa e resposta para cada um dos novos direitos emergentes após a Constituição de 1988. Trabalho atualmente em uma dessas pontas, que é o direito à educação dentro dos presídios, e já trabalhei com educação social de rua. A educação aprendeu com a questão da diversidade.

Por que o Judiciário não sabe lidar com a diversidade?

Roberto Silva O parâmetro da justiça é o rico ou pobre; o da polícia é a questão étnica: preto ou branco. A saúde, apesar de ter desenvolvido uma série de especialidades após a Constituição de 88, ainda não sabe lidar com a diversidade. Por exemplo, por causa do Estatuto da Criança e do Adolescente, desenvolveu a pediatria, a questão do pré e pós-natal, a questão da maternidade, mas não aprendeu a lidar com o adolescente e a tratar adequadamente o idoso. Desenvolveu a saúde da mulher, mas a saúde do homem é uma incógnita *[risos]*. A Constituição nos dá, no artigo 205 *["A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"]*, uma definição e um conceito amplo de educação que me parece bastante apropriado: educação é o que se faz em todas as relações e espaços, na escola, no mundo do trabalho, na cultura, nos movimentos sociais. O desafio é colocar esse conceito em vigor porque a LDB, que normatiza esse artigo, o repete no seu primeiro artigo, mas reduz o conceito de educação a ensino. Explicitamente diz: esta lei da LDB trata da educação escolar que se faz predominantemente por meio de estabelecimentos oficiais. Isso cria uma dicotomia. Uma educação é oficial, com todo o aporte e investimento e a proteção do Estado; e as outras que ficaram à margem? Aí está o desafio. Não sei se resolve aumentar as verbas para 7% do PIB ou trazer o dinheiro do pré-sal para essa educação escolar *[risos]*.

"Temos olhar míope. Educação é mais do que escola e não dará conta se não atrelada à equivocadamente dita 'escola não formal'" (Fernando Almeida)

Precisaria abrir o leque?

Roberto Silva Mais dinheiro não significa que iriam prestar atenção às outras educações estigmatizadas pela LDB. Teríamos um saldo interessante se juntássemos a educação escolar com a não escolar, isso tornaria mais permeável o universo da escola e as experiências do mundo da vida: embebedar o currículo escolar da cultura que se vive no cotidiano. No Programa Mais Educação do MEC, da implantação da escola de tempo integral, vemos os discursos oficiais sobre a função social da escola. Nas ciências da educação soa estranha uma escola que alimenta e cuida da saúde dos dentes, isso não é função da escola na ciência da educação ortodoxa, mas é a escola que realiza isso no Brasil e corresponde a assumir essa função social. A escola precisa de novos profissionais e aí colocamos em xeque as atuais estratégias da formação nos cursos de Pedagogia e de Formação de Professores, pois eles não dão conta de formar o profissional de que essa escola precisa. Estamos diante de duas possibilidades: ou se coloca mais um ônus em cima de professor ou pensamos em um novo profissional.

O senhor falou no desencanto com o ensino médio, que se tornou apenas passagem para a universidade.

Roberto Silva É isso que frustra a perspectiva do jovem, que vai contra as perspectivas da família que aposta ser a escola, sobretudo o ensino médio, um meio legítimo de promover a ascensão social dos filhos. E isso criou outra armadilha: se o ensino médio não é profissionalizante para escoar esse volume de jovens que se forma, remeteu-se a formação a outra dimensão muito mais seletiva e restrita, que são as escolas técnicas. Ali se forma aquilo que o mercado precisa e tem demanda; o resto vira o resto.

Sônia Castellar Sei que o objetivo aqui não é chegar ao consenso, mas é preciso um mínimo de foco. Se entendo essa conversa, estamos falando de duas coisas: uma educação pensando nas ONGs, nos quilombolas e nas comunidades – e não tenho nenhum problema com isso, pois estudo também esse processo e seria incoerente não considerá-lo – e a educação da escola. Concordo com o Fernando quando coloca o papel republicano que a escola tem e de como devemos pensar isso. Em comum acreditamos que ela ainda não seja republicana. Mas insisto que precisamos compreender qual é o papel e a função social que a escola tem. Não vejo problema se num determinado lugar ou momento a criança for para a escola para comer e ter um local com condições mínimas de brincar e ter proteção. Parabéns para a escola ou a comunidade que conseguir isso, pois infelizmente é a realidade que temos. Mas é muito fácil falar que a educação está ruim e que ela é importante, isso é abstrato. Precisamos compreender que sociedade é essa em que vivemos e entender que o acesso à escola foi uma das coisas mais importantes que aconteceram no país, ou seja, uma classe pobre, que antes não tinha acesso a nada, hoje tem acesso à escola. Essa democratização foi o melhor que aconteceu, pois as crianças passaram minimamente a ler e a escrever. Precisa melhorar? Muito. Está ruim? Está! O que iremos fazer? Por mais problemas que as universidades tenham, elas são centros importantes, pois realizam pesquisas, fazem parcerias, por exemplo, aqui, a FGV é um centro que irradia debates. Temos de valorizar a escola e as universidades. A universidade produz muito, mas divulga pouco as pesquisas que realiza.

Roberto Silva E a qualidade? Na USP estamos em uma Faculdade de Educação que forma 700 mestres e doutores por ano. E tudo o que produz muda uma vírgula na vida das pessoas?

Sônia Castellar Estamos questionando nosso papel e aí não me coloco nesse grupo. Não muda por quê?

Roberto Silva Porque a concepção de educação presente no trabalho realizado pela universidade está atrelada a um conceito de correia de transmissão.

Sônia Castellar Não é verdade. Não dá para homogeneizar.

Roberto Silva Mas essa é a tecnologia dos cursos de formação de professores.

Sônia Castellar Predominantemente pode até haver essa tendência, mas não dá para homogeneizar e dizer que todo mundo que está na universidade pensa igual e que as pesquisas não servem para nada. Não concordo com isso. *[As vozes se sobrepõem.]*

Roberto Silva Quem faz diferente lá é um ou outro professor.

Sônia Castellar Concordo que as faculdades de educação deveriam ter cursos de formação comunitária, até acho que estamos atrasados com rela-

ção a isso. Inclusive isso foi debatido em 2004: um curso de Pedagogia voltado para o educador comunitário, mas não houve espaço para esse debate dentro da própria universidade, portanto existem problemas, mas não dá para culpá-la por todas as mazelas da educação básica. Isso deveria ser discutido do ponto de vista político. Qual a política de nosso sistema educacional? Como os sistemas são organizados? Há uma coisa que todos gostam de falar, inclusive eu, que é o capital cultural, mas o que acontece nas escolas é que as crianças não têm esse capital e a escola tem de proporcionar isso, e temos de assumir que os professores, em sua maioria, também não têm. As universidades públicas ou privadas, mas sobretudo as privadas (com raras exceções) são responsáveis por uma formação aligeirada em que os professores não têm acesso à dimensão cultural, não sabem nem o que é o MST ou quilombolas. E 95% dos professores da rede pública de São Paulo são formados nessas universidades. Não estou dizendo que não há problemas na USP, Unicamp, Unesp ou na PUC, que formam poucos dos professores que vão para a rede pública. Enquanto os professores não tiverem alta remuneração, valorização de sua profissão, esse problema irá persistir. Professor não é herói. Para fazer essa revolução que você esta propondo deve haver muito mais coisas, inclusive vontade política.

Helena Singer Queria pegar um caso, citado pelo Roberto e que conheço de perto, que é o Mais Educação, programa do MEC construído colaborativamente pelas universidades federais e ONGs ao longo de alguns anos, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, e que tem como objetivo, a partir de verbas diretamente transferidas para a escola, que ela articule oportunidades educativas em espaços disponíveis, como salões de igrejas, clubes, praças. Oportunidades não necessariamente oferecidas em sala de aula, e sobretudo contando com os educadores da comunidade. O projeto está em 10.000 escolas e atinge 2,2 milhões de alunos. Em termos de Brasil é quantidade pequena e o novo governo se comprometeu a triplicar esses números. O conceito que embasa esse projeto é o da educação integral, que não é o mesmo que educação em tempo integral. Esse projeto pensa que a criança para aprender, se desenvolver e ser cidadão participativo precisa estar bem alimentada, ter dentes bem cuidados, não sofrer violência, estar bem vestida, ter a saúde integral, enxergar... Então tudo isso é assunto dos agentes educadores.

Pois não adianta falar que "Isso não é assunto da escola, deixe para os outros".

Helena Singer É preciso uma visão integral sobre o desenvolvimento do sujeito e como articular as diversas políticas no território e a partir do dinheiro que chega a esse território é que se articularão diversas políticas que garantam o desenvolvimento integral daquela criança. Quais são os conflitos que estão ali colocados, para explicitar aqui um tanto do que está se discutindo neste debate? Essa verba tem de vir para a escola e é ela quem define em que irá gastar? Por que não pode ir para a comunidade e ela define onde aplicar e inclusive propor parceria com a escola? Esse educador só pode ser certificado pela escola? E o educador comunitário, que recursos ele tem direito a receber? São conflitos corporativos que aparecem, pois os trabalhadores da educação não querem dividir o lugar da educação com qualquer pessoa que não tenha certificação da Pedagogia. São disputas mesmo, e quando se pensa em política pública não se pode ficar cego em nome de uma tradição humanista. São os conflitos que irão aparecer com a gestão dos recursos do Mais Educação. Vejo esse programa como um exemplo possível de pensar a próxima década como a década da educação de verdade e não da escolarização.

Fernando Almeida Se tivermos um conceito de história, veremos que não existe nenhum destino trágico e que poderemos sair de onde estamos se entendermos que a próxima geração será uma geração cujos pais frequentaram a escola. E que o filho de pai escolarizado aprende mais do que o filho de um pai não escolarizado. Isso dá uma esperança a todos nós, mesmo que a nossa não seja a melhor escola, ele tem condição de ir adiante. A maior causa de mortalidade infantil nas periferias de São Paulo é atropelamento de crianças de até 5 anos, não as de condomínios *[risos]*. A segunda é queda da laje da casa, seguida de tanque de lavar roupa esmagando o peito da criança. Se houver uma escola, como já se disse, que proteja minimamente as crianças disso, eu já a felicito. Se fosse a minha neta, preferia que ela não aprendesse nada, mas estivesse salva dentro da escola. A rua não ensina, e o que tem de ensino não é espontaneamente bom. Portanto, é importante criar condições para que também se aprenda na rua ou em outros espaços sociais ou mesmo com a televisão. A TV Cultura tem 2 pontos de audiência em média, sem publicidade durante doze horas, mas as crianças assistem aos outros canais que vendem Barbie, guaraná, doces. A concorrência é desleal e quem quer fazer educação de qualidade com meios informais se depara com isso. E quando se diz informal são falsamente informais, pois estão tão bem organizadas e nem precisam da formalidade.

"São conflitos corporativos que surgem, pois o trabalhador da educação não quer dividir lugar com alguém sem a certificação da Pedagogia" (Helena Singer)

E essa é uma briga desleal, não?

Fernando Almeida A Rede Globo quer dominar os espaços informais e quem ganha nesse negócio? Então não basta a TV Cultura brigar com a TV Globo, é necessário que outras forças vivas sociais se aliem a esses propósitos. O Roberto Silva é minoria, mas isso não quer dizer que temos de desprezar suas observações, ao contrário. Mas também não podemos imaginar que tudo o que é a força espontânea de aprendizagem irá ensinar o que é o melhor. A primeira coisa a entender é que estamos no



meio de uma briga pela hegemonia dos espaços educativos – e ela é violentíssima e escondida. Nós, que somos mais tímidos, defendemos a escola porque ela é um pouco mais clara. Temos de pensar que estamos construindo políticas públicas e que esse é um momento político. Política é o que? Política é ideia e tempo de execução da ideia. Só ideia é quimera. Só tempo sem ter nada na cabeça é ficar sujeito às ondas das forças externas. Política é ideia e mais tempo. Quando se consegue construir uma política boa ela permanece.

Professor, dê um exemplo concreto.

Fernando Almeida Veja o caso do Paulo Freire. Ele trabalhou durante quatro anos, no governo municipal de Luiza Erundina (1988-1991), como secretário de Educação e criou um modelo chamado Mova *[Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos]*, em que, por exemplo, uma senhora que tinha até a 4ª série e conseguia alfabetizar em sua casa um pequeno grupo, ela tinha um instrutor e ganhava 100 reais por mês para formar 40 pessoas da comunidade. Quando o Maluf entrou, a primeira coisa que fez foi acabar com o Mova. Depois de oito anos, quando a Marta Suplicy assumiu e fui para a Secretaria de Educação, vieram 800 grupos do Mova, que sobreviviam por conta própria na Zona Leste de São Paulo. Aquilo fez um "vupt", cresceu porque era uma política boa e permaneceu. Nesse período criei o Mova digital, para que o jovem, adulto ou idoso pudesse aprender a nova tecnologia para com ela ler o mundo e a própria tecnologia que estava no mundo. Essa era a ideia do Paulo Freire, a partir do que a pessoa sabe e da capacidade de expressão do que sabe chegar a uma transformação e participação na sociedade. Isso quer dizer o quê? Que quando se cria uma política consistente dificilmente os governos seguintes desmobilizam. Outro exemplo são os CEUs *[Centros Educacionais Unificados]*. O Serra quando entrou na Prefeitura disse que queria passar para a Secretaria da Cultura, pois era muito caro, queria mudar o nome. Não mudaram o nome e criaram mais 27 CEUs e é uma maravilha. Porque tinha uma ideia conceitualmente sólida e fundada, e teve tempo de implantação. E nesse sentido a Marta teve mais razão do que eu, pois eu queria construir quatro CEUs e ela quis 20 e tantos, eu achava um risco enorme. Mas não houve como o sucessor desmontar. Ao contrário, ampliou.

Foi o que aconteceu com os sistemas de avaliação?

Fernando Almeida A avaliação começou muito grosseiramente com as avaliações da Capes para os professores de nível superior e os pesquisadores. Isso foi crescendo e hoje se une com a perspectiva do Inep *[Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais]*, uma proposta do Anísio Teixeira, formulada há 60 anos, para acompanhar a formação do professor do ensino fundamental. Independentemente de eu concordar com a política de um governo ou de outro, o que foi criado no Governo Fernando Henrique, com o Paulo Renato no Ministério da Educação, foi outra política boa que permanece. O Paulo Renato ficou oito anos à frente do MEC e gerou uma política. Entrou o PT e continuou a fazer igual, aumentou e ampliou o sistema de avaliação de ensino. Acho bobagem criticarem o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, pois como política é uma conquista, apesar das dificuldades operacionais. Acredito que quantidade gera qualidade, como dizia Hegel. A gente tem muito a pedagogia de butique: "Quero ter apenas 3 orientandos para orientar melhor". Não orienta nada! Claro que não posso ter 150 orientandos. Mas o volume gera uma massa de possibilidades de troca, e até para aparecerem contradições em maior número, o que não acontece quanto há um pequeno grupo. Nós educadores temos de cuidar para não cuspir para cima e destruir com o nosso discurso o que nós mesmos queremos construir, comparando o pior de uma coisa com o melhor de outra. Se eu pegar a melhor educação social de grupos parcelados e comparar com o pior da educação escolarizada não concluo nada.

Roberto Silva Para entender esse universo chamado de educação não formal, um dos poucos instrumentos que temos foi produzido pela FGV, o mapa do terceiro setor. Ao mapear as instituições do terceiro setor realizando um recorte por área de atuação, temos ali o vislumbre de um número grande de ONGs que atuam na educação, dimensionando investimentos, recursos humanos, formação. Precisamos refinar estudos como esses para ter a exata dimensão do que é essa demanda por educação fora da escola. Há estimativa de que existem cerca de 500.000 ONGs atuando nas diversas dimensões da educação e que investem uma cifra considerável de recursos, atendendo um número indefinível de usuários. Mas como os alunos não são matriculados, não entram no censo escolar. Estimativas por alto dizem que são 1,5 milhão de educadores envolvidos, enquanto no sistema formal de ensino temos 2,5 milhões de professores. Então não é um universo desprezível e isso

faz pensar que essa é uma ampliação do conceito de educação, indo além da mera instrução escolar. A educação não está apenas dentro das salas de aula, ela também está no entorno da escola ou no conjunto mais amplo da sociedade. É preciso definir nesses novos desenhos de política pública e o lugar das ONGs na educação. Deixar de ser educação estatal, para assumir a dimensão pública, e a sociedade civil quer uma participação aí.

Ao contrário dos Estados Unidos, nossas grandes empresas não fazem doações nem os pais participam da escola, como professores eventuais.

Roberto Silva É preciso definir e compartilhar esse espaço com os profissionais de educação que são os educadores não formais, e como não são professores, recebem nomes como arte-educadores, oficineiros, práticos, artesões.

Fernando Almeida Educomunicadores! *[risos]*.

Roberto Silva Há um projeto de lei no Congresso, de autoria do deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará, buscando reconhecer a educação social como profissão, e regulamentar a carreira. É preciso pensar a formação desse pessoal. E aí há outra questão: irão receber formação tradicional ou reconhecer o papel pedagógico que exercem na sociedade com os saberes que têm? Isso gera outras necessidades, como desenvolver instrumentos de avaliação desta dimensão da educação. O que temos é a avaliação da pedagogia e da educação escolar, o que coloca nossos números numa posição medíocre. Se na mesma escola tivéssemos indicadores para avaliar sua função social provavelmente teríamos uma situação melhor dessa instituição, pois colocada na balança a função social junto com a didático-pedagógica, não tenho dúvida de que a social tem mais peso, seja nos ombros do professor, seja na dinâmica da escola.

Helena Singer A avaliação é uma questão a ser pensada para a próxima década. Chegamos a um avanço que é falar em avaliação e, a partir disso, a qualidade da educação, mas o modelo como colocado hoje está obsoleto. Foi um avanço, não é mais. Provas para avaliar conhecimentos a partir de testes sobre matemática e português não avaliam de fato e atrapalham o cotidiano da escola. O professor entende a avaliação como uma prova para a qual ele tem de preparar o aluno. Temos que rever isso. Não é deixar de avaliar, pois foi um avanço, mas criar novos instrumentos, procedimentos, métodos e técnicas de avaliação. É um desafio para que a próxima década seja a da educação.

O professor Fernando Almeida tocou no tema da economia e educação: quem leva quem a reboque? A escola cumpre sua parte?

Fernando Almeida A determinação original é da economia sobre a educação e, claro, em seguida esta melhora e aperfeiçoa aquela. Mas enfatizo que não temos de montar um sistema educativo para resolver a economia do Brasil, porque Taiwan irá concorrer conosco ou algo assim. A educação está acima dessa conversa, claro que há certo nível de instrumentalização, mas não se pode ficar a reboque das determinações econômicas. Essa conversa que tivemos aqui é boa, pois gera o debate, uma oxigenação da conversa para não ter uma visão homogênea e autoritária, como a Helena Singer dizia das pessoas que combatiam a repressão com um discurso repressor. Não podemos cair nessa armadilha, ter uma visão tão hegemônica de educação que, em nome da liberdade, vira violenta, autoritária. Esse debate é fundamental para escapar dessa arapuca, mas temos de buscar a manutenção daquilo que é a autonomia de um grande projeto educativo acima do projeto econômico de nação.

Roberto Silva Creio que já superamos os antigos debates do público versus privado. O Brasil convive bem com esse modelo híbrido. Superou-se aquele debate em que se pensava a escola pública como o grande espaço de formação de mão de obra para o mercado. Os cursos técnicos formam para uma demanda ainda restrita do mercado. No caso das universidades públicas, as que ainda guardam alguma excelência na produção de pesquisas e conhecimentos interessam para o mercado, na formação de capital para o próprio mercado. Deslocando o foco do debate, penso que o mercado olha para a educação não mais como grande celeiro de mão de obra e produção de conhecimentos, mas vê a educação como mercado. E aí tem o viés da discussão da OMC, em que vários países querem uma desregulamentação por parte do Estado em relação à educação, pensando-a como um serviço a ser vendido, como uma commodity, e não como um direito, como prezamos no Brasil. Existem os perigos que se avizinham. Primeiro é a questão de a escolarização não ser mais uma via de saída para o mercado de trabalho, com a tendência do prolongamento da vida escolar por diversos meios e artifícios. A escola de tempo integral pode ser uma armadilha, pensar a escola pública como meio de contenção social irá prolongar a permanência estudantil, com creches em tempo integral, cerceando as possibilidades de desenvolvimento do sujeito. Esta é a armadilha da escola pública, seja estatal ou não: tornar-se uma instância de confinamento da juventude. E no âmbito da própria universidade já temos uma geração de estudantes que vivem o prolongamento da vida estudantil, com graduação, bolsa de mestrado e chegando até o doutorado, sem nunca ter uma experiência real de trabalho *[risos]*.

Helena Singer Nesse final queria relembrar o que o Fernando disse, "não vamos pegar o melhor de um modelo e o pior do outro para comparar". Acho isso importante e tenho a impressão de que nenhum dos dois modelos dá conta do desafio para que a próxima década seja a da educação, ou do desafio da educação na próxima década. A escola particular não é modelo para a escola pública, nem eu sonho que todos os brasileiros tenham acesso ao que a elite paulistana tem. Não é isso que irá formar melhores brasileiros para exercerem esse papel republicano. Portanto nem a escola particular ou pública e nem o formato oficina ou projetos pontuais fragmentados dão conta da produção de conhecimentos, nem o formato aula, por exemplo, 50 minutos de português, depois 50 minutos de matemática, de história e assim por diante. Para esta década temos de descobrir outra forma, acho que não estamos no zero e há possibilidades e propostas muito antigas de pensar projetos e o conhecimento de forma integrada com a pesquisa. Não devemos buscar um modelo que já existe e tentar transformá-lo em modelo universal, mas buscar o que há de melhor em cada um e construir um novo modelo.

Sônia Castellar Precisamos de um pacto nacional pela educação num sentido mais amplo do que relacionar com o valor do PIB, mas de pensar uma escola que dê conta da demanda total da sociedade. Ao mesmo tempo pensar nos tributos, pois alguém tem de arcar com a conta que será muito maior. Se a educação será feita com parceria ou sem, junto ou separado, ou com as várias possibilidades de gestão, o fundamental é que ela precisa ser mantida pelo Estado, com a participação da comunidade. E aí precisamos ver como esse pacto irá se constituir e quem pagará a conta.

Sônia Castellar, da Faculdade de Educação da USP, Fernando José de Almeida, filósofo e pedagogo, ex-secretário municipal de Educação de São Paulo; Roberto da Silva, ex-menor infrator e livre docente em pedagogia social pela USP; e Helena Singer, doutora em sociologia pela USP, diretora pedagógica da Associação Cidade Escola Aprendiz: sólida troca de ideias







A BUSCA DA QUALIDADE

O Brasil sobe 4 pontos do IDH mas há muito a avançar. A educação não é o vilão, mas não podemos ser complacentes. Ainda há muita gente fora da escola

Por Jeferson Melo
Fotos Raphael Mendes

"A política de desenvolvimento humano não se constrói a cada quatro anos, ela se constrói no dia a dia e são as pessoas que a constroem. Elas não se dão conta, mas são formuladoras de políticas quando decidem onde trabalhar, se andam de carro ou a pé, se irão ou não jogar o lixo fora. Quem faz a violência? Quem educa? Se olharmos dentro das dimensões do IDH é possível ver que existem pessoas operando ali." Foi com essa constatação que o economista Flávio Vasconcellos Comim encerrou nossa conversa. Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1989), mestre em Economia pela USP (1993) e doutor (1999) pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra, o professor da UFRGS trabalha com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e é responsável pela coordenação do IDH-Índice de Desenvolvimento Humano. Nesta entrevista para Getulio, ele reconhece: "Apesar de amplamente divulgado, o conceito de IDH ainda é de difícil tradução no dia a dia das pessoas. Para isso, é preciso incluir as pessoas como parte de soluções e de formulação de políticas públicas. Algo que tentamos fazer no relatório nacional". Para Comim, a relação entre o indivíduo e o Estado é questão chave. "Parte de nossos desafios é saber como se constrói um programa de transferência de renda mínima de maneira a 'empoderar' as pessoas para que consigam ser o que querem ser. É triste pensar que seremos apenas os desenvolvidos de amanhã, iguais aos desenvolvidos de hoje. O Brasil tem contribuições para a humanidade: o sincretismo religioso, a tolerância racial, a relação com os migrantes. Temos boas contribuições e não precisamos simplesmente reproduzir o modelo de renda duro do século XX." A seguir, a entrevista:

Como sua trajetória o levou ao estudo dos índices de desenvolvimento humano?

Flávio Vasconcellos Comim Desde quando era estudante do 2º grau via a economia por meio dos impactos que provocava na vida das pessoas, sobretudo as de minha geração, hoje com mais de 40 anos, que vivenciou a crise dos anos 80. Tenho isso vivíssimo na memória. Notícias da TV sobre a discussão da crise cambial, o Brasil indo ao FMI. Isso influenciou uma geração inteira que resolveu estudar Economia. Acho que essa foi a motivação. Até o meu mestrado na USP, em 1989, estudei muito a linha da macroeconomia, tema recorrente de estudos por ser um dos principais entraves do país, e a população ficava muito à mercê da resolução dos problemas inflacionários antes de conseguir pensar o social do país. Isso foi determinante para minha escolha: a economia influenciava, restringia, potencializava muito a vida das pessoas.

Isso o direcionou para pesquisar a relação entre o PIB e o desenvolvimento das pessoas?

Flávio Comim Teve a ver com diferentes escolas, a que existia na Federal do Rio Grande do Sul há trinta anos era diferente da que existia na USP há 25 anos. Essa diferença me fez repensar. Também devo atribuir a influência de professores da USP, como o Eduardo Giannetti, das histórias que contava na disciplina História do Pensamento Econômico. Sempre trazia a reflexão para um lado ético da economia, algo pouco estudado, aliás ainda é. A Economia é nova, cerca de cento e algo anos, antes fazia parte da disciplina de Filosofia Moral. Alfred Marshall [1842-1924] foi quem criou um departamento separado de economia. A gente lida com questões econômicas que muitas vezes têm a ver com julgamento de valor, questões éticas, mas fingimos que não é. E foi ao entender essa relação que comecei, na escolha do doutorado, a ir para outro perfil.

E seu estudo se direcionou para a relação entre PIB e desenvolvimento humano?

Flávio Comim Houve um passo anterior: quando comecei o doutorado estudei muito filosofia. A preocupação que tinha era que os modelos econômicos deixaram de ser entendidos pelas pessoas. Não é nada contra o uso da matemática, é o fato de que a matemática transformou aquilo em uma caixa preta onde não se explica e que apenas o alto clero é

capaz de dizer alguma coisa sobre o que irá acontecer. Claro que existe o fato de tornar a Economia uma ciência, mas ao mesmo tempo existe um distanciamento da economia do cidadão comum, quando alguns assuntos têm um caráter normativo e diz respeito ao cidadão comum. Foi nesse ponto que comecei a estudar o Amartya Sen, e fui para Cambridge. O Sen é um dos inventores do índice de desenvolvimento humano e criou a perspectiva do desenvolvimento humano além do indicador, dando-lhe uma fundamentação filosófica. Escreveu vários livros que realizavam essa interface entre o desenvolvimento humano, a metodologia e a questão normativa, que não se discute muito. Ao terminar o doutorado fui trabalhar com um padre que havia morado 30 anos em Zâmbia e me fez a seguinte questão: "Como a gente pode tratar o problema do endividamento dos países pobres de um ponto de vista ético?" Para conseguir resolver essa questão tive de usar as teorias do Sen. Essa interface entre a economia chamada de positiva e a normativa abriu a possibilidade, pelo menos para mim, de realizar os estudos de desenvolvimento humano.



Houve muita disputa na economia nas décadas de 70 a 90 em torno de ideologias, certo?

Flávio Comim Sim, e a partir de então a matematização começou a consolidar a disciplina e isso levou a uma rebeldia contra o mainstreaming, daqueles que discordavam e que passaram a ser minoria, os pós-keynesianos e outros heterodoxos, e que na década de 70 eles disputavam de igual para igual. Sempre acompanhei esses debates sobre modelagem da economia e percebi também que no desenvolvimento humano, econômico/humano, havia a possibilidade de fazer econometria, ao mesmo tempo que lia textos filosóficos. Alguns problemas são tão sérios que é um luxo negar parte do conhecimento para resolvê-los. O desenvolvimento humano trata com questões tão sérias (desigualdade, pobreza, discriminação) e o uso desses instrumentos são todos bem-vindos. E a tolerância metodológica é uma palavra-chave, sempre me agradou. Em função da gravidade dos problemas, não se pode desperdiçar algumas bases conceituais se elas são capazes de gerar conhecimentos com potencial importante para a humanidade.

O senhor está elaborando um novo Relatório do IDH, numa série histórica em que o Brasil tradicionalmente se posiciona mal.

Flávio Comim Trabalhamos na divulgação. O relatório é feito em Nova York. Celebramos 20 anos do 1º Relatório Internacional de Desenvolvimento Humano, e foi uma edição histórica. Então temos os relatórios mundiais e os nacionais e também o intermediário, que é regional, sobre desigualdade. Até hoje no Brasil só haviam sido realizados três relatórios, estou coordenando o quarto. O importante é que todos eles resumem a ideia de utilizar o desenvolvimento humano para discutir questões importantes. O deste ano foi mais conceitual e mais aplicável, trazendo novos indicadores, e isso mudou o IDH como se conhecia. Temos um novo índice de desenvolvimento humano e ao mesmo tempo introduzimos um novo índice de pobreza multidimensional. Temos um IDH corrigido pela desigualdade, antes só havia as médias e agora há um indicador de desigualdade de gênero, que é muito interessante.

Como ficaremos neste próximo relatório? No anterior estávamos em 73° lugar. Há boas surpresas?

Flávio Comim O Brasil foi o país que mais cresceu no ranking deste último ano, cresceu quatro posições, nenhum outro país chegou tão perto.

Que países conseguiram tal evolução?

Flávio Comim Quando elaboramos a lista dos países que nos últimos anos evoluíram no IDH, encontramos os que evoluíram por boas razões e outros por más. A China evoluiu por uma má razão, pois o que se vê é o crescimento apenas pelo lado econômico, com a desigualdade aumentando e a pobreza oscilando e isso não é traduzido em ganho em termos de saúde e educação. Quando se faz a lista dos 10 mais evoluídos no IDH nos últimos 40 anos, a China é o número 2; quando analisamos quem mais subiu em renda ela é o número 1; quando vemos a dimensão desenvolvimento humano, ela não está entre os 10 com melhor desempenho. A perspectiva do desenvolvimento humano serve para olharmos três dimensões: da saúde, do conhecimento e do padrão de vida de maneira harmônica e integrada. Antes fazíamos a média aritmética: A + B + C dividido por 3. Isso quer dizer que é possível fazer tudo no A, no B ou no C como foi o caso da China. No novo IDH tiramos uma média geométrica, então em vez de somar, se multiplica A x B x C e em vez de dividir extraímos a raiz cúbica. O processo é semelhante, mas serve para diminuir o grau de substituição que havia antes entre as diferentes dimensões. O que se vê no Brasil é que o desenvolvimento humano é real.

Isso ocorre por quê?

Flávio Comim Porque há um avanço harmônico em todas as dimensões: na expectativa vida, nos dados de educação, assim como nos de renda. Esse desenvolvimento, ao ser harmônico, dá bem o espírito do que o IDH está revelando, que é a possibilidade de não crescer apenas na renda esquecendo as outras dimensões sociais. Até 2010 vínhamos crescendo com taxas decrescentes no IDH.

Como funciona isso?

Flávio Comim Cada ano você sobe um pouco, mas o seu pouquinho desse ano é menos do que o do ano anterior. Em 2010 houve um salto e não foi devido a uma mudança metodológica, pois se compararmos o IDH novo com o sistema velho ele mantém um pequeno perfil. Olhando os dados do Brasil percebemos que existem desafios, mas vemos também que houve saltos, como na expectativa de vida. Há cinco anos ela era de 69 anos, agora são 73 anos. No novo IDH duas variáveis mostram o progresso do Brasil, que são os anos médios de escolaridade com os anos esperados de escolaridade ou a expectativa de vida escolar.

Esses dados compõem o novo índice?

Flávio Comim Sim e são mais sensíveis às mudanças. Antes, em alfabetização, tínhamos o alfabetizado ou o analfabeto. É um índice binário e cru, agora se leva em conta o número de anos que as pessoas estudaram, que a cada 10 ou 15 anos irá se movendo de maneira significativa, à medida que as novas gerações estudam mais do que as anteriores. O conceito de expectativa de vida escolar é muito interessante por mostrar quantos anos se espera que a criança, que está entrando hoje na escola, estude. É possível visualizar com mais clareza a diferença geracional que caracteriza a evolução da educação não somente aqui, mas em todo o mundo. Antes em "renda" era usado o PIB, agora a medida é a Renda Nacional Bruta, critério mais apropriado porque é o dinheiro que fica com as pessoas e não apenas o que é produzido. Em todos esses critérios, o Brasil tem subido com uma taxa maior. Claro que isso está ligado ao fato de o país ter passado pela crise de uma maneira mais bem-sucedida que os outros, mas também está relacionado com os investimentos realizados no sistema educacional.

O desenvolvimento humano trata com problemas tão sérios como desigualdade, pobreza e discriminação que seria luxo negar parte do conhecimento para resolvê-los

Esse índice que alcançamos é fruto de um período?

Flávio Comim O Brasil subiu 4 pontos do IDH de 2009 para cá. O indicador que mais evoluiu no Brasil foi "Anos Médios de Estudo". Nosso maior problema é com os "Anos Esperados de Escolaridade", que está em um nível alto de 13,8, mas que tem oscilado e caído, tanto que o ajuste dele é o pior. Isso tem a ver com um problema que acontece no Brasil hoje e que esses novos índices captam. Antes, para a avaliação no IDH, era usada a taxa de matrícula combinada com alfabetização, e não se falava nada sobre a qualidade. É a criança que está lá, gente que lê ou não, e não se sabe nem como. Esses novos indicadores de Anos Esperados de Escolaridade dependem da distorção série/idade que é considerada para dar o Padrão de Distorção no sistema educacional. É um avanço, pois ele se mostra um indicador da qualidade do sistema educacional, não é apenas qualidade da educação. Olhando a situação brasileira vemos: as pessoas com mais de 25 anos estudaram 7,2 anos e da criancinha entrado agora se espera que estude 13,8 anos. Essa diferença mostra o progresso obtido pelo país na área de educação. Será que isso resolve? Isso não resolve, porque já tivemos a expectativa de 14,1.

O que fazer para que as crianças estudem melhor e possamos dar um salto?

Flávio Comim Estamos discutindo esse indicador nacionalmente e propusemos, em parceria com o INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira], usar o IDEB [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] dentro do IDH. Isso só pode ser feito nacionalmente, pois o resto do mundo não dispõe dessa riqueza de informações para avaliar a qualidade da educação. Estamos utilizando o percentual de matrícula do IDEB como indicador de qualidade da educação. Há muito que avançar, mas essa agenda está bastante clara no Brasil. A educação não é o vilão, mas não podemos ser complacentes. Sabemos que há muita gente fora da escola, que existe um hiato intergeracional sério e que os desafios são muito maiores. Não podemos apenas nos basear pela questão de Taxa de Matrículas, temos de evoluir na discussão da qualidade. Só teremos um pouco de justiça social se não existir um fosso, como existe, entre a criança pobre que entra juntamente com a rica em uma escola. Esse é o grande desafio e permanece sendo o grande desafio desta década.

Do ponto de vista prático, ponto de vista de renda, a mudança é sensível?

Flávio Comim Existe uma evolução muito grande, há alguns anos o Brasil estava na faixa dos 5.000 ou 6.000 dólares per capita e agora estamos em 10.600 dólares. A grande questão é a desigualdade, não adianta ter uma renda crescendo 5% ou 7% ao ano se ela é mal distribuída. Grande parte desse desafio o Brasil de alguma maneira resolveu com a transferência de renda, melhoria de mercado interno, criando alguns tipos de empregos, de crescimento para o pobre com a expansão da construção civil. Melhorou também, pois foi capaz de criar um modelo de assistência social onde conciliamos algumas questões para atender as pessoas mais afetadas. A redução da desigualdade foi fundamental para que essa renda tivesse impacto sobre a população, mas temos longo caminho a percorrer. O século XX foi o da quantidade e o XXI será o da qualidade. Antes se focava em quantas crianças estão na escola, agora queremos saber se essas crianças estão aprendendo e que diferença que isso faz. Antes só havia preocupação com a renda, agora a questão é como se está ganhando essa renda. Quais são as vivências positivas e negativas existentes no trabalho, pois se pode ganhar bem e se sentir miserável. Realizamos um estudo e descobrimos que na Região Sudeste existem as maiores vivências positivas, mas as negativas estão muito altas.

Esclareça melhor esse ponto, o que são vivências?

Flávio Comim O PNUD fez um trabalho inédito sobre vivências positivas e negativas no trabalho para medir o Índice de Valores Humanos (IVH) de Trabalho [também realizado nas áreas

de saúde e educação]. A vivência (positiva) é ter sua opinião respeitada, se sentir considerado pela chefia e pelos colegas, entre outros pontos. Na Região Sudeste é onde existe número maior de vivências positivas [0,80] de uma escala que vai de zero a um. Mas é também onde as vivências negativas são maiores, juntamente com a Região Centro-Oeste. Isso é um aspecto qualitativo, pois a pessoa pode ganhar bem, mas qualitativamente não gostar de onde está. Tanto a educação como a saúde têm o aspecto qualitativo. No caso da saúde, não se trata apenas de salvar a vida, é preciso salvá-la com respeito e dignidade. Esse processo de humanização da saúde ilustra bem as políticas de humanização pela educação ou pela renda. O desafio é dar o salto do puramente quantitativo para o quantitativo com qualidade. Toda essa discussão é trazida pelo desenvolvimento humano.

Como estão essas questões em países mais avançados?

Flávio Comim Vários países já reconheceram isso como uma questão e buscam medidas alternativas de bem-estar, como o Relatório Stiglitz-Sarkozy de 2009, mas isso vem desde a década de 70. O IDH supre de algum modo essa diferença e as novas medidas propostas têm muito a ver com o tipo de vida que as pessoas têm. Por exemplo, há muitos suicídios na Suíça. A PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] suíça não contém renda, mas afere quem faz as compras de casa, quem leva o cachorro para passear, como as pessoas gerem o seu tempo, quem está feliz ou não está feliz. Recentemente a Inglaterra declarou que irá começar a medir a Felicidade das Pessoas/Lugar. O Butão já faz isso há muito tempo.

Existe esse índice aqui no Brasil?

Flávio Comim Temos o FIB [Felicidade Interna Bruta]. Não acho que indicadores de felicidade são respostas porque a métrica subjetiva é sujeita a distorções, mas acho que é um caminho escutar os cidadãos. O Índice de Desenvolvimento Humano não ouve as pessoas. Vê quem está morto ou não, quem está na escola ou não, e coloca no modelo, ou seja, trata o indicador com propriedade, parâmetros do indivíduo, mas não pergunta ao indivíduo. A mudança metodológica que existe hoje é a necessidade de integrar os indivíduos e por meio disso produzir respostas. Defendo uma posição mais "seniana" (de Amartya Sen) de que é possível perguntar às pessoas de acordo com as condições concretas que elas têm. Ele chama isso de objetividade posicional. Ela irá refletir mais a situação e expressar menos a subjetividade. O que há em vários países é um movimento para pensar indicadores de maneira muito mais fluida, inclusiva e participativa.

Como foi sua entrada para o PNUD?

Flávio Comim Minha aproximação começou há uns seis anos e nunca tive o desejo de ser funcionário das Nações Unidas pelo título. Naquela época vivia entre a Inglaterra e a UFRGS. Com um colega da Federal, participei de um dos primeiros relatórios dos **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** no Brasil, o Meta 1 de Pobreza e Fome, e logo depois passamos para um relatório sobre a Região Sul. Em 2006 recebi o convite para ler o Relatório de Desenvolvimento Humano daquele ano e fazer a divulgação para a imprensa. Minha entrada para o PNUD começou de forma despretensiosa, por um trabalho que veio seguido de outro, sucessivamente. Quando vi, estava diante de tomar a decisão de largar o trabalho que fazia na Inglaterra para coordenar o relatório.

O que motivou essa decisão?

Flávio Comim Era desafiador colocar em prática o que estudei por dez anos e fazer um relatório fiel à teoria, que diz que o desenvolvimento humano tem de ser inclusivo, participativo, dar a voz e empoderar as pessoas. Parte do desafio era "vamos levar a sério e fazer uma consulta nacional". Assim nasceu o Brasil Ponto a Ponto [http://www.brasilpontoaponto.org.br] pensando que para ter desenvolvimento humano é preciso se comunicar com as pessoas em linguagem simples. Isso levou a testar várias perguntas, organizar audiências públicas, visitar os municípios e construir parcerias, a editar um caderno contando essa história.

Qual o papel das parcerias nesse projeto?

Flávio Comim Sem as parcerias não seria possível fazer as consultas. Fizemos a seguinte pergunta? "O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?" A TIM enviou 12 milhões de SMS para todo o Brasil. A Natura mobilizou todas as suas consultoras, mais de 70.000, espalhadas em 95% do território brasileiro. A TV Globo levou a mensagem para cerca de 100 milhões de pessoas. A MTV realizou fórum e programas. A Suzano doou papel para que chegássemos às comunidades sem acesso a televisão ou internet. O Setor Dois e Meio fez nossa campanha de comunicação antes de chegarmos à WBrasil, agora WMcCann, para fazer a campanha Mostre Seu Valor. As universidades parceiras montaram uma rede de 160 voluntários em todo o Brasil para ler o meio milhão de respostas das pessoas. Metade foi pela internet e outra pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação e escolas. A importância dessa ação é comprovar que desenvolvimento humano é construído por pessoas. Assim é preciso mudar a maneira de trabalhar para ser acessível e comunicar-se com elas. Esse relatório procurou honrar a proposta, que em essência era mostrar que as soluções dos problemas levantados só dependem das pessoas.

Como solucionar esses problemas?

Flávio Comim Fizemos um lista dos temas setoriais e dos transversais. Consideramos políticas públicas, mas trabalhamos com violência, educação e valores. Há um capítulo importante sobre família. Ninguém nunca pensou em colocar a família em um relatório de desenvolvimento humano, pois normalmente família é questão privada e não pública. Redefinimos a família e descobrimos que ela não é mais pai e mãe, filho ou filha, mas a rede de cuidado e de afeto que pode ter um formato ou outro. Ao definir valores, percebemos que eles são guias de ação. A campanha foi fundamental para entender e estruturar o relatório.

O resultado dessa consulta mostra que quando se buscam valores, a educação aparece em primeiro lugar. Essa é uma perspectiva de mudança?

Flávio Comim Fizemos a pergunta positiva: "O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?" Com isso surgiu uma história de um país de alta desigualdade, com um tecido social gasto, onde as famílias se desorganizaram e isso fez com que olhássemos num nível mais micro de como essa gente relaciona essas vivências de desenvolvimento humano com uma pauta de valores. Se consultarmos qualquer pessoa das grandes ONGs educacionais brasileiras descobriremos que o grande desafio é trazer a família para dentro da escola. O mesmo aconteceu com relação à violência: 56% das pessoas temem a violência dos bandidos; 23%, a violência dentro de casa. Isso dá uma idéia da importância dos lares como pauta de desenvolvimento e valores, como formação e modelo de relacionamento. Tudo isso está mais presente na agenda de desenvolvimento do que imaginamos, pois os valores estão em casa, na escola e no trabalho – onde o sofrimento é uma realidade, independentemente do salário que as pessoas ganhem. Quem ganha salário mínimo são as pessoas que têm as menores vivências positivas nos trabalho. Ninguém vê a mulher que traz o café ou faz a limpeza. Pensar valores é pensar uma agenda de qualidade e humanização das políticas e que vai além dos recursos.

E com relação à educação?

Flávio Comim O que o relatório diz é que é preciso melhorar a convivência nas escolas, para diminuir a distorção série/idade. E isso leva à qualidade do sistema educacional e à possibilidade de melhorar o índice dos anos esperados. Parte do problema é como motivar o professor e melhorar os salários, dispor de material didático de qualidade. Hoje o professor compete com a internet, que traz muito mais informação e é mais atraente em termos de audiovisual. Descobrimos, nos seminários realizados, que há escolas com tantos alunos que ninguém é chamado pelo nome e sim por números. Como podemos exigir que esse aluno respeite e fale com o professor se ele é apenas um número? Tentar atingir esse balanço entre dimensões diferentes e operar com multidirecionalidade é um grande desafio que estamos levantando no relatório nacional e a discussão surgiu dessa consulta pública. O grande desafio que temos é mover o país para mais anos de vida escolar esperado e dar mais oportunidades às pessoas, distribuir melhor a renda e ter um crescimento mais inclusivo, que gere aumento de renda. Assim chegaremos ao nível dos países latino-americanos mais avançados, que estão na frente do Brasil há mais de 30 anos, como a Argentina, Chile, Costa Rica.

O economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da FGV, diz que a educação de qualidade deve ser o desafio desta década. O senhor concorda?

Flávio Comim A educação é um dos grandes desafios. Mas quando se fala em desenvolvimento social, deixamos de lado o ambiental. E quando chegam as primeiras chuvas de janeiro as pessoas que moram em área de risco sofrem grandes desgraças em todo o país. A penalização por questão ambiental não pode ser considerada trivial. Para pobres e vulneráveis não existe um plano de saúde efetivo. Defendo a ideia de pensar transversalmente e o Marcelo Neri tem razão sobre quão estratégica é a educação e como atingir uma educação de qualidade, mas não podemos deixar de pensar no grau de vulnerabilidade dos pobres em relação ao ambiente, na incapacidade de reagirem aos riscos ambientais. Para essa virada que queremos, não podemos esquecer, além da questão da educação, de pensar o problema urbano nacional, com o gravíssimo déficit de saneamento. Permanece o binômio educação/saúde e o viver bem, mas não podemos esquecer a questão ambiental como grande pano de fundo. Pode parecer trivial, mas não é.



Se o século XX foi o da quantidade, o XXI será o da qualidade. O foco antes era quantas crianças estavam na escola. Agora queremos saber quanto e o que estão aprendendo



O ESTRESSE NO BANCO DOS RÉUS

No julgamento de advogados, médicos e psicólogos, o estresse é condenado como um dos maiores malefícios do exercício da advocacia hoje. E até o Judiciário cumpre a pena

Por Helder Júnior

"Você está ouvindo esse barulho?", perguntou a advogada, psicoterapeuta e educadora Fernanda Graudenz Muller, enquanto corrigia algumas provas. Não se tratava de nenhum chiado do telefone, como se poderia supor. Ela estava diante de uma cachoeira da cidade de Águas Mornas (SC), a 36 quilômetros de distância de Florianópolis, e distraía-se com o ruído da natureza enquanto falava ao celular. O município é famoso por suas águas termais, recomendáveis para o tratamento de diversas doenças associadas ao estresse.

Entrar em contato com as cachoeiras de Águas Mornas foi apenas uma das iniciativas de Fernanda Graudenz Muller para combater as aflições provocadas por seu cotidiano. Os problemas começaram quando ela decidiu cursar Direito, por influência do marido advogado. "Percebi que não era feliz na advocacia. Sabe por quê? O Judiciário tem um ambiente conflituoso, hostil. Quando você vai para uma audiência, acaba travando uma verdadeira guerra para provar que a sua tese é a vencedora. Mesmo se ganhava uma luta, eu saía arrasada do campo de batalha. Não consigo ver um casal se atacando meses depois de fazer juras de amor. Isso não é para mim", conta. Fernanda abdicou da advocacia e curou o seu estresse com uma nova profissão. Como psicóloga, ela defende tese de doutorado sobre "Nexo técnico epidemiológico, transtornos mentais e do trabalho" e ajuda antigos colegas de profissão a também derrotarem o estresse – não necessariamente abandonando suas carreiras.

A tendência é que a clínica de Fernanda Graudenz Muller ganhe cada vez mais pacientes. Uma pesquisa patrocinada pela International Stress Management Association (ISMA), realizada nos Estados Unidos, Alemanha, França, Brasil, Israel, Japão, China, Hong Kong e em Fiji aponta que nosso país já ocupa o segundo lugar em número de trabalhadores acometidos pela Síndrome de Burnout – "estado de esgotamento físico e mental cuja causa está intimamente ligada à vida profissional", segundo definição do psicanalista norte-americano Herbert J. Freudenberger. Cerca de 70% dos profissionais brasileiros são afetados pelo estresse ocupacional; e 30% deles acabaram vitimados pela Síndrome de Burnout. Presidente da ISMA no Brasil, Ana Maria Rossi destaca que a principal meta da entidade é "colaborar para que o mundo seja menos estressante". Ela sempre responde aos seus e-mails com um desejo de "saúde".

O mesmo engajamento que norteia Ana Maria Rossi motivou a psicóloga Fátima Antunes a desenvolver uma pesquisa inédita em relação ao nível de estresse dos advogados brasileiros. Casada com um advogado há dezessete anos, ela convive frequentemente com profissionais da área e percebeu que a atividade é altamente estressora. O empirismo ficou comprovado com números. Recorrendo a um dos métodos de análise mais utilizados internacionalmente no estudo de aspectos psicossociais e doenças relacionadas ao trabalho, o modelo Demanda-Controle-Suporte, do professor Robert Karasek, ela aplicou um questionário para 702 advogados. Os entrevistados eram de ambos os sexos (havia 53,7% de homens, e 46,3% de mulheres), predominantemente da região Sudeste do Brasil e com idades que variavam de 20 a mais de 60 anos. "Os resultados obtidos mostraram exatamente o que se percebe no dia a dia. As demandas psicológicas da profissão são diversas, e os advogados percebem certo controle sobre o trabalho que exercem. Isso de alguma maneira minimiza um pouco os impactos do estresse, mas, na maioria das vezes, os profissionais não possuem suporte social nem apoio de colegas e superiores em suas realiza-

ções", relata Fátima Antunes, que atua há dezenove anos na área de Recursos Humanos e está envolvida há uma década com treinamentos e programas de saúde mental e comportamento seguro no trabalho.

A ameaça invisível

A classificação do estresse como "ameaça invisível" para os advogados partiu da advogada Lara Selem e da médica Raquel Heep Bertozzi, em artigo produzido para a Selem, Bertozzi & Consultores Associados. Com o notório aumento de casos de Síndrome de Burnout na advocacia, a empresa elevou a sua preocupação com a saúde mental dos funcionários durante a gestão de serviços jurídicos. "Passou a ser o centro das minhas atenções, uma vez que se trata da mola mestra de todo o desenvolvimento organizacional no mercado jurídico. É preciso manter um time de profissionais saudável para que um escritório obtenha sucesso. O estresse é um dos maiores obstáculos nesse campo", diz Lara, especialista em Gestão de Serviços Jurídicos pela Fundação Getulio de Vargas de São Paulo e em Liderança de Empresas de Serviços Profissionais pela Harvard Business School, dos Estados Unidos, contando com o amparo clínico de Raquel Bertozzi. "Quando entrei em contato com o mundo jurídico, percebi que o estresse e muitas outras peculiaridades dessa área se tornavam armadilhas. Apenas a clínica médica, minha formação inicial, não daria conta do recado para lidar com isso. Resolvi me especializar em psiquiatria e, hoje, consigo alertar os advogados em relação aos efeitos do estresse em suas carreiras, reduzindo muitas complicações físicas e psíquicas", complementa a médica.

Os impactos do estresse para o organismo, de fato, são os mais variados – há o enfraquecimento do sistema imunológico, a maior suscetibilidade a distúrbios psicossomáticos, gastrointestinais, dermatológicos e musculares, além de doenças cardiovasculares, diabetes e transtornos de tireóide, conforme lista Fernanda Graudenz Muller. "Já lidei com alguns casos extremos no consultório. É difícil convencer um advogado que a profissão dele pode, sim, matá-lo. Você sabia que a advocacia é a atividade laboral que apresenta maior índice de trabalhadores com problemas cardiovasculares?", comenta a psicoterapeuta, que apresentou alguns dos sintomas do estresse na época em que advogava.

Raquel Heep Bertozzi também costuma encontrar pacientes com estresse crônico. "Certa vez, um advogado bem-sucedido me procurou por indicação de seu cardiologista. Ele havia sofrido um infarto agudo do miocárdio, passado por cateterismo, angioplastia, alguns dias de UTI e corria um sério risco de morte. Tinha uma vida bastante típica (mas nada saudável): obesidade, hipertensão arterial, má alimentação, sedentarismo,

Clientes exigentes, necessidade de ganhar bem, alta competitividade: com esse estilo de vida não sobra tempo para se alimentar bem, praticar exercícios físicos, dormir e relaxar

muito estresse causado pela profissão e também apresentava um quadro ansioso severo. Tive a árdua tarefa de convencê-lo que a profissão deveria salvar a sua vida, e não condená-lo", conta a médica, que ficou feliz com os resultados alcançados. "Comecei a alertá-lo para os sinais de adoecimento, para exageros (como passar noites em claro e comer apenas bobagens), e ensinamos como retomar atividades saudáveis (exercícios físicos e férias anuais) e ter mais qualidade de vida. Depois disso, sei que as implicações para ele e seu escritório foram de muito êxito, conseguindo unir o amor e a dedicação à profissão ao respeito ao corpo e à mente."

Para Fernanda Graudenz Muller, todas as etapas de um processo judicial possibilitam que a "ameaça invisível" faça mais vítimas como a mencionada por Raquel Bertozzi. "O primeiro encontro do advogado com o cliente é às vezes permeado por medos e angústias. Afinal, o indivíduo está em um momento de crise sócio-afetiva ou sob risco de prisão. Quem procura um advogado em períodos em que não enfrenta nenhum problema? Depois, inicia-se o mergulho no caso, a tentativa de colher dados processualmente relevantes, misturada à aflição pelo tempo que não para e à responsabilidade do caminho a seguir. Ajuizada a demanda, surgem incertezas oriundas de situações incontroláveis, como prazos e provas e testemunhos e depoimentos baseados na frágil interpretação humana. Não raro, o cliente se mostra – por causa do temor reverencial à Justiça e ao magistrado – o primeiro adversário. Com a sentença, vem a verdade. Mas qual é a verdade? Cada um tem a sua. O processo termina. A luta continua. O cliente, depois, já não dá o mesmo valor para o advogado. Quem está envolvido neste ofício tem receio de não atender a contento, de não ser admirado e de ser destroçado pelo adversário, além de culpa e exigência excessiva", afirma. Dias antes de fazer esse discurso, a psicoterapeuta havia recebido uma evidência da competitividade de advogados. Graudenz Muller foi convidada para participar da banca julgadora de um projeto acadêmico sobre a Lei Maria da Penha, que traçava um perfil psicológico dos homens agressores. "Quando disse que a legislação era louvável por proteger um sexo mais frágil, um advogado presente na plateia me interpelou e respondeu que o meu argumento era inconstitucional, pois todos somos iguais. Você acredita nisso? A advocacia acaba adoecendo as pessoas", conclui a ex-advogada, sorrindo.

Lara Selem e Raquel Bertozzi concordam com o raciocínio. "A advocacia é uma profissão que se resume a resolver problemas, e os advogados trabalham sob pressão dos clientes (que querem resposta imediata), dos prazos (especialmente os processuais) e da responsabilidade sobre as causas que defendem", aponta a advogada. "O nível do estresse já passou do tolerável. O pior: os advogados se dão conta disso muito tarde. São muitas as queixas: clientes exigentes, escritórios desorganizados, equipes pouco disciplinadas, necessidade de ganhar bem, competitividade e tantas outras. Com um estilo de vida tão atribulado, não sobra tempo para se alimentar bem, praticar exercícios físicos, dormir e relaxar", acrescenta a médica.

Para não deixar dúvidas sobre o assunto, a psicóloga Fátima Antunes apresenta uma pesquisa realizada por Jean Wallace, do departamento de Sociologia da Universidade de Calgary, no Canadá. O sociólogo assinala que os advogados homens dedicam 50 horas semanais em média ao trabalho, enquanto as mulheres doam 46 horas de seu tempo – no restante da semana, eles estão envolvidos em encontrar uma solução para os processos. "Na prática, isso significa que o advogado exerce 24 horas por dia a sua profissão", constata Antunes.

Operadores do Direito em risco

Os advogados não são as únicas vítimas do estresse no ambiente de trabalho. O Poder Judiciário também cumpre a pena: a qualidade do ofício cai, os jurisdicionados ficam insatisfeitos e a balança da Justiça fica desequilibrada. Mas tradicionalmente o Judiciário conta com os serviços de sua equipe de psicólogos – e os magistrados sabem a rotina de sair de licença. Mas os escritórios perdem volumosas quantias de dinheiro por não adotar políticas de atenção. De acordo com a ISMA, os Estados Unidos gastam US$ 300 bilhões por ano em decorrência de indenizações pagas a profissionais estressados. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as empresas norte-americanas arcam com outros US$ 200 bilhões por causa de funcionários que perderam a produtividade, faltaram ao trabalho ou foram internados. Na União Europeia, o custo supera 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Há episódios até curiosos. Em 2006, uma funcionária pública inglesa recebeu uma indenização equivalente a R$ 500 mil por ter sido promovida contra a sua vontade. Embora fosse bem-remunerada, ela ingeria medicamentos para suportar a rotina de 80 horas semanais de trabalho e o estresse ocupacional.

No Brasil, ao contrário, a preocupação com os riscos do estresse ainda é incipiente – embora que uma pesquisa do Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília (UnB) aponte para o crescimento de 260% de afastamentos do trabalho por motivos associados aos transtornos mentais e de comportamento. "Só estamos despertando para tratar de assuntos voltados à saúde mental dos advogados agora. Até onde é do meu conhecimento, este não é um assunto em discussão entre os escritórios", diz Fátima Antunes.

Com a experiência de quem lida diretamente com a gestão de escritórios, Lara Selem também não vê muita preocupação por parte de administradores. "Infelizmente, esse não é um tema co-

Advogados homens dedicam 50 horas semanais em média ao trabalho; as mulheres doam 46 horas – no restante, ambos estão envolvidos em encontrar solução para suas causas

mum nas reuniões dos gestores de departamentos jurídicos ou de escritórios de advocacia. A agitação do dia a dia é vista como natural entre os advogados, que preferem não demonstrar fraqueza ao encarar situações estressoras. O estresse só será alarmante quando atacar a saúde e provocar um susto", lamenta.

Para Fernanda Graudenz Muller, no entanto, o panorama está mudando: "Começamos agora a dar atenção para isso, apesar de 35% da população brasileira sofrer de algum tipo de transtorno de ansiedade. Ainda estamos longe de ter qualidade de vida no trabalho, mas alguma coisa já passou a ser feita. Tenho sido chamada por empresas e pelo Poder Judiciário para proferir palestras e aconselhar as pessoas. É algo paliativo, porém podemos evoluir em todas as áreas", confia.

Vencer o estresse

Quando sai da frente da cachoeira em Águas Mornas, Fernanda Graudenz Muller tenta usar o seu exemplo de vida para auxiliar os antigos colegas de profissão a também derrotarem o estresse. Ela garante que é possível. "Sei que nem todo mundo tem a opção de ir para a zona rural e ser contemplada com uma cachoeira", ri. "Mas é possível ter um pouco mais de contato com a natureza. Que tal caminhar três vezes por semana? Realizar uma atividade física? Ou dança de salão? As mulheres adoram dançar. Procurem coisas que gostem de fazer! Se não tiverem ânimo nem para tentar, a solução é se consultar com um psicoterapeuta", aconselha.

A médica Raquel Heep Bertozzi é outra que encoraja: "É preciso que as pessoas se conheçam melhor. Quando a pressão arterial está aumentando, o peso só cresce, não resta fôlego ao fazer atividades físicas leves e o sujeito está sempre irritado, é hora de mudar. Ninguém deve parar de trabalhar ou de se dedicar à advocacia, mas tem de saber gerenciar o organismo, o tempo e a vida pessoal". Para a psicóloga Fátima Antunes, a vítima de estresse "deve se perceber como vulnerável e criar novos hábitos, administrando melhor a vida e a carreira". "O que pode socorrer os advogados é a conscientização de que, sem um corpo saudável, não haverá mente nem advocacia saudáveis e de longo prazo", enfatiza Lara Selem. Entre os conselhos mais simples das especialistas, estão o sono regulado (preferencialmente de sete horas, indo dormir antes das 23 horas), a ingestão de bastante água (com moderação de café e refrigerante), a alimentação balanceada, os exercícios físicos e a atitude mental positiva.

Para casos extremos, existem também medidas radicais. "Conheço algumas pessoas, não muitas, que começaram a lidar com uma área do Direito menos conflituosa ou passaram a lecionar, prestar concursos. E houve até alguns pacientes que largaram tudo: desistiram da advocacia e foram viajar pelo mundo", suspira Graudenz Muller, antes de voltar a corrigir provas e admirar a cachoeira.

CULTURA EM GOTAS

VOZES QUE NÃO SERÃO SUFOCADAS

Obra de Benjamin Britten usa tradição musical inglesa para expressar conflitos do século XX

Por Luís Mauro Sá Martino

No cemitério ao lado igreja de St. Peter & St. Paul, na cidade costeira de Aldeburgh, Inglaterra, há centenas de lápides. Como era costume até o início do século XX, os fiéis de uma comunidade tinham o direito de ser enterrados no campo da igreja. Andando entre os túmulos dispostos de maneira irregular no que deveriam ser ruas e caminhos, há um lápide simples, de pedra, com duas palavras e oito números gravados – "Benjamin Britten 1913-1976".

Quando Britten foi morar em Aldeburgh, em 1947, já era reconhecido como um dos maiores compositores britânicos. A cidade, uma vila de pescadores, foi escolhida por estar distante de qualquer agito social. Aliás, ainda é: não há trens diretos, e ônibus para cidades próximas partem duas ou três vezes por dia.

Benjamin Britten nasceu em 22 de novembro de 1913 em Lowestoft, outra vila costeira, distante uma centena de quilômetros de Aldeburgh, no litoral de Norfolk, região de East Anglia. Desde pequeno mostrou excepcional talento musical – suas primeiras peças foram escritas aos 8 anos, e seu primeiro trabalho importante, uma *Sinfonietta*, aos 17, além de série de variações sobre um tema de seu professor Frank Bridge.

Terminado o aprendizado musical, foi para Londres continuar seus estudos. Lá escreveu música para filmes e conheceu o poeta W. H. Auden, com quem partiu para os Estados Unidos em 1939. Nessa época foi apresentado ao tenor Peter Pears, seu amigo e, pouco tempo depois, seu namorado – situação particularmente difícil num país em que a homossexualidade era considerada crime. A temporada americana trouxe alguma tranqüilidade, mas Britten e Pears decidiram voltar para a Inglaterra em 1942, no auge da Segunda Guerra Mundial. Britten não parou de escrever música nesses anos, e o principal resultado foi a estréia da opera *Peter Grimes,* em Londres, em 1945, seu maior sucesso até então. Apesar de ter conseguido a consagração relativamente jovem, com 32 anos, a cena musical londrina começou a criar cada vez mais intrigas e problemas, o que o levou a retirar-se para Aldeburgh em 1947. Exceto por ocasionais excursões e turnês de concertos, Britten morou ali até sua morte, em 4 de dezembro de 1976.

Além do trabalho como compositor, Britten foi professor e agitador cultural: criou um festival de música em Aldeburgh, até hoje um dos mais prestigiados da Inglaterra, e montou uma escola de música em Snape Maltings, propriedade rural a poucos quilômetros de Aldeburgh, em que os métodos de ensino levam em conta a criatividade e a inventividade dos alunos. A escola, ainda funcionando, é hoje um respeitado centro de formação de músicos.

A música de Britten é o resultado de todas essas influências, aglutinadas e articuladas de maneira bastante pessoal. Se não esteve ligado a nenhuma das muitas vanguardas musicais do século XX, não deixou de usar técnicas da música contemporânea quando isso lhe parecia necessário para se expressar. Embora algumas vezes sua música possa soar um pouco dura a ouvidos pouco acostumados, ele também nunca deixou de lado a força expressiva de uma boa melodia – as árias de suas óperas mostram isso, bem como sua música instrumental.

O passado musical inglês foi outra fonte de inspiração. Além de conhecer o repertório folclórico, a herança de compositores do século XVI e XVII, como Thomas Tallis e William Byrd, é perceptível em suas obras, sem mencionar Henry Purcell, que inspirou uma das obras mais populares de Britten, o *Guia dos Jovens para a Orquestra* – peça didática na qual são apresentados os instrumentos musicais, cada um fazendo uma variação sobre um tema de Purcell, até serem reunidos em uma fuga final.

Ao mesmo tempo, não foi desatento aos acontecimentos históricos e sociais a seu redor. Seu *War Requiem*, composto em 1962, é uma homenagem fúnebre às vítimas das guerras mundiais, enquanto sua *Sinfonia da Requiem* é igualmente uma meditação, em tons negativos, dos acontecimentos políticos do século XX.

Mas não só os conflitos sociais foram transpostos em música: a solidão, os preconceitos e o isolamento do ser humano foram temas de suas obras: na ópera *Peter Grimes*, por exemplo, a personagem-título é um pescador hostilizado pela população da aldeia onde mora ao ser acusado de um crime. Aliás, personagens marginalizados não faltam nas óperas de Britten, como em *Billy Budd* e em *A Volta do Parafuso*. Ele mesmo um *outsider* que se recusou a lutar na guerra, alegando "objeção de consciência", sabia do que estava falando.

Na praia de Aldeburgh, entre a cor cinza do Mar do Norte e o cascalho, uma escultura, uma concha de metal de 2,5 metros, tem gravada uma frase de *Peter Grimes*, "I hear the voices that will not be drowned", "Ouço as vozes que não serão sufocadas".

FGV PROJETOS

Mais conteúdo, Melhores soluções

A **FGV Projetos**, unidade de extensão de ensino e pesquisa da Fundação Getulio Vargas, cria soluções e aplica o conhecimento adquirido em suas escolas e institutos. Com escritórios no Rio de Janeiro e em São Paulo, a unidade desenvolve projetos no Brasil e no exterior.

Atuação em 17 estados brasileiros e mais de 6 países

20 Anos de experiência*

250 Consultores*

140 Projetos em desenvolvimento nos setores público e privado*



Todo nosso conhecimento a seu favor

www.fgv.br/fgvprojetos

*números atualizados até novembro de 2010



A ADVOCACIA E A LAVAGEM DE DINHEIRO

O penalista da PUC-PR comenta seu mais recente livro, discute a ética da profissão e faz o elogio da missão do operador do Direito

Por José Roberto Orquiza
Foto/Alberto Botta

O advogado e professor Rodrigo Sánchez Ríos, naturalizado brasileiro, nasceu em 1965, em Iquitos, Peru. Queria ser cineasta. Virou criminalista. Em 1976 mudou-se para Lima. Em 1982 veio para o Brasil, estudar Direito em Curitiba. Em 1988 foi para a Itália. Ficou cinco anos em Roma. Desde 1992 é professor universitário. Tem diversos livros publicados. O último, *Advocacia e Lavagem de Dinheiro* trata de um tema polêmico. Calmo, reflexivo, ar sisudo, pensa de forma arrojada sobre a liberação das drogas leves, o controle das armas, a reforma do sistema penitenciário e por aí afora. Nas horas vagas, é amante da sétima arte. Em essência, é um humanista. Sonha com uma sociedade mais justa, livre e fraterna. Frente aos recentes episódios ocorridos no Rio, principalmente no Complexo do Alemão, propõe repensar o atual Estado de Direito. Cabe à sociedade civil lutar contra a violência institucionalizada. O poder paralelo é inadmissível. Mais o professor e talvez menos o doutor, Rodrigo Sánchez Ríos vê um Brasil moderno, capaz de superar os desafios interpostos.

O senhor se formou em 1986 e fez o doutorado na Itália. Como foi esse caminho?

Rodrigo Sánchez Ríos Antes da graduação já planejava fazer a pós-graduação no exterior. Na metade do curso ainda não percebia a vocação pelo direito. Pensava em estudar no Centro Sperimentale di Cinematografia di Roma. Foram muitas tardes de visita assídua a Cinemateca Guido Viaro, aqui em Curitiba. Construí um roteiro para um curta-metragem, que tinha como cenário o velho Passeio Público e, evidentemente, a Casa do Estudante Luterano Universitário. Aí vivi meus anos de faculdade, junto com acadêmicos de todos os cantos do Brasil e do exterior. Então meu dilema chegou a ser solucionado *in loco*, na capital italiana. As possibilidades de ser um futuro assistente de Fellini ficaram relegadas ao plano das ideias. O Direito, como área de estudo, mostrou-se mais factível. Lembro-me da orientação e acolhida propiciada pelo professor Jacinto Coutinho, da Federal do Paraná, para que prosseguisse na formação normativa.

Como aconteceu a vocação pelo direito? Seu pai é advogado?

Rodrigo Ríos Nasci na cidade de Iquitos, na Amazônia peruana, e nenhum membro da família pertencia ao mundo jurídico. Havia, sim, professores de ensino fundamental que desde a minha mais tenra idade sempre me incentivaram à leitura. No segundo grau, cursado em Lima, fui bom aluno nas disciplinas de história e literatura, mas deixava a desejar nas ciências exatas, para desapontamento do meu pai, estudioso e professor primário de matemática. Não nasci com vocação natural para o direito. Meu caminho foi gradativamente se formando e, quando terminei o segundo grau, percebi a forte inclinação pelo mundo das ciências humanas. Hoje essas pergunta me recorda textos como *A Mãe*, de Máximo Gorki, *Germinal*, de Émile Zola, *Os Irmãos Karamazov*, de Dostoievski, e *As Fábulas*, de Esopo, entre outros. Entretanto, justiça seja feita, até meus 18 anos não era um profundo conhecedor da literatura latino-americana. Foi pela mão do mestre Sansão José Loureiro, aqui da Federal do Paraná, que descobri livros como *El Mundo Es Ancho y Ajeno*, de Ciro Alegría, *Redoble por Rancas*, de Manuel Scorza, *Los Ríos Profundos*, de José María Arguedas – e, evidentemente, os textos de Vargas Llosa. Tais leituras são indissociáveis de minha formação humanista. O Direito tornou-se uma opção natural.

Sua tese de doutorado foi sobre o trabalho na execução penal, orientado por Nicolò Amato. Como se deu o encontro do tema e do orientador?

Rodrigo Ríos Rememorar a imagem do professor Nicolò Amato entrando no corredor da Universidade La Sapienza di Roma é ver materializada a imagem do homem público que esse personagem representava. Era um admirado membro do Ministério Público e havia participado de pleitos de grande repercussão, como o caso Aldo Moro. Sua irrepreensível e corajosa atuação

contra as Brigadas Vermelhas ficou na retina dos cidadãos que reivindicavam a manutenção do Estado de Direito. Até na sua atividade como docente fazia-se acompanhar pelos seguranças designados pelo poder público. Quando entrava na sala de aula, no entanto, não clamava pelo recrudescimento da norma jurídico-penal, mas lançava veementes discursos em favor de um sistema carcerário mais humano. Em seus escritos há um claro propósito pelo reconhecimento do sistema penitenciário como parte legitima da sociedade, demonstrando uma valorização do pensamento de Michel Foucault, que sempre postulou por uma superação do discurso de ilegitimidade da sociedade com suas instituições totais. Claro que não posso resumir em poucas linhas a filosofia de Nicolò Amato; contudo, fica evidente que fui influenciado intelectualmente pelas suas lições. Dizem que todo penalista deve começar sua reflexão

Existem outros fatores que precedem a lei penal e devem estar presentes na vida dos cidadãos, e podemos enumerar os mais diversos, mas o primordial é a educação

teórica com os fins da pena. Isso está estampado no meu estudo "Prisão e Trabalho", depois publicado pela Editora Champagnat. No momento que vivemos, e olhando para esse escrito, me vem à mente a atitude de Ricardo Darín, conhecido ator argentino, que recentemente esteve em São Paulo para receber um prêmio pela sua luta em prol dos Direitos Humanos. Após ser vítima de assalto em sua residência e permanecer por algumas horas em mãos dos infratores, todos os meios de informação esperavam declarações em favor de um maior aumento de penas e de um tratamento mais rigoroso do sistema carcerário. Para surpresa de muitos, o ator declarou que entendia as angústias e frustrações daqueles jovens, pois nunca tiveram oportunidades para se integrar dignamente à sociedade, que está mais preocupada em gerar consumidores em vez de reforçar os valores de respeito e solidariedade ao semelhante.

O senhor tem três livros sobre crimes fiscais, delitos econômicos e agora publica este *Advocacia e Lavagem de Dinheiro*. Como foi essa trajetória intelectual?

Rodrigo Ríos Devo confessar que muito da minha pesquisa está atrelado a minha atividade como advogado criminalista. Na década de 90, na defesa de uma pessoa acusada de descaminho e detida em razão dessa imputação, vivenciei uma incongruência normativa da não extensão dos benefícios da extinção de punibilidade para todos os delitos tributários. Com isso, decidi refletir sobre a incidência da norma jurídico-penal na atividade econômica. Nesse ponto, busquei o subsídio teórico necessário no magistério de Carlos Martinez-Buján Pérez. Com base nisso surge O *Crime Fiscal* e os estudos sobre "A tutela penal da seguridade social" e "Das causas de extinção da punibilidade nos delitos econômicos", entre outros, frutos da acolhida que esse professor espanhol me proporcionou no seu Centro de Pesquisa da Universidade de La Coruña. Quanto ao estudo mais recente, coincidentemente também se origina da atuação como defensor de um agente, então acusado de lavagem de capitais.

Em síntese, qual é a tese central deste último livro?

Rodrigo Ríos Há vários tópicos a serem ressaltados. O primeiro deles é de política criminal. Nos últimos decênios a orientação no âmbito preventivo e repressivo no combate aos crimes transnacionais, com especial destaque conferido a lavagem de dinheiro, é justamente a concretização das máximas: *follow the money and catch the money (siga e prenda o dinheiro)*. Como fenômeno criminológico, a lavagem de capitais no sentido de ocultar ou dissimular o produto da prática delitiva é certamente antigo. Bem mais recente é o seu tratamento legal com tipificação autônoma e com uma percepção mais acurada de que o foco principal visa à recuperação dos ativos provenientes do ilícito. Não é de estranhar que por ocasião do recebimento da denúncia por fatos elencados no art. 1. da lei 9.613/98 *[lei dos crimes de lavagem de dinheiro]*, todos os bens mantidos em nome do arguido são imediatamente bloqueados. Portanto, no campo da prevenção a essa modalidade delitiva, inúmeros agentes privados foram convocados para colaborar na identificação de operações financeiras suspeitas. Os primeiros foram os agentes atuantes no sistema bancário, depois os agentes imobiliários, tabeliães, contadores e, finalmente, a normativa internacional apontou na direção dos advogados. Com isso é imprescindível separar, nesta temática, o papel consultivo e contencioso do advogado e suas implicações na política de prevenção. Deixo isso devidamente enfatizado no texto. Quando se trata do recebimento dos honorários há que se distinguir entre a atuação profissional do advogado que está prestando um serviço, sem criar um risco não permitido, daquele que serve como instrumento para a realização da atividade criminosa de ocultar ou dissimular, por exemplo, por meio de contratos fictícios. Para o primeiro deve imperar um juízo de atipicidade. Já para o segundo, parece natural que o convênio normativo lhe reserve as consequências da norma jurídico-penal. Por outro lado, resulta óbvio que no primeiro caso a atuação está resguardada pelos princípios constitucionais da ampla defesa e do livre exercício da profissão. Quanto à dogmática penal, busquei subsídios teóricos para legitimar a conduta do advogado defensor e do recebimento dos honorários supostamente maculados dentro do âmbito da exclusão da tipicidade. Aqui devo afirmar que o estudo do penalista Luis Greco, sobre as condutas neutras, foi de extrema relevância.

O advogado que defende um traficante contribui para a lavagem de dinheiro? Ele se contamina ao receber dinheiro de traficante?

Rodrigo Ríos Inicialmente deve ser ressaltado que todo cidadão acusado de qualquer imputação tem direito de defesa assegurado constitucionalmente. Em boa hora foram infrutíferas as iniciativas apresentadas no Legislativo visando a cercear a constituição livre de advogado pelos acusados dos delitos de lavagem de capitais. Tenho plena convicção de que o advogado que atua no fiel cumprimento das regras deontológicas da sua profissão, reguladas pela lei nº. 8.906/94 e pelo seu Código de Ética, em nada contribui para eventual ocultação ou dissimulação dos ativos provenientes do crime, pois não cria nenhum risco não permitido. O profissional quando atua no processo, resguardando-se por meio de contrato de honorários e da escrituração contábil formal, não se contamina ao receber valores pelos serviços efetivamente realizados, independentemente de origem. Aliás, indagações a esse respeito poderiam resultar em quebra da relação de confiança entre cliente e defensor. Esta preocupação já residia no pensamento de Nelson Hungria quando refletia sobre os delitos de natureza patrimonial e acerca do destino do produto do crime. Agora, situação diferente decorre de atuações que fogem aos parâmetros éticos, e nesse caso sobram exemplos de profissionais que denigrem a classe, transformando-se em cúmplices e sócios dos seus clientes.

O Brasil é um dos países de ponta no rastreio e bloqueio da lavagem de dinheiro. Mesmo assim, o sistema é dinâmico, permitindo a criação de novos caminhos para ludibriar a sociedade. A lavagem é crime transnacional?

Rodrigo Ríos A lavagem de capitais é o crime transnacional por excelência. O seu *iter [procedimento]* até a consumação e posterior exaurimento não se restringe ao ordenamento jurídico interno dos países. Basta apontar nesse sentido dois diplomas legais que acentuam essa especificidade: a Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, realizada em Viena em 1988, e a Convenção de Palermo de 2000. Cito como exemplo a recente apreensão, no sul da Itália, de mais de 1 tonelada de cocaína, encontrada num navio cargueiro proveniente da Colômbia, que fizera escalas no Suriname e, depois, no porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. A droga estava embutida cuidadosamente na estrutura metálica de tratores e implementos agrícolas. Como se vê, essa modalidade tão afeita à lavagem de capitais envolveu nesse caso, no mínimo, o ordenamento legal de quatro nações.

Claudio Abramo ficou famoso pela expressão "a ética do carpinteiro". A ética é a mesma para o jornalista, advogado, carpinteiro. Qual sua visão da ética do advogado num caso envolvendo tráfico de drogas e lavagem de dinheiro?

Rodrigo Ríos O legado de Claudio Abramo perdura no tempo. De fato, a ética do advogado, principalmente quando constituído para atuar como defensor numa ação penal envolvendo delitos tipificados na lei de tráfico de entorpecentes e da lavagem de dinheiro, deve respeitar integralmente as regras deontológicas inerentes à sua atuação profissional e isso se aplica para qualquer caso, independentemente de quais sejam as acusações.

Tivemos o caso recente do advogado do goleiro Bruno, filmado consumindo crack. Até o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, se manifestou a favor da punição. O que o senhor diz?

Rodrigo Ríos Não comungo do pensamento daqueles que propalam pela imprensa que a responsabilidade do advogado é apenas com seus clientes, não tendo uma maior preocupação social. Acredito firmemente que o advogado, conforme declara nossa Carta Magna, é indispensável à administração da Justiça. Esta importância dada pelo legislador constituinte acarreta responsabilidades que não estão limitadas aos seus constituídos. O advogado tem um papel público, devendo zelar por sua imagem. Essa responsabilidade social transcende os corredores dos tribunais, alcançando outras atividades eventualmente desenvolvidas, como, por exemplo, o exercício do magistério. Em sala de aula, o acadêmico não assiste apenas às lições do seu docente, e este, por seu turno, também busca tornar-se uma referência, pois expõe seu histórico de vida para seus ouvintes. Podem ainda ser apontadas outras atividades exercidas em caráter beneficente sem os holofotes da mídia. Em relação aos fatos divulgados sobre o advogado do goleiro Bruno, confesso que não vi as imagens, mas se elas efetivamente



representam a realidade, a prática ali retratada não condiz com as expectativas formadas em torno da imagem do advogado, cabendo ao órgão de classe as devidas providências.

Qual é sua visão sobre os recentes episódios ocorridos no Rio de Janeiro?

Rodrigo Ríos Vi com apreensão o desenrolar dos fatos. Uma resposta para o ocorrido não é tão simples nem se resume a um suposto ideário do restabelecimento do Estado de Direito nas comunidades. É sabido que a situação de lacuna da legalidade do poder público era indubitavelmente, parafraseando parcialmente García Márquez, a crônica de uma tragédia amplamente anunciada. Ao Estado de Direito cabe impor a lei penal na busca dos ideais da Justiça e da segurança, sem esquecer a pacificação social. Não é preciso ser um sociólogo renomado para entender que o problema da inércia do poder público no Rio de Janeiro, e em outros Estados, em propiciar esses ideais não está atrelado exclusivamente ao discurso normativo. A problemática da desigualdade social fala mais alto e não constitui um fenômeno recente. Quem cogitar a ideia de imputar essa realidade obscura apenas aos últimos representantes do poder executivo incorreria num raciocínio apressado e superficial. Aliás, minhas lembranças remontam às preocupações que Carlos Lacerda tinha na época da povoação de lugares não integrados com a atividade econômica e social da cidade, então capital da República. Um dos maiores estudiosos do Direito Penal, o professor Winfried Hassemer não se cansa de repetir que depositar toda a confiança na norma penal para a obtenção da segurança e da pacificação é simplesmente elaborar discursos supérfluos, pois devemos criar consciência de que, antes da norma jurídico penal e dos seus mecanismos de prevenção e repressão, existem outros fatores que a precedem e devem estar presentes na vida dos cidadãos, e aqui podemos enumerar os mais diversos, partindo sempre do primordial: a educação. Advirta-se, por fim, que as medidas de repressão imediata pelo Estado devem estar assentadas nos princípios penais de garantia constitucionalmente previstos.



Os moradores dos morros são duplamente vítimas: de um lado, os bandidos; de outro, a sociedade. As deficiências na formação do cidadão não se resolvem pela lei penal

A quantidade e perfil das armas e drogas encontradas no Rio revelam a omissão do poder público?

Rodrigo Ríos Infelizmente, essa realidade não se restringe só ao Rio. É mais grave do que se imagina. A quantidade de armas e drogas reflete a inoperância do poder público em permitir o estabelecimento do poder paralelo, que dita normas e as faz cumprir. Os moradores dos morros são duplamente vítimas: de um lado, dos bandidos; de outro, da própria sociedade. Está na hora da sociedade civil como um todo repensar o tipo de Estado de Direito que estamos consolidando. Já passamos por uma experiência de ditadura e atropelos que puseram em cheque os princípios básicos da legalidade, da ampla defesa, da livre iniciativa, do livre emprego, de uma educação pública mais responsável. Não é possível que a sociedade não se revolte com fatos simples. O Rio não é uma situação isolada. Como é possível que em escolas públicas e mesmo particulares se encontre uma arma na mochila de um aluno? Quarenta, cinquenta anos atrás isto era totalmente impensável. As deficiências na formação dos novos cidadãos não se resolvem pela lei penal.

A violência está institucionalizada?

Rodrigo Ríos Sim. No âmbito do sistema penitenciário não se pode permitir o vazamento de ordens a partir dos próprios detentos, como ocorreu recentemente. As sociedades modernas sabem que manter o sistema carcerário é um ônus econômico, político e social. Devem se criar mecanismos para permitir que os presos tenham a oportunidade da reintegração social. O sistema penitenciário não pode ser a filha ilegítima da sociedade. Quem está cumprindo uma pena, está sofrendo as consequências de sua prática delitiva. O diálogo com o poder público precisa ser pelos canais legais e nunca pela violência. O poder paralelo não pode coexistir com o Estado de Direito.

Qual é o papel do advogado perante os desafios contemporâneos?

Rodrigo Ríos No campo da advocacia criminal, o desafio do advogado é lutar incessantemente pela defesa das liberdades individuais e pela eficácia dos direitos humanos. A voz do advogado é sempre ativa e deve ecoar dentro e fora dos tribunais. Atuo na profissão há mais de quinze anos e frequentemente me indago sobre as dificuldades de seu exercício, da postura a ser observada no trato com os agentes do poder público, dos limites a serem respeitados na relação com o cliente, do rigoroso acompanhamento dos prazos processuais e da irresignação diante de decisões contrárias aos direitos dos meus assistidos. Esses questionamentos e outros fazem parte do meu cotidiano. Mas há dias em que me invade uma sensação de euforia ao subir as escadas do escritório e penso que esta profissão, considerada de risco por alguns, não é tão mal assim e, por vezes, recordo-me da emblemática frase de Voltaire: "Gostaria de ter sido advogado, pois é a profissão mais bela do mundo".













Referências afetivas de Jabor compõem *A Suprema Felicidade* (primeiras três imagens), enquanto *Um Lugar Qualquer* mostra a vida superficial de um astro de Hollywood

JABOR À LA FELLINI E O MUNDO DE SOFIA

O diretor brasileiro volta ao cinema com o etéreo *A Suprema Felicidade*, enquanto a filha de Francis Ford Coppola faz novo retrato da solidão em *Um Lugar Qualquer*

Por Fábio Fujita

Arnaldo Jabor andou trocando farpas com a crítica, que, via de regra, recebeu a pedradas seu filme *A Suprema Felicidade*, lançado no final de outubro, e que marcou o fim de um hiato de 24 anos longe de um set, desde que ele rodara *Eu Sei Que Vou Te Amar* (filme que rendeu prêmio de interpretação a Fernanda Torres no Festival de Cannes), em 1986. Em geral, a "acusação" tem sido a de que o longo período sem filmar fez com que o novo trabalho do diretor resultasse anacrônico na linguagem e na estética empregadas, além de confuso no roteiro, supostamente uma geleia geral de referências afetivas de Jabor que não estruturariam uma história consistente.

Amarcord tropical

São análises injustas, talvez motivadas por certa má vontade para com Jabor, que, nos últimos anos, migrou para o jornalismo, tornando-se uma figura de grande visibilidade – o que, naturalmente, o torna alvo fácil para os que se incomodam com suas opiniões ferinas. Tirante a pretensão – que talvez Jabor sequer tenha tido –, *A Suprema Felicidade* evoca, sim, o que seria uma espécie de versão carioca de *Amarcord*, clássico do italiano Federico Fellini, como muitos observaram. E é por isso mesmo que o filme vale ser conferido. O fio condutor da trama está numa típica família de classe média dos anos 40. Será pelos olhos do filho, o garoto Paulo, que veremos a implosão da harmonia familiar – notadamente o embrutecimento da figura da mãe (Mariana Lima, soberba), que, após abdicar de seus sonhos para cuidar da casa, passa a acumular frustrações com relação ao marido adúltero.

Mas a história não se limita ao plano microcósmico, expandindo seus horizontes para Jabor recriar um Rio de Janeiro de tempos idos, de pegada onírica. O desfecho da Segunda Guerra é a deixa oportuna para o diretor pôr na tela a alegria generalizada do povo, materializada, sobretudo, no Carnaval das marchinhas e na boemia dos cabarés. É nesse cenário que Paulo – interpretado por três atores diferentes, cada um para uma fase da vida – vivenciará os episódios que o forjarão como homem:





A Vida Durante a Guerra: com troca de elenco, sequência de *Felicidade* evidencia esforço de Solondz em chocar





Um Quarto em Roma: êxito do anterior *Lúcia e o Sexo* compromete renovação do cinema de Medem

os primeiros amores, os primeiros dissabores, a descoberta da sexualidade, o acerto de contas com desafetos da infância. Personagem decisivo em sua trajetória é o avô Noel (Marco Nanini, outro em performance marcante), que, mais do que cumprir o papel-clichê da "voz da sabedoria", supre muitas vezes a presença do pai, invariavelmente ausente. Mesmo nos supostos "excessos" de Jabor, o filme tem o seu charme, como no personagem periférico de Maria Flor, uma jovem que não assimilou a morte da mãe e por quem Paulo vive uma paixão efêmera.

Nada é o que parece

Já outros dois cineastas de grande prestígio internacional, o americano Todd Solondz e o espanhol Julio Medem, parecem ter perdido o rumo em seus novos trabalhos. Em *A Vida Durante a Guerra*, Solondz retoma os mesmos personagens de seu filme mais cultuado, *Felicidade* (analisado aqui na edição nº 23), com a ousadia artística de ter trocado todo o elenco. O elemento bélico explicitado no título é referência aos episódios de 11 de setembro de 2001, que tornaram o já esquizofrênico *american way of life* ainda mais enlouquecedor. Se Solondz já fazia, antes, uma leitura bastante corrosiva da sociedade americana, a paranoia do terrorismo na qual ela chafurda tornou-se, naturalmente, um novo elemento dramático a ser explorado por ele. O representativo disso está num dos personagens principais, o garoto Timmy, que imaginava não ter pai, segundo o que a mãe, Trish, lhe contava. Na verdade, o pai dele, Bill, é o pedófilo que aparecia em *Felicidade* e que, no novo filme, está saindo da cadeia, após cumprir anos de reclusão. Por tudo o que ouviu da mãe ao longo da vida, Timmy vê um tarado em potencial em qualquer um que o aborde. E, para ele, tarados e terroristas fazem parte de um mesmo pacote de gente a ser temida. O mundo é hostil e é preciso se proteger. Em certo momento, outro personagem profetiza: "No fim, a China dominará tudo e nada mais importará".

As tramas paralelas envolvem as irmãs de Trish: Joy e Helen – todas também presentes em *Felicidade*. A primeira é casada com Allen, sujeito que não consegue se livrar da obsessão de fazer ligações telefônicas, de alto teor pornográfico, para mulheres desconhecidas (Philip Seymour Hoffman interpretou o personagem no primeiro filme). Joy, por sua vez, tem devaneios eróticos com um amante do passado, de quem não consegue se livrar. Helen é, supostamente, a bem-sucedida da família, tendo desenvolvido carreira como roteirista de cinema – mas, como se pode imaginar, no cinema de Solondz nada é o que parece. Retrato aterrador que faz do gênero humano, *A Vida Durante a Guerra* peca exatamente pela aparente necessidade de chocar. Os diálogos soam tão deliciosamente *fake* que a tarefa de assimilar a história como crível torna-se impossível. Numa das cenas, uma mulher estabelece um jogo de sedução com um homem num bar. Ela diz: "Sou boa em ler as pessoas. Vejo em você um homem solitário e heterossexual. Isso me basta". Não deixa de ser surpreendente o prêmio de roteiro que o filme obteve no último Festival de Veneza.

Erotismo raso

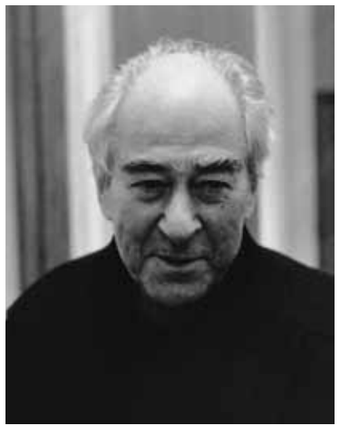
No caso do novo filme de Julio Medem, *Um Quarto em Roma*, a premissa empolgante – o encontro ao acaso de duas estonteantes mulheres que vivem uma paixão súbita – sucumbe rapidamente à fragilidade do roteiro. O estrondoso sucesso obtido pelo cineasta por ocasião de *Lúcia e o Sexo*, em 2001, parece ter comprometido sua capacidade de renovar a sua arte. Há, em *Um Quarto em Roma*, o evidente (e inútil) esforço na imposição de uma sensualidade que, em *Lúcia...*, transbordava de forma natural. É preciso reconhecer que Medem tem bom gosto na escolha de seu cast feminino. Em *Lúcia e o Sexo*, a beleza luminosa de Paz Vega foi um dos pilares para a consagração do filme, mas, não fosse a grande atriz que é, ela não conseguiria imprimir à sua personagem a complexidade exigida pela engenhosa trama. No caso das atrizes de *Um Quarto em Roma*, tanto a espanhola Elena Anaya (dirigida por Pedro Almodóvar em *Fale com Ela*) como a ucraniana Natasha Yarovenko são colírios para os olhos. Mas a beleza, no caso, encerra-se em si mesma, num exercício raso de erotismo.

É num bar da capital italiana mencionada no título que as duas beldades se conhecem e sentem uma química mútua. Apesar de estar com casamento marcado e sem nunca, até então, ter vivenciado qualquer tipo de experiência homossexual, a russa topa ir ao apartamento da nova colega. Claro, passarão a noite juntas, e Medem não economiza nos enquadramentos a registrar o deleite carnal e urgente. Não é a estrutura de teatro filmado, a mostrar a paixão exorcizada em espaço claustrofóbico, que compromete a narrativa de *Um Quarto em Roma*. Outros filmes já recorreram a esse formato com resultados bastante interessantes, como o clássico *O Último Tango em Paris* ou a produção nacional *Incuráveis*. O problema é que Medem tenta infestar poesia na sensualidade, como se a banalização daqueles dois curvilíneos corpos femininos pudesse ser minimizada, aos olhos do espectador, pelos embates travados no plano das ideias. Assim, vemos as protagonistas fazerem, além de sexo, observações pretensiosas sobre as pinturas que ornam o quarto em que estão, quando não digressões metafísicas pseudointeligentes que pouco esclarecem sobre as motivações das duas e o que as levaram até ali. É uma pena que o cinema de autor esboçado por Medem a partir de *Os Amantes do Círculo Polar*, de 1998, pareça não passar de promessa.

Filha de Francis... por enquanto

Dessa frustração o espectador fica livre em relação a Sofia Coppola, cujo pai é o lendário diretor da trilogia *O Poderoso Chefão*, Francis Ford Coppola. Quarto longa que Sofia dirige, *Um Lugar Qualquer* traz todas as marcas estilísticas que ela impõe em seus filmes desde que estreou com o drama teen *As Virgens Suicidas*. Premiado com o Leão de Ouro no último Festival de Veneza, *Um Lugar Qualquer* faz um paradoxal contraponto complementar a *Encontros e Desencontros*, a obra máxima de Sofia, na medida em que volta a tratar da solidão de um artista, no caso, Johnny Marco. Mas não se trata de mais do mesmo: se em *Encontros...* Bill Murray emprestava a sua própria trajetória para dar vida à história de um ator decadente numa viagem a Tóquio, Marco (interpretado brilhantemente por Stephen Dorff) é um ator em evidência, que aproveita a fama que conquistou para tocar uma vida integralmente voltada aos prazeres mundanos.

Mas a realidade permeada por festas, bebidas, passeios de Ferrari, sessões privadas de *pole dance* e sexo casual parece transformá-lo num *bon vivant* autômato. É como se Johnny Marco vivesse num constante torpor, como a cumprir de forma alienada o que seria esperável de um ator famoso e boa-pinta como ele. As coisas começam a mudar quando ele se vê forçado a passar uma temporada com a filha pré-adolescente, Cleo, quando a mãe da menina – sua ex-mulher – sofre uma espécie de crise existencial. Até então um pai ausente, Marco começa a estreitar a relação com a filha, ainda que, por muitas vezes, de forma desajeitada. Nesse sentido, vale observar a minimalista direção de atores empregada por Sofia, de longos silêncios: um semblante crispado aqui, um olhar enviesado acolá, comunicam mais do que qualquer diálogo. E é só quando a menina fala ao pai sobre o medo de ficar sozinha, em vista de uma possível não recuperação da mãe, que Marco parece se dar conta dos valores equivocados nos quais baseou sua vida até ali. *Um Lugar Qualquer* confirma a diretora como um dos melhores talentos de saia surgidos no cinema americano nos últimos anos. Francis Ford que se cuide para não se tornar, num futuro próximo, "o pai de Sofia Coppola".



IBERÊ CAMARGO E OS DESERTOS DA ALMA

Artista por excelência da solidão, o pintor gaúcho povoou a sua obra com personagens e temas costurados com uma percepção fina da natureza humana

por Fabricio Andrade
imagens cedidas pela Fundação Iberê Camargo

Em artigo recente para o site *Big Questions Online*, o filósofo inglês Roger Scruton traz à baila uma pergunta imemorial: como podemos expressar aquilo que não pode ser dito? Um dos modelos de Scruton é São Tomás de Aquino, que empregou "uns dois milhões de palavras" na tentativa de explicar a natureza de Deus – somente para concluir, após a visão beatificadora ao final de sua vida, que tudo o que havia escrito antes não tinha mais sentido. Nada por ser dito face àquilo que "excede todo entendimento". Mas o versículo bíblico pede explicação, especialmente se a partir dele tentamos compreender as artes visuais, não verbais por excelência – e se no domínio das artes plásticas tentamos entender a obra de um dos maiores artistas brasileiros, Iberê Camargo (1914-1994).

No que pensamos quando pensamos em arte? Que relação guarda a pintura com a realidade que nos cerca – objetiva, fria, incontornável; "inefável", como diz Scruton? O mundo além da nossa janela não pode ser descrito, apenas revelado. E o universo que trazemos dentro de nós também não pode ser relatado: a realidade tem de ser transfigurada, sugerida pelo artista. O abismo que separa esses dois planos – a realidade concreta e a criada – é preenchido pela imaginação, pelos desenrolar dos carretéis de nossa memória. A obra de Iberê é um esforço de recriar esses desertos que compõem a condição humana.

Um aprendiz entre mestres

Nascido em 18 de novembro de 1914, na pequena cidade de Restinga Seca, no Rio Grande do Sul, Iberê passou a infância rabiscando as locomotivas em que seus pais trabalhavam durante o dia. Por volta dos 14 anos, morando em Santa Maria com a avó, começa o curso de desenho na Escola de Artes e Ofícios. A solidão melancólica das planícies do Sul o acompanharia até a morte: "O clima dos meus quadros vem da solidão da campanha, do campo, onde fui guri e adolescente", diria, pouco antes de morrer. Também a aversão à autoridade instituída, que mais tarde se refletiria no seu distanciamento dos modismos artísticos, já estava presente no jovem irrequieto. Após mudar-se para Porto Alegre, dois anos depois, começa a estudar Técnica de Arquitetura, no Instituto de Belas Artes. O curso nunca foi concluído, mas teve o mérito de impulsionar Iberê definitivamente à arte. Uma de suas modelos do período foi a professora de desenho Maria Coussirat, com quem ele se casaria em 1939 e com quem viveria até 1994, ano em que ele morreu. Os retratos e as paisagens do período, incipientes e experimentais como de todo artista em formação, por vezes deixam entrever alguns dos temas e técnicas que lhe seriam sempre caros: a atmosfera espessa de seus ambientes, as pinceladas que pareciam se descolar dos quadros. Como diz Vera Beatriz Siqueira em *Iberê Camargo: Origem e Destino*, as cores "falam da energia criativa do artista tanto quanto da fúria da natureza; testemunham um contato simultaneamente rude e lírico com o ambiente". Uma chave para a compreensão de suas telas, aliás, é o que o crítico inglês Clive Bell chamava de *forma significativa*. O artista trabalha cores, linhas e formas que, combinadas, criarão a experiência estética. Não é a representação ou a simples evocação de sentimentos que está em jogo em Iberê; é a relação entre os elementos que nos transporta. Em 1942, no Rio de Janeiro, Iberê en-





Giorgio Morandi abriu-lhe um mundo novo e instável de associações entre os elementos da tela. E Francis Bacon revelou a matéria trágica que nos forma e deforma: acima *Carreteis* (1959), serigrafia sobre papel; abaixo, *Homem no Parque* (1988), óleo sobre tela

tra em contato com Cândido Portinari, Oswaldo Goeldi e Alberto da Veiga e Guignard. O período foi formador. Iberê estudou no ateliê de Guignard, onde aperfeiçoava técnicas de gravura, como a ponta-seca e o buril. Um olhar atento ao catálogo *raisonné* de suas gravuras mostra uma evolução notória. A timidez e a hesitação vão dando lugar à incisividade que lhe seria característica por toda a vida. Iberê via em Guignard a "pureza da percepção da criança", a "visão mítica do mundo que transforma a realidade em poesia". O que o impressionava era uma apreensão panorâmica e sensual da paisagem em Guignard; os elementos que parecem flutuar após o nascimento do universo – assim como os carretéis que Iberê imortalizou evocam não apenas a memória da infância, mas o equilíbrio instável em que por vezes o universo parece se assentar. Oswaldo Goeldi foi outra influência decisiva em Iberê, admirador da introspecção aflitiva das ilustrações que o mestre fazia para o jornal *A Manhã*. As dores do mundo irrompem do interior do artista na mesma intensidade com que o sufocam as ruas que o rodeiam. "Seus personagens contorcem-se, caricaturais. Eles não brotam da ironia, da mordacidade, mas de um grande amor com o qual procura redimi-los", escreveu Iberê em 1961, quando da morte de Goeldi. Observando os ciclistas de Iberê, damos por aprendida a lição de Goeldi: a opressão do que nos cerca é tão ou mais forte do que o nosso grito que pretende expressá-la. Esse equilíbrio delicado é o que sustenta aquela que é talvez a mais aguda e perturbadora fase de Iberê, a última.

Morandi e Francis Bacon

Em 1948, Iberê e Maria Coussirat mudam-se para a Europa, onde viveriam por dois anos. A temporada foi marcante para a evolução técnica de Iberê. Ele estuda pintura com De Chirico e André Lhote, cujo ateliê Iberê frequentava pelas manhãs, deixando para as tardes as cópias no Louvre. Entre os artistas europeus que mais influenciaram Iberê, destacam-se o italiano Giorgio Morandi (1890-1964) e o inglês Francis Bacon (1909-1992). Com Morandi, ele aprendeu a reformular o arranjo dos objetos na tela: as naturezas-mortas e os carretéis de Iberê, como no mestre, se parecem menos com objetos reais, criados pela mão humana, do que padrões geométricos interligados. O estado de permanente e improvável mutação em que os elementos de Iberê estão reflete também o constante exercício de apreensão exigido pela obra de arte. Iberê nos lembra de que nosso olhar é disperso, intermitente; se o rolo da memória é claudicante, é porque a nossa própria percepção também é temerária. Mesmo durante a sua fase mais puramente expressionista notamos essa preocupação. Telas da década de 1960 como *Estruturas em Tensão* e *Integração* balançam – já no título – ao vento dessa harmonia insegura. Do pintor inglês, Iberê reteve aquilo que o crítico Robert Hughes chama de "densidade trágica" das criaturas que habitam os quadros de Bacon. As deformações dos personagens de Iberê são exemplos disso. Em sua famosa série *Tudo Te É Falso e Inútil*, de 1992, os personagens contemplam, cabisbaixos, com sorrisos indecifráveis, as bicicletas paradas, o vulto de um carretel, a vida que poderia ter sido. O patético de seus olhares nos atrai e repele. Os vídeos de Iberê em seu ateliê mostram como ele puxava do fundo da tela as cores soturnas e profundas que eram um de seus emblemas. Em meio a borrões e pinceladas de espadachim, ele sobrepunha as camadas espessas de tinta e resgatava, do centro das cores, a solidão angustiada que tanto conhecemos mas que só a duras penas conseguimos expressar. Dizia Iberê: "Não há um ideal de beleza, mas o ideal de uma verdade pungente e sofrida que é minha vida (...) nesse caminhar no mundo". Iberê foi um andarilho.

O lado do escritor

Iberê é conhecido pelos seus imortais carretéis e ciclistas, elementos carregados de uma leveza afetuosa com que trabalhava e retrabalhava o fio da memória. Uma incursão sua menos conhecida é a de escritor. Foi missivista fiel e deu sua contribuição aos estudantes e diletantes com *A Gravura*, livro publicado em 1955. Mas sobretudo tentou desenvolver em sua escrita



No ateliê da Rua Alcebíades Antônio dos Santos, Iberê pinta o quadro



Tudo Te É Falso e Inútil V (óleo sobre tela de 1993): acima, à direita, o trabalho finalizado. Abaixo, detalhe de *Personagens*, de 1983











FOTO/FABIO DEL RE

FOTO/ACHUTTI



Na página à esquerda, no alto, No Vento e na Terra, oleo sobre tela de 1991, e Sem título, nanquim de 1984. Abaixo, Solidão, de 1994, última obra do artista. Embaixo, o prédio da Fundação Iberê Camargo, em Porto Alegre, projeto do arquiteto português Álvaro Siza: mais de cinco mil obras do artista. Acima, detalhe de Mulher e Manequim, olho sobre tela de 1989. Abaixo, vista interna do museu.



uma articulação – direta ou oposta – com os temas que lhe eram caros na pintura: a solidão, o tempo, o destino trágico que nos espreita. "Escrever pode ser, ou é, a necessidade de tocar a realidade que é a única segurança de nosso estar no mundo – o existir", disse em *Gaveta dos Guardados*, reunião póstuma de suas memórias. Seu livro de contos, *No Andar do Tempo*, foi lançado em 1988, e reúne nove textos, escritos ao longo de mais de quarenta anos, além de um esboço autobiográfico, de 1985. Não há um tema comum aos contos, que tratam desde a deformação e do provincianismo de sua Porto Alegre ("À Beira da Lagoa") até o núcleo insondável das ações humanas ("O Rato", um dos melhores do livro). Há um elemento absurdo, entretanto, que roe por dentro os contos de Iberê. Em 1980, quando morava no Rio de Janeiro, Iberê viveu um dos episódios mais marcantes de sua vida. No que hoje parece ter sido um incidente trágico, Iberê disparou dois tiros contra um engenheiro que teria atacado a assistente de Iberê e, depois, se lançado contra o artista. Iberê reagiu e o homem morreu. O ato foi considerado legítima defesa. Iberê dá a sua versão em "Cartão de Natal", em *Gaveta dos Guardados*. O relato é borrado, atordoado, e o artista parece ainda debater-se contra aquele "vendaval de força física" e contra a sua própria visão do fato. As ações não têm agente – "ressoam dois tiros no ar" – ou causa identificável – "meu drama não foi escrito pela mão do homem".

O acervo no museu

Iberê volta a Porto Alegre dois anos depois, e gradualmente a figura humana – que nunca desapareceu por completo dos quadros de Iberê – ressurge com a honestidade cáustica que marcaria sua última fase. Seus ciclistas têm uma expressividade ainda mais profunda e latejante, como se vagueassem, ora desatentos, ora hipnotizados, ao capricho uma força que dispersa o foco e parece lhes fazer uma promessa escorregadia. "Cada tela é o drama para materializar um sentido humano que a própria realidade parece desprezar", diz Ronaldo Brito no ensaio *Ciclistas Metafísicos*. Como no quadro *Pintura*, de 1989, não sabemos precisar se o desconforto que o ciclista causa é causa ou consequência da empatia que não podemos evitar, mesmo que ele nada nos peça. Os contos de Iberê escritos após o episódio e os seus desdobramentos na imprensa – "transformaram-me no símbolo da violência, a mim, que a sofrera!" – trazem uma busca que não é exatamente pela reparação, mas antes pela compreensão das vicissitudes próprias da vida em sociedade, das contingências irrevogáveis a que todos estamos sujeitos. Em Justiça de Deus (1986), um leão ataca os braços de um homem que, crendo estar sob a proteção divina, instiga os animais do zoológico. Todos o ignoram, exceto o leão, que, dentro da jaula, dilacera-lhe os braços. Diz o leão: "Não me concedem o direito de defesa. Nem ao menos tenho um desses tantos advogados chicaneiros que a lei concede ao mais perverso dos facínoras". É um pedido vulgar de aceitação, o qual talvez ocorresse a um dos personagens de seus quadros, mas que lembra aos visitantes do zoológico e aos frequentadores das galerias que a reclusão não suprime ou suspende a natureza humana, mas a realça. O leão não justifica os seus atos; ele "grita para dentro" as circunstâncias que poderiam passar despercebidas a nós, espectadores privilegiados das tragédias alheias.

As contínuas exposições e retrospectivas de Iberê promovidas pela majestosa fundação que leva o seu nome são testemunho das inquietações de um artista avesso a classificações fáceis. Projetada pelo famoso arquiteto português Álvaro Siza, a Fundação Iberê Camargo dá àquelas grandes telas o espaço que elas pedem para ser devidamente apreciadas. Mais de 5.000 das 7.000 obras que Iberê produziu ao longo da vida estão ali guardadas. A figura que emerge é a de um pintor cuja inquietação artística e sinceridade intelectual sobressaem-se às objeções que se podem fazer a alguns aspectos de sua obra. Mas talvez seja impossível falar sobre ele: como a paisagem que vemos pela janela, Iberê Camargo exige ser revelado, e não descrito.

EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO

Por Carlos Costa

Perto de casa havia um prédio de esquina, de três andares, o Edifício Irene, que funcionava como república de estudantes, dada a proximidade da PUC e da Faculdade Santa Marcelina. Do lado oposto da esquina, um casarão abrigava um curso de idiomas. Na explosão imobiliária que toma conta das Perdizes, o casarão foi demolido enquanto o pequeno edifício passou por reforma que deixou apenas a estrutura, agora com amplas janelas envidraças e a inclusão de um elevador. No casarão derrubado uma placa anunciava: "futuramente, aqui, a casa de um grande artista". Instalou-se ali uma videolocadora, típico negócio em extinção, que logo mais dividiu espaço com uma farmácia e uma "academia seca". O predinho, equipado com elevador, virou livraria. Um refresco para o bairro, que há duas décadas abrigava uma dezena delas, quase todas fechadas para dar lugar a edifícios de "alto padrão".

Fui um dia à nova livraria em busca do livro *Istambul*, de Orhan Pamuk, para presentear. Perguntei à vendedora e a resposta foi que não tinham a obra. Aproveitei para olhar as estantes e ali encontrei o livro, editado pela Cia das Letras. Peguei o livro e paguei no caixa, lembrando outra cena, muitos anos atrás, numa livraria da Dom José de Barros: procurava *A Mãe*, do Máximo Gorki, e o rapaz indicou a seção de obras de psicologia ("Meu filho, meu tesouro" valeria um Gorki?).

Em contrapartida o novelo se desenrola e lembro de María Poscha, vendedora da Casa Piscitelli, templo de música clássica no centro de Buenos Aires (Calle San Martín, 450). Velhinha atenta, diversas vezes cheguei com um tema escutado no rádio, descrevia: "É um *lied* de Schubert, começa com um longo solo de clarineta introduzindo a soprano". Sem pestanejar ela apresenta um CD de Kathleen Battle, cuja última faixa é justamente *Der Hirt auf dem Felsen* – o pastor sobre a rocha. A Casa Piscitelli não tinha aparelhos para escuta, mas nem precisava: María Poscha conhecia o que vendia.

Essas lembranças introduzem a reflexão final desta edição: educação de qualidade. Na terceira semana de dezembro procurava canudinhos para rechear. Fui ao Extra da Brigadeiro Luís Antônio: os funcionários consultados nunca ouviram falar de canudinhos, indicavam o corredor 10, voltava, nova indicação displicente. Desistindo da busca, passei pela seção de pães e havia centenas de pacotes dos canudos para rechear. Peguei dois pacotes e fiz a solene apresentação ao rapaz que insistira que seriam canudos de metal.

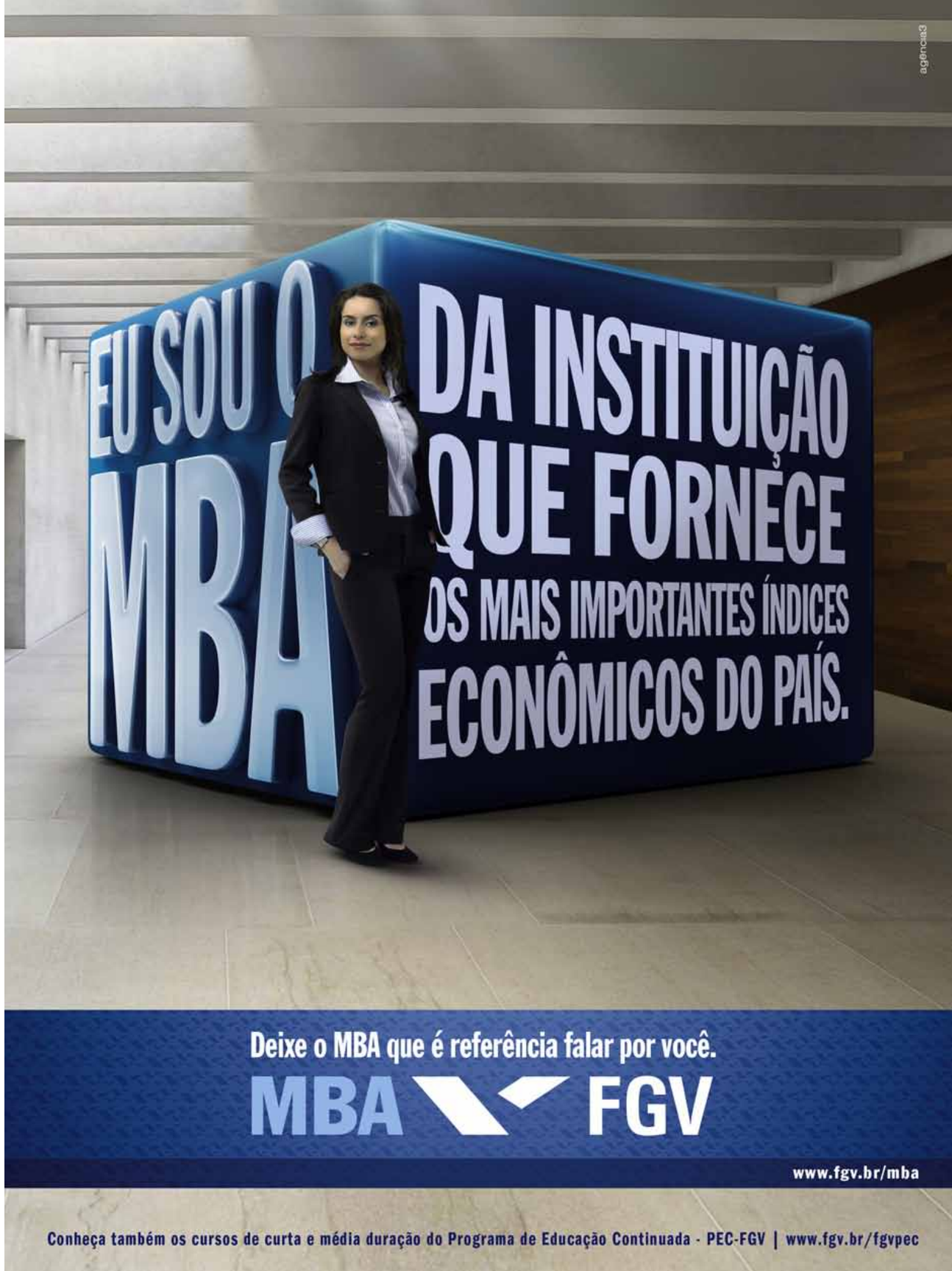
Cenas parecidas com essas são cotidianas. Para pagar R$ 5,30 na padaria (2,10 + 3,20) dou um bilhete de R$ 20,00 e três moedas de R$ 0,10. A moça do caixa me olha com ar de espanto. Usa a calculadora para saber que 2,10 + 3,20 somam 5,30, devolve R$ 14,70 e ignora os 30 centavos com que tentara facilitar-lhe a vida.

Há pouco, almoçando com o amigo Farias e sua esposa Márcia, engenheiros químicos, fico sabendo que a Resolução 315 do Conama, de 2002, definindo um cronograma de limites de emissões a ser adotados há exatos dois anos (1º de janeiro de 2009) continua não sendo cumprida pela Petrobras e pelas montadoras de veículos (que teriam de produzir motores adaptados à exigência). Os ônibus das cidades do interior continuam utilizando diesel S-500, com alto índice de enxofre, muito acima do limite de 50 partículas por milhão (ppm) de enxofre (o diesel S-50), determinado pelo Conama. Na Europa os índices atuais são de S-10, cinco vezes menor. A Petrobras, preocupada em patrocinar cinema, investe pouco em desenvolvimento tecnológico para reduzir poluentes. Nosso padrão está próximo ao africano, como já disse o ecologista Fabio Feldman. No entanto, "Nesse período, a Petrobras não aguardou inerte", afirma o site da estatal.

Temos o problema do lixo: a cidade de São Paulo produz mensalmente 293,9 mil toneladas de detritos. Desse total, apenas 3.135 toneladas são recicladas, algo como 1%. Enquanto isso, dissertações de mestrado repetem estudos de uso de energia solar, já patenteados lá fora. A contribuição da universidade para a solução de nossos problemas é pífia. Nem temos um projeto, como o da China, de aumentar exponencialmente o número de engenheiros para diminuir a dependência que tem de insumos de alta tecnologia, hoje importados do Japão, Coreia e Taiwan, como se leu na *Getulio* de novembro, na entrevista com o embaixador Qiu Xiaoqi. A política nacional vive de solucionar picuinhas, administrar o varejo, não pensa grande e nem tem propostas concretas para tantos problemas.

E a livraria instalada na antiga república do Edifício Irene? Fechou, passou por nova reforma, abrigou uma loja de roupa feminina, a Montag, voltou a fechar, sofreu novas obras e reabriu como O Zé do Hamburger. Vive lotado e tem serviço de valet.

FIM



www.fgv.br/direitogv/gvlaw

agência3



O GV*law* possui uma abordagem multidisciplinar, oferecendo aos seus alunos um desenvolvimento muito mais amplo e em total sintonia com as necessidades dos seus escritórios e clientes. Isso porque, além das áreas tradicionais do Direito, o advogado poderá aprimorar seus conhecimentos em Economia, Finanças, Administração, Negociação, Marketing, Contabilidade, entre outros.

FGV
GVlaw

Rua Rocha, 233 - Bela Vista - Tel.: 3799-7777 - Fax: 3262-3633 - gvlaw@fgv.br